

CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Projeto: Memória das Lutas Operárias

CADERNOS DO PRESENTE 02

Documento Revista **Cadernos do Presente**, Editora Aparte: 07.1978
Modificado formato dos textos e excluídas as ilustrações.
Documento digitalizado em: 10.2009
Fonte: Acervo Pery Falcón

Cadernos do Presente 2

greves operárias (1968 – 1978)

cadernos do presente 2 - greves operárias (1968-1978)

Conselho Editorial:

Guido Mantega (coordenação), A. R. Espinosa, Eduardo Abramovay, Flávio Aguiar, José Álvaro Moisés, José Carlos M. da Silva, Maria Moraes, Nelson Cordela, Raul Azevedo, Sueli Nascimento, Valdir Ferreira, Valdizar P. do Carmo.

ilustrações e Fotos:

Haroldo Rodrigues, Ismael dos Santos, Jox, Niels Andreas, Petrúcio/Rita de Cássia Monteiro.

Colaboraram neste número:

Alfredo Mário Camillo de Souza, Ana Valderez, Bárbara F. Arena, Cláudio Stankov, Elizabete D. Ferreira, Jorge Baptista, Maria Delia Luz Marins, Maristela Debenesti, Paulo Roberto M. Borges, Rubens Adorno, Samira Zaidam, Sônia M. Junqueira.

Diretor Responsável: Robinson A. Pimenta

Copyright: Aparte S/A - julho de 1978

Composição e Impressão: PAT — Publicação Assistência Técnica Ltda.

R. Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 Tel.: 853-7461 - S. Paulo.

Editora Aparte S/A

R. Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes

Belo Horizonte - Brasil

Índice

Apresentação	5
A história do movimento de Osasco	6
depoimento de José Ibrahim	
CPI do arrocho: a anatomia de um roubo	23
artigo de Ana Maria Jover e Aluizio Monteiro Jr.	
Primeiro de Maio de 1968	34
entrevista de José Barbosa Monteiro	
"A posição do governo era a defesa da propriedade"	42
entrevista do ex-governador Abreu Sodré	
"Eles queriam fazer uma greve geral no Brasil"	52
entrevista do coronel Jarbas Passarinho	
Dois relâmpagos na noite do arrocho	56
artigo de A.R. Espinosa	
Um diário de luta	78
pesquisa sobre a cobertura da imprensa à greve	
Osasco: referência viva para o movimento atual	89
artigo de Diogo Marques	
O Símbolo de Osasco	103
artigo de João Quartim	
As greves de 1968 e as atuais: uma comparação	111
entrevista-debate com Francisco Weffort e J. Álvaro Moisés	
As condições não podem ser criadas artificialmente	118
entrevista de Michel M. Le Ven	
A greve na memória	123
(Pesquisa sobre a memória operária nas fábricas onde houve greves)	
As greves se alastrarão por todo o Brasil	127
entrevista de Luís Inácio da Silva (Lula)	
Clareza do passado, consciência do presente	133
mesa redonda com oposições sindicais: Zé Pedro, Waldir, S. Pires, Toninho, Flores, Estanislao e Breno	

APRESENTAÇÃO

Julho de 68: às 8h e 40 do dia 16, soava o apito combinado e os operários da fábrica Cobrasma, de Osasco, iniciavam a tomada da empresa. Começava a "greve de Osasco" que, juntamente com as greves de Contagem (Minas Gerais) e as manifestações do 1º de maio, em São Paulo, escreveriam um capítulo importante do movimento brasileiro.

Maior de 78: os operários da ScaniaVabis, no ABC paulista, desligam as suas máquinas e reduzem a fábrica ao silêncio.

1968 -1978: após dez longos anos de hibernação ressurgiu a mobilização operária, inaugurando uma nova fase na vida política do país.

As greves atuais apontam para rumos diferentes das de 1968. Porém, estas últimas são um referencial obrigatório para a compreensão das formas de organização, a amplitude e os rumos do movimento operário, deflagrado com as greves do ABC.

No décimo aniversário das greves de Osasco e Contagem, Cadernos do Presente dedica seu segundo número à reconstituição histórica daquelas lutas, lançando uma ponte para os eventos mais recentes.

A história é narrada por atores importantes desses acontecimentos como José Ibrahim (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 68), José Barbosa Monteiro (da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo em **1968**), Jarbas Passarinho (Ministro do Trabalho em 68), e Roberto de Abreu Sodre (governador de São Paulo), entre outros. Suas ideias foram confrontadas por intelectuais como Francisco C. Weffort, Michel Le Ven e José Álvaro Moisés e especialistas no assunto como Antônio Roberto Espinosa, João Quartim e Ana Jover, Aloísio Monteiro.

Os acontecimentos mais recentes foram debatidos em entrevistas, depoimentos e uma mesa redonda com os principais líderes sindicais da atualidade como Antônio Florest (um dos fundadores da oposição sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo). Luis Inácio da Silva (Lula), Salvador Pires (presidente da Frente Nacional do Trabalho), José Pedro da Silva (candidato a presidente da oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco), Waldir Cirillo Piantoni (secretário da chapa da oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco), entre outros.

Num esforço coletivo, os realizadores deste trabalho procuraram recuperar a herança das lutas operárias brasileiras e contribuir para a compreensão dos movimentos sociais do presente.

A história do movimento de Osasco

Em 1967, com apenas 21 anos de idade, José Ibrahim era o mais jovem dirigente sindical brasileiro. Sua juventude era um fato coerente com suas ideias: inovadoras e corajosas. Antes de assumir a presidência do sindicato dos metalúrgicos de Osasco, fora presidente da comissão de fábrica da Cobrasma (com 19 anos). Durante a greve de julho de 1968, foi destituído da presidência do sindicato. Seis meses depois, em janeiro de 1969, foi preso acusado de ligação com uma organização esquerdista que propunha a guerrilha rural. Oito meses depois, foi banido pelo governo brasileiro (por ocasião do sequestro do embaixador norte-americano em setembro). Viveu no México, no Chile (de onde foi obrigada a sair depois do golpe de Estado de 1973). Atualmente vive em Bruxelas, na Bélgica. Durante o longo exílio de dez anos, continua interessado pelo movimento operário brasileiro. Tem refletido sobre as experiências de que participou, aprofundando suas críticas e autocríticas. Abaixo, o texto do depoimento em que narra os acontecimentos do movimento de Osasco até 1968 e aponta parte de suas autocríticas.

(depoimento de José Ibrahim)

Eu considero o sindicalismo brasileiro bastante limitado até mesmo para conduzir as lutas econômicas da classe operária. É um sindicalismo paternalista, atrelado ao Ministério do Trabalho, fora da massa. No entanto, se remontarmos ao período anterior a abril de 1964, vemos que o Partido Comunista Brasileiro, que detinha a hegemonia do movimento operário, e estava à frente de quase todos os sindicatos, não só aceitou essas limitações, como também aprofundou-as, em função de sua estratégia geral, de conquista do poder pelo caminho pacífico. Esta prática fica bastante caracterizada durante o governo do Jango, quando o movimento operário é utilizado como massa de manobra do populismo. Apesar disso, em determinados momentos, o movimento popular escapava ao controle do Partido e realizava greves memoráveis, como a de 1953 e a de 1963. Nesta última a radicalização foi muito grande, com manifestações de rua, nas quais foram incendiados carros de polícia. Ocorre que a força dessa mobilização não refletia um elevado nível de organização da classe operária. Este é um fenômeno perfeitamente explicável, quando se analisa a conjuntura política daquele período. De qualquer forma toda aquela experiência de movimentação de massa, ainda que limitada e não dirigida a criar uma organização pela base, foi assimilada por um setor da classe operária, formado por elementos que participaram mais diretamente das assembleias sindicais, das manifestações organizadas pela CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e dos piquetes destinados a garantir o sucesso das greves. É bom lembrar que o piquete cumpriu a função real de preencher o vazio criado pela ausência de um nível de organização mais elevado. Foi, em certa medida, um instrumento utilizado pelo reformismo para suprir a falta de organização nas empresas, embora contasse com a participação ativa dos operários mais combativos, que seguiam mais de perto a orientação do Partido e dos sindicatos. Quando ocorreu o golpe de abril de 1964, e o conjunto da esquerda mergulhou em profunda crise, foi esse setor mais avançado da classe operária que se voltou novamente para o sindicato, visto como o único órgão capaz de canalizar o descontentamento da massa, pois não surgiu outra alternativa por parte das forças de esquerda. Agora, procurava-se tirar as lições do golpe, fazer uma autocrítica na prática. Foi a partir daí, que começaram a surgir as oposições sindicais, e é assim que eu analiso a origem de nosso grupo em Osasco. Nós surgimos de uma crise geral das esquerdas.

Nas fábricas, nasce uma nova concepção de trabalho

Eu e alguns companheiros tínhamos ligações com operários militantes do Partido, (jamais pertencemos à organização) que vinham divergindo, desde antes de abril de 1964, de sua linha política e criticavam o cupulismo e a falta de preocupação com a organização de base.

Em decorrência disso, haviam organizado por volta de 1962, 1963 um comitê de empresa na Braseixos, uma experiência pioneira, criticada pelo Partido como prática divisionista; segundo a direção do Partido os patrões poderiam envolver o comitê e tratar diretamente com ele e desconhecer o sindicato. Sob a influência desses companheiros fundamos também na Cobrasma, onde eu trabalhava desde os 14 anos (1961), um comitê clandestino, que se dedicou à distribuição de pequenos panfletos, volantes que agitavam os problemas existentes na fábrica e algumas questões políticas mais gerais. Eram colocados nos banheiros, nos armários e dentro dos capacetes dos companheiros de trabalho, que os passavam adiante. Era um trabalho miúdo, cujo centro era a atividade sindical, embora mesmo antes do golpe tivéssemos uma atitude crítica frente ao sindicato. Achávamos que o sindicato era um instrumento de luta importante, que se devia atuar dentro dele, sem desconhecer, entretanto, suas limitações. Assim, começamos a defender a necessidade de criação de uma organização independente, mas sem negar a participação no sindicato. Era necessário negar o sindicato a partir de dentro, pois era uma bobagem dizer "abaixo o sindicato, viva o comitê de empresa"! Essa posição sempre norteou nosso trabalho em Osasco. Jamais a abandonamos, e pessoalmente, continuo com essa posição até hoje.

Na época em que iniciávamos essa experiência de criação de um comitê clandestino na Cobrasma que, se não me falha a memória, foi por volta de 1962/63, surgia em Osasco um outro elemento que deve ser levado em consideração, para qualquer análise sobre os acontecimentos posteriores: a Frente Nacional do Trabalho, congregando elementos da Ação Católica e da Juventude Operária Católica (JOC), e fazendo oposição aos comunistas dentro do sindicato. Eles acusavam o sindicato de fazer muita agitação política e esquecer os problemas dos operários nas fábricas. Tinham uma visão cristã da questão operária e defendiam para tanto o diálogo entre patrões e trabalhadores.

Assim, um núcleo de militantes da FNT que trabalhavam na Cobrasma organizou, por volta de 1963, uma comissão de fábrica, semi-legal, formada por 10 trabalhadores, e junto ao patrão reivindicaram sua legalização. Este, a princípio não aceitou o diálogo e o pessoal mais combativo da comissão foi inclusive, dispensado.

Enquanto isso, nós mántínhamos o comitê clandestino, e, antes do golpe de abril de 1964, decidimos nos aproximar da comissão, pois, ao nível do trabalho de massa na fábrica, ela realizava um trabalho de agitação semelhante ao nosso. Como eu não era "queimado" e tinha muita mobilidade dentro da fábrica, por trabalhar no setor de controle de qualidade, fui destacado para fazer a aproximação entre os dois grupos. Daí em diante, passei a fazer parte das duas organizações. Isto é, do comitê clandestino e da comissão dos dez.

A comissão da Cobrasma: uma experiência organizativa nova

Logo após o golpe ocorreu um fato que fez com que a comissão ganhasse importância. Um dia houve uma explosão na fábrica e um companheiro muito conhecido, que trabalhava na boca do forno, feriu-se gravemente e morreu no hospital. O acontecimento comoveu todo mundo e a comissão programou uma paralisação para a hora do enterro. No momento exato tocou-se o apito da fábrica e houve um silêncio total, com todo o pessoal tirando os capacetes em sinal de respeito. Durante cinco minutos a fábrica parou. Inclusive os chefes e os engenheiros que estavam na produção.

Imediatamente os patrões procuraram estabelecer um diálogo mais direto com a comissão, tentando envolvê-la e desmoralizá-la. Nós reivindicamos então sua legalização, com imunidade para os representantes - isto é, a garantia de que não seriam despedidos. De início a proposta foi negada, mas finalmente a própria direção da empresa propôs que se realizassem eleições dentro da fábrica, para que os membros da comissão fossem escolhidos.

A fábrica foi dividida em 19 setores, correspondentes às 19 seções existentes, e cada um deveria eleger um representante e um suplente para a comissão, que ficou composta por 38 operários (19 efetivos e 19 suplentes), representando mais ou menos 3 200 trabalhadores. A força mais influente na comissão era a Frente Nacional do Trabalho, que contava com a maioria dos representantes. Havia também operários independentes, iniciantes na luta sindical, sem nenhum compromisso político. Eu fui eleito pelo setor de controle de qualidade e era o único elemento de esquerda.

Na primeira reunião da comissão foi eleita uma mesa diretiva, sendo que o presidente e o vice-presidente eram da FNT, o primeiro secretário era um companheiro independente e eu o segundo secretário.

De acordo com os estatutos, a comissão deveria reunir-se mensalmente com a diretoria da empresa e para isso eram feitas anteriormente reuniões preparatórias, no sentido de elaborar uma agenda de problemas, previamente enviada aos patrões. A ata da reunião era assinada pela diretoria da empresa e pela mesa diretiva da comissão.

Embora participássemos dessa comissão, continuamos mantendo organizado o comitê clandestino, e, através dele, pretendíamos impulsionar a atuação da comissão, lutar para que ela avançasse e realizasse um trabalho de base dentro da fábrica. Além disso, a comissão sempre corria o risco de ser dissolvida pelos patrões e nesse caso o comitê daria continuidade à organização e ao trabalho clandestino.

Fortalecimento do grupo de Osasco

Como era de se esperar, as divergências logo surgiram no interior da comissão . Ela passou a realizar um trabalho de cúpula, servindo de amortecedor entre patrões e operários, o que correspondia à visão da FNT. Apenas, os pequenos problemas eram resolvidos, os grandes não eram solucionados e a maioria ficava em suspense. Aos poucos a comissão foi se desgastando perante a massa , pois além de sua inoperância os patrões passaram a promover a cargos de chefia os representantes eleitos.

Percebendo o que ocorria, nós do comitê clandestino, começamos a combater essa tendência, lutando contra a burocratização e a prática colaboracionista da comissão.

Passamos então a incentivar a mobilização na fábrica, a organizar o pessoal por seção e a mostrar que nossas reivindicações, tinham que ser conquistadas na luta, através da organização, da pressão e, inclusive, da paralisação. Alguns companheiros da comissão começaram a concordar com a nossa perspectiva, mas ainda de uma forma muito tímida. Com o tempo a FNT foi se desgastando e nossa influência crescendo à medida que dávamos um encaminhamento mais radical às reivindicações na fábrica. Dentro dessa perspectiva em fins de 1966, organizamos uma operação tartaruga, como forma de pressão para obter aumento salarial. A produção chegou a cair quase 30%, sem que os patrões conseguissem detectar a atuação da comissão. Quando nos chamaram para conversar, dissemos que os operários ganhavam muito pouco e por isso a produção não saía. A empresa terminou concedendo reajuste e apesar de ser menor do que esperávamos, significou uma vitória parcial, que marcou a atividade da comissão.

Por outro lado, a essa altura dos acontecimentos , a posição de esquerda dentro da comissão já estava bastante fortalecida. Tanto é que, por ocasião das eleições para a segunda comissão, todo o pessoal que vinha sendo trabalhado pelo comitê clandestino conseguiu ser eleito. A Frente Nacional do Trabalho não elegeu quase ninguém, e eu fui reeleito e escolhido presidente da mesa diretiva da comissão enquanto o companheiro Roque Aparecido era eleito secretário da comissão.

Gozando das regalias e imunidades que havíamos conquistado, intensificamos o trabalho de agitação e organização em todas as seções e núcleos a elas ligados. Em nossa prática procurávamos não ser paternalistas, não assumir uma posição de cúpula, não resolver os problemas pela massa, mas fazê-la participar dando-lhe tarefas concretas.

Com isso, contribuíamos para o surgimento de novas lideranças, que passavam a receber uma atenção especial do comitê clandestino, no que diz respeito a discussões sobre a

situação política do País, e mesmo sobre a questão do socialismo. Procurávamos nesse sentido, sempre ligar essas discussões à situação concreta da fábrica, segundo nossas possibilidades e nosso baixo nível político.

Ao mesmo tempo, como grupo de esquerda, nós nos reuníamos de forma clandestina e acompanhávamos o debate político-ideológico que se desenvolvia no conjunto da esquerda brasileira, embora continuássemos mantendo nossa independência, porque não víamos nenhuma alternativa nas propostas apresentadas.

Participar do sindicato, organizar as bases. E preparando greves

É bom ressaltar que nunca abandonamos a atividade sindical, embora de 1964 a 1965 o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco estivesse sob intervenção, sendo presidido pelo Camargo, um crioulo que sempre fizera oposição de direita no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Os membros da interventoria eram operários já bastante corrompidos, ligados a UDN e ao Herbert Levy. Enfim, representantes do sindicalismo amarelo. Foi nessas condições que começamos a fazer oposição no Sindicato, desenvolvendo uma luta por eleições livres, apoiados na própria legislação trabalhista. Mesmo com o fim da interventoria, quando, através de uma convocação de última hora o interventor conseguiu organizar uma chapa única, com o apoio da FNT, e, eleger o Henos Amorina, um operário da Brown Boveri, nós continuamos dentro do sindicato. A segunda comissão da Cobrasma, da qual eu era presidente, foi eleita pouco depois da diretoria do Henos, que embora aceitasse o sindicalismo paternalista e assistencialista, não era uma pessoa desonesta ou conscientemente de direita, como o Joaquinção (Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo). O nosso trabalho na Cobrasma nos deu uma grande autoridade para atuar nas assembleias sindicais e atrair para nossas posições os melhores elementos de outras fábricas. Muitos haviam sido do Partido, vinham de outras regiões do país, tinham liderado greves e até mesmo estado na prisão. Assim, nós fomos nos encontrando e aglutinando no decorrer da luta e em função dela, até se constituir num importante grupo de esquerda, tendo como principal ponto de apoio o pessoal da Cobrasma.

Nosso trabalho no Sindicato nos distinguia de todas as outras oposições sindicais e eu acho que essa diferença explica porque fomos a única oposição que conseguiu ganhar a direção de um sindicato. Ao combater a atuação do sindicato, nunca dizíamos que a diretoria era pelega ou traidora, e nem mesmo vaiávamos os pelegos. Apenas apresentávamos uma alternativa baseada no exemplo da Cobrasma e da comissão de empresa. Além disso, quando eles diziam durante a campanha salarial que era necessário reivindicar 30% de aumento, porque de acordo com a tabelinha do governo o reajuste seria de 25%, nós afirmávamos que essa era uma proposta incorreta, que o certo seria reivindicar 50%, para dessa forma denunciar o arrocho e o aumento do custo de vida. No entanto, alertávamos que não éramos capazes de conseguir o aumento porque estávamos desorganizados. Era preciso se organizar melhor para ir à greve e que só através dela conseguiríamos exigir mais.

Como se vê, nossa ascensão no sindicato foi um processo, e, durante esse período, ocorreu um fato dentro da Cobrasma que contribuiu decisivamente para desmoralizar a direção do sindicato. Nós estávamos numa campanha por aumento salarial, dentro da empresa, e a diretoria aproveitou para despedir, por justa causa, 40 soldados da montagem de vagões, cuja tarefa já havia terminado. O presidente e o advogado do sindicato e nós da direção da comissão nos reunimos com a diretoria da empresa para discutir o problema. Como os patrões se mostrassem intransigentes, o presidente do sindicato disse apenas que iria entrar com um processo na Justiça do Trabalho, solução ideal para a empresa, levando em consideração o tempo de duração do processo. Da parte da comissão afirmei que não aceitávamos a solução proposta e que paralisaríamos a fábrica, caso os companheiros não fossem readmitidos. Daí, passamos à agitação na fábrica e realizamos duas assembleias no sindicato, que contou com o comparecimento maciço do pessoal da Cobrasma. Na primeira assembleia, denunciávamos a posição assumida pelo sindicato e por ocasião da segunda a diretoria não compareceu, ficando o sindicato em nossas mãos.

Demos um ultimatum à empresa e nos preparamos para a greve. Na última hora ela recuou

e alguns soldados foram readmitidos e os demais indenizados. Esse movimento aumentou bastante o prestígio da comissão da Cobrasma e contribuiu para a desmoralização da direção do sindicato.

Oposição Sindical em Campanha

Foi em decorrência dessa vitória na Cobrasma que, no início de 1967, começou a se espalhar o boato de que nós iríamos sair com uma chapa de oposição para concorrer às eleições do sindicato, e que eu seria candidato à presidência. Por essa época o grupo de esquerda já havia crescido bastante e sua influência se estendia por várias fábricas. Para nós o sindicato, apesar de ser um instrumento válido, era um órgão limitado e o mais importante era a organização pela base, os comitês de fábrica, legais ou clandestinos. Assim pensando éramos contrários à diluição do grupo no sindicato e foi por isso que eu fui o único integrante dessa organização a sair como candidato à direção do sindicato. O restante da chapa era formado por elementos da FNT e independentes, que estavam sob nossa influência.

Apesar de sermos minoria na chapa resolvemos dela participar, pois achávamos que o importante era o programa por ela defendido. Era um programa de classe, que saía dos marcos do assistencialismo e levantava a luta contra o arrocho, contra as leis anti-operárias, principalmente a lei de greve. Durante a formação da chapa entramos em contato com a direção do PC, no sentido de incorporá-lo à composição. No entanto a direção do Partido se negou, achando que era necessário marginalizar os cristãos e compor com a situação. E mais, afirmou que éramos aventureiros, sem nenhuma chance de ganhar, pois a situação contava com a máquina sindical. Entretanto, as bases do Partido participaram de nossa chapa, enquanto a direção ficou com a situação.

O ponto chave de nossa campanha sindical foi a discussão do programa com as bases de todas as fábricas. Para isso contamos com a participação de um grupo formado por cerca de cem companheiros, mobilizados para divulgar o programa da oposição nas portas das empresas. Foi durante a campanha que se criaram os embriões do que mais tarde seriam os comitês nas outras fábricas.

A vitória da Oposição. Suas novas tarefas enquanto diretoria

As eleições se realizaram em julho de 1967 e nós vencemos com maioria absoluta em primeira votação. Foi a primeira vez na história do sindicalismo que uma chapa de oposição, concorrendo com duas outras e sem nenhuma ligação com a máquina sindical ou com qualquer tendência política tradicional no movimento operário, obteve uma vitória dessas.

Vale ressaltar que nós perdemos em todas as fábricas e só ganhamos na Cobrasma, onde tivemos 99% dos votos. Só a chefia não votou conosco.

No início de nosso mandato tivemos que enfrentar sérias dificuldades. Havia muita descrença, pois os operários não tinham grandes ilusões na direção sindical, nem no próprio sindicato. Apesar disso, fomos ganhando autoridade no decorrer da luta.

Embora fôssemos contra o assistencialismo no sindicato, nós não o eliminamos. Ao contrário, a assistência médica, dentária e jurídica no sindicato até melhorou. Mas a ênfase de nossa ação passou a girar em torno da luta econômica e política. Para atingir esse objetivo voltamos toda a máquina sindical, no sentido de criar uma organização independente, iniciando um processo de mobilização fábrica por fábrica. A agitação de todos os problemas internos na empresa abria caminho para a organização dos comitês clandestinos.

No nosso trabalho de organização e mobilização procurávamos esgotar, em todas as fábricas, os métodos legais de atuação, utilizando o diálogo entre o sindicato e os patrões. Chegamos mesmo a convocar mesas redondas, por fábrica, na Delegacia Regional do Trabalho, embora sabendo que isso não levava a nada. Agindo segundo esses critérios, partíamos de um princípio básico: não adianta radicalizar, apregoar a greve, se a massa não

compreendeu sua necessidade. Para que isso ocorresse foi que começamos pelas lutas parciais, pelas lutas do dia a dia, ao nível de cada empresa.

Outro método de trabalho, por nós empregado, foi o do exercício da democracia dentro do Sindicato. Nós deixávamos que as decisões mais importantes fossem tomadas em assembleias gerais, onde a posição do grupo de esquerda era sempre vitoriosa, obrigando, assim, a maioria da diretoria do sindicato, sobretudo a FNT, a seguir a reboque de nossa orientação.

Ao mesmo tempo em que organizávamos os operários a partir das fábricas, nos integramos aos movimentos mais gerais das organizações sindicais, mesmo quando eles não correspondiam à nossa perspectiva para o movimento operário. Foi o caso de nossa participação no MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho), que surgiu mais ou menos por volta de setembro de 1967, com o objetivo de lutar contra o arrocho salarial. Seu programa era convocar concentrações em vários Sindicatos, culminando com um ato em praça pública. Foram programadas 5 concentrações: a primeira no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a segunda em S. André, a terceira em Osasco, a quarta em Campinas e a última em Guarulhos. Somente os dirigentes sindicais faziam parte do MIA, ficando os mesmos encarregados de convocar a massa para as concentrações, nas quais eles eram os únicos oradores. Era uma tentativa de dirigentes sindicais que não tinham massa, de aparecerem como nova liderança.

Seguindo nossas posições, defendemos no MIA a necessidade de se agitar as palavras de ordem de organização pela base, formação de comitês de fábricas e greve contra o arrocho, servindo de porta-voz das diversas oposições sindicais. Na concentração promovida pelo MIA em Osasco, só falaram representantes das oposições sindicais e nela foi aprovada a "Carta de Princípios dos Trabalhadores de Osasco", onde aparecia todo o nosso programa.

Foi nesse momento que houve a tentativa, por parte do Ministério do Trabalho, de decretar intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Eu cheguei a ser suspenso por 15 dias e o caso provocou uma grande mobilização em defesa do sindicato, que contou, inclusive, com a solidariedade de todos os dirigentes sindicais de São Paulo. A reunião de Guarulhos terminou em conflito entre as oposições sindicais e os dirigentes pelegos, e nesse processo o MIA extinguiu-se. Começou-se, então, a organizar o Primeiro de Maio na Praça da Sé.

Bases participam do 1º de maio e exigem a greve

Os dirigentes sindicais que integravam o MIA defendiam a realização de um ato público com a participação das autoridades e convidaram o governador Abreu Sodré, o Ministro do Trabalho e Franco Montoro. Nós, por outro lado, achávamos que do Primeiro de Maio deveriam participar apenas trabalhadores, sob pena de descaracterizar a manifestação e parecermos comprometidos com o governo. Como nossa posição não foi aceita, reunimo-nos no sindicato e decidimos partici-par do ato público, utilizando-o como forma de protesto. Assumimos então a decisão de tomar o palanque e dele expulsar os pelegos, autoridades e transformar a manifestação num ato autenticamente operário, dominado pelas oposições sindicais, verdadeiras representantes das tendências mais consequentes do movimento operário naquele momento. E assim foi feito. Tomamos o palanque e logo em seguida saímos em passeata pelas ruas da cidade. Eram cerca de 15.000 pessoas que desfilaram até a Praça da República, onde o Barreto fez um excelente discurso, explicando a significação do Primeiro de Maio e a ocupação do palanque.

Essa manifestação repercutiu profundamente em Osasco, acentuando o nível de radicalização e de combatividade da massa. Era uma época em que se realizavam pequenas paralisações por empresas e eram frequentes as assembleias gerais no sindicato. Foi nessa ocasião que ocorreu a greve da Barreto-Keller.

Os trabalhadores dessa empresa estavam reivindicando aumento salarial, e os patrões haviam prometido atender suas reivindicações. Mas no dia do pagamento o aumento veio apenas para alguns companheiros, numa tentativa clara de dividir o movimento. Após o almoço, os operários reuniram-se, cercaram o Departamento de Pessoal e disseram que só voltariam ao trabalho quando o problema do aumento fosse resolvido. A seguir, telefonaram

para o sindicato e avisaram que estavam em greve. E eu segui para lá.

Formamos, imediatamente, uma comissão provisória com os companheiros mais antigos na fábrica, para discutir a questão com os patrões. A empresa não aceitou receber a comissão e disse que só discutiria comigo. Rejeitamos essa proposta e a greve durou 7 dias. Um fato curioso: o dono dessa fábrica, numa reunião, chegou a chamar-me de comunista que fazia o jogo do imperialismo porque a sua empresa estava ameaçada pela Telespark e a G.E. Nessa semana mobilizamos toda a massa, realizamos assembleias gerais e criamos comitês de solidariedade. Um clima de greve tomou conta de todas as fábricas e os operários ficaram esperando a hora de parar. Na Barreto-Keller, apesar das ameaças de dispensa, os patrões terminaram concordando em ceder: aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho e legalização da comissão de empresa.

Entretanto, os operários não queriam aceitar o acordo. A greve fora organizada por um comitê totalmente independente do grupo de esquerda e do sindicato. Diante disso, nós do grupo de esquerda nos reunimos, analisamos a situação, convocamos os comitês de empresas e explicamos que não estávamos organizados para ir à greve; que ela deveria ser feita somente em novembro, época do dissídio coletivo dos metalúrgicos. Argumentamos politicamente e os companheiros da Barreto-Keller terminaram aceitando.

Isso ocorreu em fins de maio de 1968.

Era um momento de intensa agitação política. Os estudantes estavam nas ruas e alguns grupos de esquerda intensificavam as ações armadas. Vários companheiros do grupo de Osasco, inclusive, eram atraídos por um desses grupos. A maioria dos integrantes do grupo de esquerda tinha a perspectiva de ir para a clandestinidade e realizar um trabalho de outro nível.

Apesar da euforia da radicalização, nós sabíamos que havia um grau de organização suficiente para tirar a greve, mas não para sustentá-la. Por isso, nossa intenção era transferir o movimento grevista para novembro.

A posição do sindicato e do grupo de esquerda não correspondia, no entanto, às expectativas da massa. Começaram a aparecer nas fábricas pichações pedindo greve e os operários só falavam em paralisar o trabalho. Era voz corrente que todos estavam dispostos a ir à greve, menos o sindicato. De um lado, nos sentíamos cobrados e pressionados, e, de outro, fazer a greve era, há muito tempo, uma questão importante para nós que procurávamos nos afirmar como uma liderança de novo tipo.

Nesse sentido o exemplo de Contagem, em Minas Gerais, que havia parado em abril, calara fundo na liderança de Osasco. Eu havia estado lá depois do movimento e voltei convencido de que tínhamos mais condições do que eles para realizar a greve. E havia também um dado concreto: lá não houvera repressão, e, em São Paulo o movimento estudantil não estava sendo reprimido. Por fim, existia uma questão política que norteava nossa atuação prática. Estávamos ligados ao movimento de massa, mas ideologicamente nos encontrávamos bastante comprometidos com as propostas de luta armada que setores da esquerda começavam a levantar. Em outras palavras, partíamos da mesma análise de conjuntura que o restante da esquerda estava fazendo: o governo está em crise, ele não tem saída, o problema é aguçar o conflito, transformar a crise política em crise militar. Daí vinha nossa concepção insurrecional de greve. O objetivo era levar a massa, através de uma radicalização crescente a um confronto com as forças da repressão.

Foi essa concepção que nos guiou quando, em julho de 1968, decidimos desencadear a greve. Era uma análise errada de conjuntura - comum a toda esquerda - e um fator subjetivo a nossa vontade de fazer o movimento.

A greve de julho de 1968: ocupação de empresas, do Sindicato e passeatas

Com esse propósito partimos para organização do movimento. Fizemos um esquema para a greve e um cronograma para as paralisações. No primeiro dia ocuparíamos a Cobrasma e a Lonaflex, paralisaríamos a Barreto-Keller e a Fósforos Granada, cujos operários tomariam o sindicato. No segundo dia, seriam paralisadas Brown Bolveri e a Braseixos.

No terceiro, estenderíamos o movimento ao restante das fábricas. Em três dias toda Osasco estaria em greve, e nosso plano era estendê-la a São Paulo, só não contávamos com a repressão no primeiro momento. Para isso nos baseávamos nas atitudes de Sodré, em relação ao movimento estudantil e na posição adotada pelo Ministério do Trabalho por ocasião da greve de Contagem.

A ocupação da Cobrasma foi detalhadamente planejada, devido às dimensões da fábrica. Foi pensada a melhor maneira de impedir a infiltração policial, a saída do pessoal, como reter os funcionários da administração, dominar as vias de comunicação da empresa e como organizar grupos para explicar à massa as razões da ocupação. Essa ação englobava, ao todo, cerca de 200 companheiros pertencentes aos setores mais avançados da Cobrasma. Esse mesmo esquema foi montado em relação à Lonafex e nosso principal ponto de apoio eram os comitês e núcleos clandestinos, que atuavam em cada fábrica. Para coordenar o movimento foi formado um comando geral da greve, ao qual estavam subordinados os comitês a nível de empresa. Somente os companheiros que integravam esses comandos sabiam o dia e a hora do movimento.

A Cobrasma parou às 8:30, quando um companheiro do Comando Geral, que trabalhava no setor de fundição, parou seu maçarico e gritou: "PESSOAL, É AGORA!" Com essa palavra de ordem foram parando seção por seção e o pessoal que deixava o trabalho passava a engrossar o piquete. No mesmo dia às 13 h e 45 m parava a Lonafex.

Durante a ocupação da Lonafex houve alguns incidentes, pois entre os técnicos e o pessoal de escritório havia grupos ligados à TFP, os quais tentaram atravessar os portões, agredindo os companheiros que ali se encontravam. A massa veio em seu auxílio e deu uma grande surra nos técnicos e sobretudo nos elementos pertencentes à diretoria da empresa.

O movimento grevista foi se estendendo e já de manhã haviam sido paralisadas a Barreto-Keller e a Fósforos Granada. Eram duas fábricas vizinhas, pertencentes ao mesmo dono, embora só a primeira seja metalúrgica. A Granada tinha cerca de 400 operários, dos quais 350 eram mulheres e menores, o que tornava o trabalho de organização bastante difícil. Foi com a ajuda dos companheiros da Barreto Keller que conseguimos organizar um grupo de companheiras mais avançadas, dispostas a criar condições para que a Granada aderisse ao movimento. As duas fábricas pararam e os trabalhadores desfilaram em passeata até o sindicato.

Depois de organizar a atividade no sindicato fui para a Cobrasma. A fábrica tinha dois portões: o da frente que conduzia ao escritório central e, a seguir, um outro que dava acesso direto ao interior da empresa. Como só este último havia sido tomado pelos companheiros, quando cheguei aí, fui barrado pelos guardas da segurança que não me deixaram entrar, dizendo que eu tinha de pedir autorização ao diretor da empresa. Este, da janela do escritório, me chamou para conversar. Eu respondi que não tinha por que lhe pedir autorização, pois a fábrica estava em nossas mãos e se os operários me dessem ordem para entrar eu pularia a cerca. E foi o que eu fiz. Os companheiros então me levaram nos braços até a assembleia, enquanto os patrões olhavam pela janela prostrados. Já não mandavam na empresa.

Intervenção oficial: negociação e repressão

A essa altura o Ministério do Trabalho já tinha declarado a greve ilegal, decretado a intervenção no sindicato e designado representantes para ir a Osasco discutir com a direção sindical e os grevistas. Chegaram com tom conciliador, tentando me envolver e dizendo que se parássemos a greve e desocupássemos as fábricas eles garantiriam o início de conversações com os patrões. Mostrei que a greve havia começado nas fábricas e nós como direção sindical a apoiávamos incondicionalmente. Além do mais, não estava autorizado a realizar qualquer tipo de negociação. Por fim, falei que se eles quisessem, poderíamos discutir com os companheiros das fábricas e com a assembleia dos operários no sindicato. De fato, na Cobrasma, realizou-se uma assembleia, da qual participaram os representantes do Ministério e um representante dos patrões. Em nome do sindicato eu disse que a greve continuava firme e que contávamos com um grande apoio; o representante do Ministério

tentou defender o governo, recebendo uma estrondosa vaia e o emissário dos patrões manteve uma atitude conciliatória, dizendo que a empresa estava estudando o problema. Quando saíamos dali a massa estava convencida de que o Ministério e os patrões inclinavam-se a negociar.

Ao cair da tarde do primeiro dia de greve tudo marchava segundo havíamos planejado. Eu circulava livremente no carro do sindicato e não havia sinal de mobilização policial. A repressão chegou com a noite. A tropa de choque da Força Pública entrou em Osasco trazendo cavalaria, tatus, brucutus e atuando em consonância com o DEOPS e passando a controlar todas as saídas da cidade. Os soldados cercaram as fabricas ocupadas, exigindo que a massa saísse. Mas nenhuma medida foi tomada em relação ao sindicato.

Os companheiros da Cobrasma discutiram o problema e resolveram não abandonar a fábrica. Da rua, os soldados começaram a fazer guerra de nervos. Foi então que o Barreto aproximou-se da cerca e fez um discurso para os soldados, conclamando-os a não acatar as ordens dos oficiais e não reprimir os trabalhadores grevistas.

Foi uma cena impressionante. Toda a massa colocou-se atrás dele e os soldados vacilaram. A oficialidade teve que falar com firmeza, para fazer os soldados avançarem.

Era mais ou menos meia noite, quando começou a invasão. Os tatus e brucutus romperam as barricadas e os companheiros, para se protegerem, apagaram todas as luzes. A tropa de choque entrou na fábrica dando rajadas de metralhadoras para cima e jogando bombas de efeito moral. Houve muito combate corpo a corpo, pois os operários conheciam muito bem a fábrica e valiam-se da escuridão.

Nesse momento a massa mostrou uma grande disposição de luta e o pessoal do comando, liderado pelo Barreto, dirigiu a saída dos grevistas. Foi aí que ocorreu um episódio pleno de tensão, envolvendo o Barreto. Ele estava dando cobertura a um grupo que pulava o muro, quando surgiu um pelotão da Força Pública. Então ele acendeu uma tocha, correu para perto do depósito de gasolina e gritou: "ou vocês param, ou vai todo mundo para o inferno!" Os soldados pararam, os companheiros conseguiram fugir, mas o Barreto foi preso, quando tentava sair. Ao todo foram presos cerca de 300 grevistas, mas depois da triagem feita na fábrica, somente uns 50 grevistas foram para a delegacia.

A Lonaflex também foi desocupada da mesma forma um pouco antes. Só que lá não houve prisões. Depois de dialogarem com a Força Pública e receberem a garantia de que ninguém seria preso, a massa saiu à rua em um bloco único, que só se dispersou quando se havia distanciado bastante da repressão.

Nessa mesma noite também foi decretada a intervenção no sindicato.

Apesar de toda a repressão à greve, no dia seguinte, a Brown Boveri parou. De acordo com o plano combinado, os companheiros mais avançados deveriam reunir-se num determinado ponto da fábrica e desencadear o movimento. Mas em decorrência da repressão na Cobrasma o esquema furou, pois só uma minoria compareceu ao local combinado. Nesse momento um companheiro muito combativo, não conformado com a situação, resolveu parar assim mesmo o seu setor. Falou aos companheiros de trabalho e conclamou-os à paralisação, dizendo que não era correto abandonar os trabalhadores das outras fábricas, que haviam aderido ao movimento e sofrido a repressão. A massa aceitou a formou-se um grande piquete para levar a greve às demais seções. Diante da ampliação do movimento os diretores correram para a caldearia, o setor mais importante da empresa, onde trabalhavam cerca de 600 operários. Caso esse setor continuasse funcionando, não havia maiores problemas para a fábrica, mesmo com a paralisação do resto do pessoal. Quando o piquete se defrontou, na seção, com os patrões, a massa vacilou. Novamente o mesmo companheiro fez uso da palavra e gritou que se o pessoal tivesse medo de parar as máquinas ele mesmo pararia. Dizendo isso, saltou de onde estava e desligou a primeira máquina que encontrou à sua frente. Em meio aos gritos de "Greve, Greve!" a seção parou. Depois saíram às ruas e foram em passeata até o sindicato.

A fábrica seguinte a parar foi a Braseixos, que ficava junto à Cobrasma. Mas esses companheiros abandonaram o trabalho e se organizaram em grupos clandestinos nos bairros e nas igrejas.

Também nesta mesma noite o Sindicato foi cercado pela polícia a qual ordenou sua desocupação. O interventor foi até a sede do sindicato com um pelotão de soldados, para assumir as novas funções, mas não conseguiu nem entrar no prédio. Quando a polícia invadiu o sindicato havia lá dentro cerca de 80 companheiros e eram 22 h.

Final melancólico

No terceiro dia; nos reunimos para tentar articular um esquema de organização por bairros. Mas embora a greve continuasse, não havia se alastrado como se esperava. No quarto dia começou o refluxo: 50% dos operários voltaram ao trabalho. A partir desse momento praticamente perdemos o controle do movimento. Estávamos sendo procurados pela polícia, não podíamos mais circular por Osasco. No entanto, a greve ainda continuou por mais um dia, depois do qual cerca de 80% dos trabalhadores retornaram às fábricas.

Como era de se esperar, com o refluxo da greve, os patrões negaram-se a atender qualquer reivindicação e começaram uma dispensa em massa. Diante disso, retomamos a agitação, através de panfletos, comícios-relâmpago. protestando contra as dispensas e tentando articular uma nova paralisação. Foi aí que os dirigentes sindicais de São Paulo, junto com a FNT e a Igreja convocaram uma reunião com os patrões na DRT, onde chegaram a um acordo: não haveria mais dispensa, seriam atendidas algumas reivindicações e as empresas pagariam indenizações aos operários despedidos. Além disso, chegaram a conceder reajustes salariais entre 15 e 20%.

Uma avaliação autocrítica e suas Lições

Para terminar é necessário tirar algumas conclusões dos acontecimentos. Um movimento de envergadura como a greve de Osasco, para ser vitorioso, tem de levar em consideração uma série de fatores, como a correlação de forças, o nível de organização, a disposição da massa. É preciso sempre tentar obter vitórias parciais, para que se fortaleça a organização e se eleve o nível de consciência da classe operária. Como eu já disse, anteriormente, nós fizemos a greve num mau momento, pois se tínhamos condições para mobilizar a massa, faltava-nos organização suficiente para sustentar o movimento. Por outro lado, embora lutássemos sempre para criar uma organização independente nas fábricas, os comitês que surgiram continuaram na dependência do Sindicato. Não que tivéssemos intencionalmente fortalecido o Sindicato em detrimento de nossa meta principal, mas porque se tratava de uma experiência nova. Além disso, os comitês também dependiam muito do grupo de esquerda, que por sua vez controlava o Sindicato. Tudo girava em torno do Sindicato: era lá que se realizavam as reuniões das comissões e dos comitês. Jamais nos preocupamos a sério em montar, nos bairros, uma infra-estrutura independente do Sindicato. Foi por essa razão que quando a polícia ocupou o Sindicato e nós fomos impedidos de circular em Osasco a greve entrou em refluxo.

Fora isso, existe o problema de nossa visão política (nessa época bem militarista), que influenciou na decisão de antecipar a greve, bem como na forma de encaminhá-la. Essa posição nos colocava a todos no mesmo nível de prática de um setor importante da esquerda brasileira, que se encaminhava cada vez mais para as ações armadas. Entretanto, nenhum desses grupos oferecia uma alternativa para o movimento operário, e nós de Osasco sem sermos um partido, fomos levados pela contingência a assumir tarefas de direção política da massa.

CPI do arrocho: a anatomia de um roubo

A compressão dos salários - o arrocho salarial - foi a tônica da política económica destes últimos anos. Neste artigo, os autores, analisam, a partir do balanço feito pela CPI do Arrocho, em 1968, o significado e as implicações da política salarial do Governo. Discutindo os eventos grevistas recentes, explicitam o significado de uma palavra de ordem que marcou Osasco e Contagem em 68: só a greve derruba o arrocho.

Ana Maria Jover e Aluizio J. R. Monteiro Jr.

O ano de 1968 representou, com todas as suas crises, o primeiro balanço a que o golpe de 64 foi submetido. A sociedade brasileira, que aos poucos se recuperava do trauma sofrido quatro anos antes, começava a dar sinais de insatisfação. As forças sociais, apesar da repressão manifesta ou latente, começavam a se organizar, mobilizando-se em defesa de seus interesses e na luta pelos seus direitos. Os estudantes saíam às ruas e ocupavam as universidades; os intelectuais e artistas aderiam às grandes manifestações e desafiavam abertamente o regime; os trabalhadores faziam greve e até ocupação das fábricas. Todo este quadro parecia indicar aos "revolucionários" de 64, aos todo-poderosos interventores do Brasil, que sua brincadeira não deu certo, que seus planos fracassaram e que seus dias estavam contados.

Face a esta emergência, o governo do general Costa e Silva tentava desajeitadamente "corrigir excessos anteriores", através de decretos e portarias apressados; procuravam ainda esboçar uma tímida abertura política que fosse capaz de responder à já insuportável pressão exercida pelo conjunto da sociedade mobilizada. Sim, por que ele ainda não dispunha, como seus precavidos sucessores, do inesgotável manancial de poder que é o Ato Institucional nº 5, a imprensa era razoavelmente livre e era preciso prestar contas do que se fazia e dizia.

Foi nesse clima de balanço e constestação geral que, por iniciativa do deputado Mário Covas (MDB) nasceu a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os efeitos sociais da política salarial em vigor e perda do poder aquisitivo real dos assalariados. Ou, simplesmente, a CPI do arrocho.

Uma radiografia da exploração

Com um prazo inicial de 90 dias, os trabalhos da Comissão iniciaram-se a 24 de novembro de 1967, mas só terminaram em 22 de maio de 1968 às vésperas, portanto, da greve de Osasco. Tinha como objetivo apurar:

- 1) os efeitos da política salarial em vigor e a perda de poder aquisitivo real dos assalariados;
- 2) as distorções na aplicação dessa política, particularmente no que se refere ao resíduo inflacionário;
- 3) as interferências da política salarial no sistema de livre convenção entre empregados e empregadores;
- 4) as implicações dessa política na liberdade e autonomia sindical, bem como na intervenção nos sindicatos operários;
- 5) os reflexos econômicos de tal política no mercado consumidor, na inflação de custos e no desestímulo à produção;
- 6) a compatibilidade entre os atuais níveis de salário-mínimo e seus critérios de fixação em face das necessidades vitais de trabalhador.

A Comissão era composta dos seguintes deputados : Último de Carvalho, Wilmar

Guimarães, Rockefeller de Lima, Hermes Macedo, Lacorte Vitale, Raimundo Parente (relator da ARENA), e Franco Montoro (presidente), Márcio Moreira Alves, Doin Vieira, Mário Gurgel, do MDB.

Foram ouvidas 15 testemunhas: Arnaldo Sussekind (ministro do trabalho de Castelo Branco); Jarbas Passarinho (senador e então ministro do trabalho); Ivo de Almeida Santos Pinheiro (Diretor geral do Departamento de Salário); Ruy Brito de Oliveira Pedroza (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito - CONTEC); António Santana Barcelos (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem); Conceição Imaculada de Oliveira (secretária do mesmo sindicato); Ênio Seabra (Metalúrgico de Belo Horizonte); Fábio Araújo Mota (Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais), Waldyr Soeiro Emrich (presidente do Centro das Indústrias das Cidades Industriais do Estado de MG); Brasília Machado Neto (presidente da Federação do Comércio do Estado de SP); Theobaldo de Nigris (presidente da FIESP); Joaquim Andrade (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP); Thomaz Pompeu de Souza Brasil Netto (presidente da Confederação Nacional da Indústria); João Wagner (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria).

Apenas Uma Circular

A ideia de uma política salarial sob controle do governo federal surgiu em 1963, ao tempo do governo João Goulart, com o decreto nº 52275, de 17/7/63, que instituiu o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS).

O decreto não visava um sistema de controle de todos os aumentos salariais do país: dirigia-se apenas às autarquias econômicas e às sociedades de economia mista.

Em todo caso, não "vingou", pois os reajustes salariais continuavam sendo feitos como sempre, isto é pela livre convenção entre patrões e empregados regulada pela justiça do trabalho, conforme estipulado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O segundo passo para ampliar a interferência do governo nos reajustes salariais foi dado com o decreto 53010, de 27/11/63, que atribuiu ao CNPS o exame prévio de todo e qualquer aumento de quaisquer vencimentos que acarretassem encargos para o Tesouro Nacional ou majoração de tarifas e preços fixados pelo Poder Público.

A 19 de junho de 1964, acabaria a pré-história do arrocho, com a emissão da Circular nº 10 do Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil. Embora uma simples circular, o documento continha as principais diretrizes da política salarial do governo, que após marchas e contramarchas pouco mudou até os dias de hoje.

Segundo esta Circular, a política salarial que se procurava implantar tinha dois objetivos fundamentais: 1) conter a inflação; 2) conservar a participação da remuneração do trabalho no Produto Nacional. Para tanto, o CNPS passaria a determinar todo reajustamento, revisão ou acordo salarial coletivo de quase todo tipo de empresa pública, mista ou privada. As resoluções tomadas pelo Conselho deveriam ser comunicadas à Justiça do Trabalho como "ponto de vista do Poder Executivo"

Posteriormente, o decreto 59035 (1966) ampliaria o mesmo critério às entidades como SESI; SESC; SENAI; SENAC e LBA.

De agora em diante, "Reajuste" significa "Arrocho"

No período pré-64 a escalada inflacionária conjugada à combatividade dos sindicatos livres resultava em diversos reajustes por ano, às vezes até de três em três meses.

Claro que tal prática não se manteve na era do arrocho: a referida Circular nº 10 proibia terminantemente reajustes com espaçamento inferior a um ano, a contar da última revisão.

A Circular instituiu também um "método" especialmente construído para comprimir os salários, a partir de três critérios básicos:

- 1) atualização monetária dos salários mediante a obtenção do salário real médio dos 24 meses anteriores ao reajuste;
- 2) multiplicação desse salário real médio pela taxa do aumento de produtividade estimada para o ano anterior, a qual seria fixada pelo Ministro da Fazenda;
- 3) acréscimo da previsão para compensações do resíduo inflacionário porventura admitido na programação financeira do governo e também fixado pelo Ministro da Fazenda.

A taxa de produtividade e a previsão do resíduo inflacionário seriam fixados pelo governo ninguém sabe como e a circular apenas explicava o modo de se obter o salário real médio dos 24 meses. Eis a receita: divide-se o salário efetivamente pago em cada mês pelo respectivo índice do custo de vida e multiplica-se o resultado pelo índice correspondente ao mês do reajuste - isto daria 24 salários expressos em moeda do poder aquisitivo do mês anterior ao do reajuste, cuja média aritmética representaria o "salário real médio".

Após esta famosa Circular seguiram-se decretos, leis e decretos-leis que vinham burilar ainda mais o precioso instrumento de espoliação da classe trabalhadora, por meio de expedientes sutis e cada vez mais restritivos do processo de reajustamento salarial. A lei 4.725 (1966), além de suprimir sem mais a taxa de resíduo inflacionário no cálculo do reajuste (logo depois reintroduzido por decreto), complicou mais ainda o já complicado sistema, admitindo diferentes entidades como o Conselho Nacional de Economia, a Fundação Getúlio Vargas, o Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, o Departamento Nacional de Salário e o CNPS em colaboração com o Ministério da Justiça e a Justiça do Trabalho.

Por fim, um novo decreto determinou que os índices seriam publicados todo mês em decreto do Presidente da República. E, ao índice publicado, só poderiam ser adicionados o resíduo inflacionário quando informado pelo Conselho Monetário Nacional e a taxa de produtividade quando informada pelo Conselho Nacional de Economia - em suma, todos os índices que decidiriam a vida dos trabalhadores brasileiros calculados secretamente e ditados sem contestação pelo próprio governo militar.

O Diagnóstico da CPI

"Não restou qualquer dúvida sobre a verificação de uma efetiva queda no poder aquisitivo dos salários, a partir do momento em que se produziram os efeitos da vigente política salarial do governo" - afirma literalmente o relatório da CPI (ver quadros I e II). O reconhecimento do arrocho, aliás, não foi negado por quase nenhum dos depoentes, inclusive pelos seus responsáveis mais diretos como Jarbas Passarinho e Arnaldo Sussekind.

A causa principal desse fenômeno, segundo a CPI, reside na subestimação do crescimento esperado dos preços (resíduo inflacionário) subestimação essa resultante de "otimismo exagerado ou leviandade"... De qualquer forma, sentencia a CPI, *"a política salarial executada a partir de 1964 não esteve fiel aos propósitos do Plano de Ação Econômica do Governo, especialmente quanto à manutenção do poder aquisitivo dos assalariados e de sua participação no Produto Nacional"* - esses dois últimos itens, é bom lembrar, são duas razões de ser, o motivo essencial da própria formulação dessa política. A segunda denúncia da Comissão é a de que *"a declaração de nulidade dos acordos salariais por parte de autoridade administrativa envolve matéria jurisdicional, ferindo assim o princípio da separação dos poderes"*.

Complementando seu diagnóstico, a CPI propõe:

- 1) que se investiguem as demissões em massa após os reajustes salariais, visando desonerarem-se as folhas de pagamentos;
- 2) que o salário real médio não seja mais obtido segundo a média dos 24 meses anteriores, o que só se justificaria como medida transitória;
- 3) que se mantenham o "resíduo inflacionário e o "adicional de produtividade", desde que não venham compensar uma insignificante correção monetária (como é o caso);

- 4) que se integre a produtividade setorial ou por empresa;
- 5) que a Justiça do Trabalho tenha maior flexibilidade;
- 6) que empregados e empregadores participem nas decisões relacionadas aos índices básicos para reajustamento;
- 7) que os assalariados, mediante lei, tenham participação obrigatória e direta no lucro da empresa;
- 8) que a política salarial seja formulada em nome de uma generalização do bem estar social.

Essas eram as recomendações da CPI. Mas isto seria possível, na correlação de forças daquela precisa conjuntura? Vejamos que respostas os diferentes setores da sociedade tinham a dar ao arrocho.

Na perspectiva de propor um afrouxo salarial corrigindo erros passados que prejudicaram a todos, pois ninguém é perfeito, o ministro tenta ganhar a confiança dos trabalhadores com formas abstratas que aparentemente não estão ligadas aos interesses patronais: *"Então, eu digo que o meu trabalho é todo no sentido de restaurar a dignidade da forma de intervenção do Estado nos reajusters salariais. A fórmula era digna: perdeu a dignidade à proporção que foi aplicada com distorção. Agora, temos de restaurá-la, porque ela está certa. Temos de infundir a confiança num terreno onde ela foi perdida, que é no setor dos trabalhadores."* O deus do Olimpo fala a seus fiéis seguidores, aliados: *"Em vez de negar afirmaria; em vez de não praticar a justiça, vou começar a praticá-la pontualmente; em vez de permanecer fazendo a injustiça, deixo de fazê-la e começo, gradualmente, a devolver aquilo que é justo."*

O que diziam os patrões

Representados entre outros pelo Presidente da FIESP, Theobaldo de Nigris, os patrões achavam que o grande mérito da política salarial implantada pelo governo militar a partir de 64 foi a conjunção com as medidas de ordem creditícia e financeira que visavam a combater a elevação de preços. Isto tendo como objetivo, no entender dos patrões, *"manter constante a participação do assalariado no Produto Nacional"*. Para eles uma das causas fundamentais da necessidade do arrocho estava na falta de uniformidade na aplicação dos reajustes: *"concessão de aumentos salariais conflitantes, e tratamentos discriminatórios em benefício ou detrimento de alguma das categorias profissionais de acordo com seu maior ou menor poder político que estava acarretando distorção na estrutura salarial e efeitos perniciosos no sistema produtivo"*. De Nigris diz ainda que

Do ponto de vista social há um aspecto bastante positivo que compensa alguns prováveis efeitos negativos da atual política de salários. Presentemente, os salários reais, tanto o mínimo quanto o das categorias profissionais, apresentam oscilações bem menores entre dois períodos de reajustamento. Na fase da inflação mais aguda haverá, entre duas revisões salariais, profundas alterações no poder de compra dos consumidores. Agora, com a desaceleração da alta de preços, essas oscilações perderam muito de sua amplitude, assegurando maior estabilidade de rendimentos pelos assalariados.

A política demagógica e paternalista toma corpo e se define claramente quando diz que *"o operário hoje não vive em condições piores do que vivia há 30 anos, e o digo com toda sinceridade, com toda honestidade. Contudo, reafirmo, ele tem todo o direito de viver muito melhor do que vive hoje, embora seja melhor a vida que leva hoje que há 30 anos atrás"*. E como se não bastasse: *"Quanto ao controle de preços sinceramente sou contrário"*.

Outro fator que os trabalhadores sentem na carne, como o desemprego, o representante dos patrões tenta, com sua verbosidade esconder a realidade:

Na mão-de-obra qualificada absolutamente não há desemprego. Entretanto na mão-de-obra desqualificada, há como sempre um contingente que muda de setor em setor, de parte em parte, que nos tern preocupado seriamente". Quanto a questão

fundamental da remuneração da força de trabalho dos operários que são aqueles que realmente fazem a riqueza, os patrões têm as dúvidas oficiais. "Quanto ao poder aquisitivo da classe assalariada indagamos: devemos ou não retribuir melhor o honroso trabalho que prestam às nossas empresas os assalariados? Como investir nas nossas empresas, como desenvolvê-las, como criar mais empregos? Fácil seria - e com todo prazer o faríamos - duplicar os seus salários. Seria um encanto. Entretanto, como fazê-lo? Qual seria então a alternativa para mudar essa política que o governo do honrado Marechal Castelo Branco houve por bem determinar? Indiscutivelmente não temos alternativas. Praza aos céus que apareça uma formula melhor. Nesta bendita terra quero paz e tranquilidade.

Negando a existência do arrocho salarial e entrando em contradição com o próprio governo, o representante coloca claramente que o responsável pela inflação são os operários, pois querem maiores salários:

Acredito que haja uma confusão na expressão do Ministro Jarbas Passarinho quando fala em achatamento. Entendemos por achatamento desde o salário menor ou maior onde os valores acabam confundindo-se pelo achatamento. Não vemos achatamento nesse procedimento. É até certo ponto, louvável a manifestação do Sr. Ministro, quando entende de melhorar o poder aquisitivo da classe assalariada. Nós, com toda a satisfação, desejaríamos aumentar o poder aquisitivo do assalariado, mas isto implica um aumento de preços... Enquanto não nos aparece uma fórmula melhor, quase diria mágica, porque, sinceramente, honestamente confesso, não conheço outra! Temos de optar por esta política.

A demagogia atinge momentos irônicos, quando o representante dos patrões diz que eles são tão sacrificados quanto os trabalhadores: "A verdade é que todos estamos sendo sacrificados a bem de uma política que objetiva o bem comum".

O que diziam os pelegos

Na qualidade de representante dos trabalhadores falou na CPI o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim de Andrade, homem vinculado aos patrões desde 1964 quando foi nomeado interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos. Tentando parecer um operário descomprometido com os patrões, começa acusando-os de incompetentes:

As empresas, no meu entender, que estão em situação má, o estão por absoluta inépcia administrativa. A descapitalização das empresas não é por conta dos trabalhadores. Com o instinto de sobrevivência que todo pelego tem, tenta se colocar contra o golpe de 64, que veio em seu benefício: "Não tenho dúvida alguma em afirmar com a consciência de bom brasileiro, que com menos dinheiro se vivia melhor, com mais tranquilidade.

Dando seqüência a sua necessidade de sobrevivência, ele sai pelo plano consumista e faz este apelo, até certo ponto legítimo:

Mas pergunto: será possível que dentro de uma Pátria tão farta, tão boa, tão generosa como a nossa, um operário que trabalha a vida toda em geladeiras não tenha o direito de adquirir a sua geladeira e aquele que trabalha em televisores não possa ter seu aparelho?

Como todo aliado dos patrões, tenta desviar a luta dos trabalhadores do seu objetivo principal que é contra os patrões em geral, para a luta contra o capital "estrangeiro" defendendo o capital "nacional" e ataca:

Embora a desnacionalização da empresa brasileira esteja aí patente, a gritar a todos os quatro cantos da nação. Vimos, recentemente a Willys Overland do Brasil ser absorvida pela Ford Motor Company of Brazil; vimos a DKW Vemag, que era uma empresa "Novo Mundo" dirigida pelo eminente brasileiro Oscar Augusto Camargo, ser absorvida pela Volkswagen da Alemanha... Então constatamos que as empresas automobilísticas também se viram na contingência de se unirem para sobreviver. Não

sei se esta é uma conjunção proposital, espontânea, ou forçada.

Não tendo como fugir à realidade dos fatos, Joaquim chama para os trabalhadores o peso de terem de aguentar uma política de arrocho salarial, mas propõe medidas que não resolvem o problema: *"Mas como nada tínhamos a dar e demos tudo, esperamos agora que medidas sejam postas em prática, principalmente algumas já preconizadas em depoimentos anteriores, como aquelas da contenção e fiscalização dos preços".*

Como "bom patriota", participa da meta desenvolvimentista nacional mas acha que ela vai demorar um pouco por causa do arrocho salarial: - *"A falta de poder aquisitivo da massa operária levou o Brasil a uma estagnação económica e nos custará alguns anos para atingir aquela meta de desenvolvimento que todos nós, bons brasileiros desejávamos que houvesse nessa terra".*

A única forma encontrada pelo pelego para acabar com o arrocho salarial é a revogação de leis: *"Os trabalhadores de São Paulo estão no firme propósito - e gostaríamos de garantir isso com toda a liberdade que nos permite o fato de sermos bons brasileiros - de só desistirem da luta anti-arrocho salarial, quando virem por terra as leis 4725, 4903 e Decretos 15 e 17".*

Quanto a questão do Fundo de garantia o pelego toma pé das reivindicações dos trabalhadores contra o Fundo, apelando novamente para o nacionalismo que nada tem a ver com os interesses dos trabalhadores:

Os trabalhadores, é voz corrente e geral, são contra o Fundo de Garantia. Além das motivações de ordem prática, existem também as de ordem filosófica. Os trabalhadores entendem que a filosofia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é importada e aplicada num país que vivia bem com o regime antigo de estabilidade em que pese as fraudes que existiam por conta dessa estabilidade. Não é verdade - e iríamos aos últimos detalhes para provar que não é verdade - que o trabalhador, espontaneamente aceita o fundo de garantia por tempo de serviço. Há uma pressão organizada.

Mas as soluções que o pelego propõe, denotam bem o seu caráter: *"É perfeitamente viável a existência do FGTS e o instituto da estabilidade".* Mas ao mesmo tempo propõe medidas radicais que só serão conquistadas na prática pelos trabalhadores: *"haveria necessidade de medidas práticas, profundas, severas no sentido de bitolar os preços que estão à solta, porque os salários estão bitolados".* Com um fecho de ouro o pelego encerra seu depoimento:

"E eu faria minhas hoje, as palavras de um dos mais ilustres democratas que a História já conheceu: Kennedy. Ele disse, num de seus discursos, que a sociedade que não puder ajudar os muitos que são pobres, não poderá salvar os poucos que são ricos".

O governo concordava que existia arrocho

O então Ministro do Trabalho, Senador e Coronel Jarbas Passarinho, com a sua argúcia e verborragia típica de parlamentares que vinham do populismo, tentou enrolar e enganar a opinião pública mostrando que tinha existido arrocho salarial, mas que dali pra frente ia existir era "afrouxo salarial". Houve quem acreditasse. Inicialmente, o governo achava que, para combater a inflação, o arrocho salarial por 3 anos bastaria. Diz o ministro: *"Naturalmente, ele (o governo), prevendo que em 3 anos venceria o curso da inflação, achou que neste período não precisaria mais manter o controle sobre a política salarial".* Concordando com o óbvio, diz que *"no entanto, houve na área de salário mínimo uma redução de capacidade aquisitiva".* E dando sequência ao seu pensamento demagógico conclui:

Acho muito difícil que o homem de salário mínimo obtenha carne, obtenha batata na sua dieta. Em 1948 era preciso que o operário trabalhasse duas horas e oito minutos para comprar um quilo de arroz. Tinha ele reduzido o tempo para uma hora e oito minutos de trabalho. Um quilo de carne, que representava 3 horas e 50 min. de trabalho em 1948, representava, em 1966, 5 horas e 45 min... Assim o salário mínimo foi sempre um salário de sobrevivência neste país, nunca de subsistência.

Concordando que os trabalhadores estavam sob pressão de todos os tipos, policial, económica, social, o ministro diz que deviam assim mesmo exigir mais: *"Houve seguramente redução da capacidade de barganha dos sindicatos na hora em que amedrontados de fazer determinadas postulações, eles talvez pedissem o mínimo possível, um minimum minimorum. Não sei se os patrões nessa ocasião deram mais do que foi pedido. Tenho a impressão de que não"*.

Admitindo claramente a existência do arrocho, o Governo podia propor o "afrouxo": *"A queda da demanda em grande número de setores foi provocada pela redução do número de salários médios mais.."*

Tentando manter a tradição do Estado brasileiro de parecer árbitro entre patrões e trabalhadores, o ministro sai em defesa dos trabalhadores: *"porque o sindicato, se não tiver o direito de greve, perderá talvez o mais efetivo instrumento para poder postular o seu desenvolvimento, quando não há entendimento entre as partes"*. Toda demagogia tem limites. Na hora em que entra em jogo o lucro dos patrões, todo afrouxo vira arrocho: *"Não seria possível de imediato, restaurar os salários reais de três anos atrás, a menos que o governo se decidisse ao violento corte da despesa e impostos a comprimir o setor agropecuário ou a cortar os lucros das empresas, o que genericamente seria pouco saudável para a política de desenvolvimento"*. A visão apolítica e corporativa dos sindicatos atrelados ao Estado é clara pois interessa aos patrões, diz o ministro.

É muito mais interessante que se integrem verticalmente os sindicatos até que possamos evoluir e perder a taxa de quarenta e tantos por cento de analfabetos do país e então, chegar a uma composição que permita uma unidade sindical que, reconheço, é a tendência final. O que sou contrário é a utilização do sindicato para fins políticos. Sou contrário também à utilização de sindicatos por pelegos.

A realidade mostrou o inverso.

Só a greve derruba o arrocho

O governo militar que se instaurou em abril de 64, tinha fundamentalmente como objetivo permitir que a acumulação capitalista no Brasil desse um salto, rompendo grilhões do nacionalismo pequeno-burguês, fazendo com que a economia brasileira se integrasse totalmente no mercado capitalista internacional. Os trabalhadores tinham sido traídos por suas direções que se aliaram à burguesia reformistas, deixando de lado os reais interesses históricos dos trabalhadores, para defenderem bandeiras nacionalistas burguesas. Os trabalhadores, assim, não estavam organizados independentemente da burguesia do Estado, quando veio o golpe de 64. Com a total desorganização dos trabalhadores foi possível implantar uma política anti-operária, baseada no arrocho salarial, que permitiu altos índices de acumulação de capital. É aí que os trabalhadores percebem na prática que a única forma possível de conseguir suas reivindicações é a sua organização independente e a conquista do direito de greve na prática. O arrocho salarial só seria derrubado com a greve, como apontaram os trabalhadores com as greves de Contagem e Osasco, que punham em cheque diretamente a política salarial, pois pediam aumentos fora do índice concedido pelo governo. Foram em parte vitoriosas pois conseguiram um abono de 10%.

Hoje, vemos na prática como o arrocho salarial está sendo derrubado: a partir de maio deste ano, quase 150 mil trabalhadores já entraram em greve pedindo 20% de aumento além do concedido pelo governo, à revelia das direções sindicais. O movimento tem sido vitorioso, com aumentos que variam de 10 a 18%. Mas a lição mais importantes que a classe operária tira dele é a necessidade de sua organização livre e independente dos patrões e do governo em seus próprios locais de trabalho, da construção de seus próprios partidos políticos e é, acima de tudo, a consciência de que qualquer direito se conquista na prática, como foi o caso da greve, que hoje é possível, apesar da lei dizer o contrário.

O 1º de maio de 1968

*"Um sistema em que não exista a exploração do homem pelo homem; onde o trabalhador possa decidir de seu próprio destino e participar da História enquanto sujeito e não enquanto objeto. Este é o objetivo máximo que o trabalhador não conquistará se não tiver um partido seu" afirmou **José Barbosa Monteiro**, operário metalúrgico e líder sindical, exilado desde 1969, em entrevista a Maria Moraes, na Suíça, onde vive atualmente.*

P: José Barbosa, você que compartilhou dos altos e baixos do movimento operário, desde a derrubada do governo Goulart até 1969, como explicaria o que se passou no 1º de maio de 1968?

R: Fazemos uma breve recapitulação. Logo após o golpe de 64 tivemos um período de calma, como se todo mundo estivesse na expectativa do que viria a seguir. Depois, já em junho, sai a lei 4.330; a lei da greve, ou melhor, da proibição na prática do direito de greve. No ano seguinte, a lei do arrocho. O descontentamento aumentava entre os operários mas tivemos poucas greves no período. Em junho de 65 houve eleições no Sindicato de São Bernardo - que tinha sofrido intervenção - e ganhou a chapa em que eu era diretor.

P: Como era essa chapa. Nasceu de algum compromisso político?

R: Foi uma chapa ligada à equipe de pelegos que existe ainda hoje. Mas muitos participantes eram dirigentes novos, com vontade de brigar mas naquela base da boa vontade. Eu, por exemplo, militava fazia três anos no movimento sindical e não tinha formação política. Se tivesse não teria entrado nessa chapa. Entrei naquela ilusão de que se o sindicato não fazia muita coisa é porque os dirigentes que lá estavam tinham ligações com os patrões. Eu achava que se brigasse com os patrões conseguiria alguma coisa.

P: Você se recorda de greve nesse ano?

R: Em 65 tivemos uma parcial na Scania Vabis, por aumento de salário. Houve uma certa repressão, com a polícia na porta da fábrica. Nós tentamos legalizar a greve mas era impossível, com todos aqueles trâmites. Acabamos conseguindo um reajustezinho. Então, em 1966 começamos a discutir sobre o problema do arrocho; do que se poderia fazer contra a lei do arrocho. O movimento intersindical anti-arrocho foi criado, pensado e articulado em São Bernardo. A partir, sobretudo, de três pessoas dentro da diretoria do Sindicato; o Afonso Monteiro da Cruz, que era o presidente, o Raul, que era responsável pelo Departamento Cultural e eu. Nessas alturas não se chamava MIA. Nossa ideia primeira era reunir os dirigentes sindicais mais progressistas do ABC para um movimento conjunto contra a lei salarial, contra o arrocho.

P: Quais eram os outros presidentes sindicais?

R: Em Santo André estava o Marcílio, o mesmo que permanece até hoje. Em São Caetano o Onélio Dias, um pelegão. Além disso, conseguimos reunir imediatamente 17 sindicatos da região do ABC. Depois entrou o Sindicato de Osasco. E por volta de fins de 66, começo de 67, que o MIA se afirmou mesmo. Aí houve eleições para o Sindicato de Osasco e o Ibrahim - presidente eleito - aderiu ao MIA. Também em Guarulhos alguns sindicatos aderiram. No começo devagarzinho, sem ser muito importante de início; a gente só discutindo os problemas. Mas as reivindicações do início de 67 já foram mais corajosas. As pessoas iam perdendo o medo e criando confiança. Assim, o movimento contra o arrocho foi tomando força. Até que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o Joaquim e o Argeu dos Santos,

da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo encamparam o movimento. Encamparam para desmontar.

P: *Como foi que os pelegos conseguiram desmontar o MIA ?*

R: Foi em 67, quando convocaram todo mundo para uma reunião pública, na praça Júlio de Mesquita, no centro de São Paulo. Naquele dia a repressão foi violenta: a praça estava cheia de polícia do Deops. Os caras chegavam de dois e pegavam a gente, arrastando pelos braços. Os pelegos fizeram essa convocação para desmoralizar o movimento. Naquele dia conseguiram enterrar o MIA.

P: *Qual o balanço que você faz do MIA?*

R: Acho que representou uma tentativa de organização dos dirigentes da época: uns progressistas, outros pelegos. E o problema dos pelegos tem de ser visto em 2 níveis: o consciente e o inconsciente. A pelegada hoje é constituída por conscientes que na época não eram. Isto é, eles pegam os trabalhadores jovens, inexperientes. Como dirigente sindical o trabalhador já melhora um pouco seu nível de vida... Então, todo mundo faz o que pode para não sair. E aí se pode marcar a diferença entre as pessoas. Alguns se eternizam; outros já não querem saber de continuar depois do segundo mandato. O Afonso, por exemplo, depois do segundo mandato não quis saber mais e largou tudo. Muitos outros fizeram isso: não eram pelegos conscientes.

P: *Encerrada a experiência do MIA que outras experiências viveu o movimento operário naquele momento? Além disso, que forças políticas atuavam no seu interior e com que peso?*

R: Desde 1964 que as organizações de esquerda estavam presentes no movimento operário. E a partir de 65 essas organizações começaram a se reorganizar, a criar uma personalidade, a influenciar o movimento operário. Nós tínhamos muitos militantes operários, sobretudo na indústria automobilística. Em 1966 começa a discussão sobre o que se chamou de luta armada que, malgrado não tivesse uma implantação no meio operário, sempre recebia uma certa simpatia.

Mas não se pode dizer que qualquer uma das organizações políticas dirigisse algum dos sindicatos, desse a orientação. Importante foi todo o trabalho dos comitês de empresas - em São Bernardo e Osasco havia uma cacetada deles que, pouco a pouco, veio dar origem a esse trabalho das oposições sindicais. Nesse particular acho que as organizações tiveram um papel importante.

Em fins de 68 nós formamos oito jornais desses comitês na Scania, Volkswagen, Ford, etc... Jornais de denúncia, com notícias das próprias empresas. Depois, criamos outro maior, o Macacão, com tiragem de 5 mil exemplares, mensal. Ele publicava notícias de outros jornais - as coisas mais importantes - e circulava na área do ABC.

P: *Isso tudo se passa depois do 1º de maio de 68 e da greve de Osasco; o que aconteceu em 1967? Você se lembra de alguma greve?*

R: Tivemos algumas greves esparsas. O MIA, terminou em fins de 67 e aí as coisas mudam de figura. Mas, antes, nós tivemos o 1º de maio de 67: foi realizado em Santo André - juntando o pessoal de S. Bernardo e São Caetano também - e nós convidamos o Geraldo Vandré; o José Guedes, vice-presidente da UNE e muitos operários falaram. Mais de 1.500 pessoas. Já no fim do ano começamos a preparar o próximo primeiro de maio. Já se falava em crise política e tínhamos o Sodrê como governador: muito oportunista, ele queria popularizar seu governo, dar uma de progressista.

P: *Vamos então ao 1º de maio de 68: você dizia que Sodrê estava disposto a se popularizar e para isso queria aproveitar o dia dos trabalhadores.*

R: Exatamente. E é interessante observar as duas composições do 1º de maio. De um lado se encontravam os pelegos – todos os *mesmos* - *o pessoal do MIA e outros. Pessoas como o Raul e eu não participaram* mas o Afonso, infelizmente, participou (são coisas que não dá para entender). Enfim, aí estavam os sindicatos e o governo.

Do outro lado - e aí as organizações revolucionárias tiveram um papel importante - estávamos nós. A maioria que estava na praça foi convocada pelo governo: dizem que fizeram mais de um milhão de panfletos convocando para o 1º de maio em São Paulo. A contramanifestação, por sua vez, foi toda preparada pela esquerda.

P: *Vocês tinham claro o que iam fazer?*

R: Tínhamos sim. Vou te dar um exemplo: em Vila Palmares, em S. Paulo nós nos preparamos durante um mês inteiro com a Igreja, Sociedade Amigos do Bairro, Movimento das Mulheres do Bairro.

P: *Como foi preparada a manifestação?*

R: O 1º de maio foi planejado pelas organizações políticas: houve várias propostas. No final, resolvemos o seguinte: como o Sodré estaria no palanque, com secretários, pelegos etc. e tudo isso cercado por 2 cordões de policiais - a segurança é sempre enorme quando está o governo nós íamos colocar gente para tomar conta da rua; cercar o palanque. Depois, chegaríamos pelo fundo da Praça da Sé e caminharíamos até lá. Só que na hora H a coisa mudou.

Nós tivemos um pequeno atraso e quando chegamos estava aquela confusão: o pessoal tinha jogado pedras no palanque, cortado o serviço de som (o que atrapalhou depois) e outras medidas que não estavam previstas. O Sodré tinha corrido e aí nós ocupamos o palanque. E quem passou a dirigir foi um cara de Santo André. Aí chegou o Barreto e com mais alguns tomamos a direção da manifestação, de megafone na mão. Como estava difícil de escutar os discursos resolvemos sair para a passeata. Aí tivemos muitos problemas: teve um pessoal que começou a quebrar o City Bank e a provocar a Polícia Militar. Na Praça da República a coisa melhorou: o José Barreto fez um discurso excelente.

E este é um ponto que é bom esclarecer: quando se fala de 1º de maio muita gente acha que tudo saiu de Osasco. Na verdade, foi um movimento muito mais amplo: gente de São Paulo, do ABC, Guarulhos, Osasco e Campinas. E toda uma participação do povo. De Santo André saíram 2 ônibus, da minha vila 6 ônibus com moradores, mulheres e crianças. Foi uma preparação política em profundidade onde colocávamos todos os riscos que corríamos. Fizemos uma coleta para comprar leite para todo o mundo e amoníaco contra o gás lacrimogéneo. Todo o mundo organizado em grupos de 5 com um responsável. Tínhamos aprendido com a experiência do MIA: agora, quando a polícia viesse buscar um os outros quatro caíam de pau para libertá-lo.

Hoje a gente ouve coisas erradas sobre o 1º de maio: muitos esquecem que ele teve a participação do povo e de um povo organizado que sabia o que ia acontecer.

P: *Qual a avaliação política que você faz deste 1º de maio?*

R: Aí temos dois níveis de questões. Uma coisa é a importância política do 1º de maio e estávamos todos de acordo que fora a coisa mais importante que tinha acontecido nos últimos anos, sobretudo depois da ditadura. Outra coisa era a *avaliação política de como foi conduzido o 1º de maio* e aí as organizações não entravam num acordo. Ninguém, tinha nada claro.

A meu ver houve muito erro no 1º de maio: principalmente a capitalização e foi o governo quem capitalizou, esculhambando todo o mundo. O erro de atacar o Sodré, de dar porrada nele - que apareceu em seguida na televisão. Aí, muita gente se impressionou: imagino que muita senhora respeitável chorou de pena. Mas, enfim, era o que podíamos fazer na época.

P: *Dava a impressão de que os participantes tinham saído com uma sensação de vitória. Ou não?*

R: Sim. Não só os participantes como os outros. Só que aí começaram os problemas. Isto são problemas particulares: ter de ficar clandestino, etc. Do ponto de vista político houve a avaliação de que a manifestação que atraiu muita gente, muita liderança que poderia ter continuado a fazer um trabalho menos bombástico mas muito mais eficaz.

Eu mesmo, voltei a trabalhar na fábrica, mas pouco tempo: a polícia não dava sossego. Em minha casa ríã voltei mais, depois do 1^o de maio. E, um ano depois, eu tinha de ir embora do Brasil. Mas acho que foi um acontecimento muito importante que desencadeou outros. Porque o fato de ter havido a manifestação do 1^o de maio deu coragem às pessoas, quebrou o medo que elas tinha. Todos viram que comunidade e organização poderíamos fazer alguma coisa.

A manifestação despertou as pessoas para o fato do 1^o de maio não ser um dia de festa mas de luta. E esse dia de luta não findou na praça da Sé. Devia ter continuidade nas fábricas, nos bairros... Uma semana depois, mesmo antes de Osasco, estouram dezenas de greves, de pequenas greves parciais. Dai, veio a grande greve de Osasco, veio também a greve de Contagem (a segunda, porque a primeira foi no começo do ano) e uma coisa que eu acho muito importante foi a primeira greve de Contagem : foi na base desta greve que se preparou, inclusive, o 1^o de maio.

Enfim, foi um emaranhado de coisas, um acontecimento dentro do outro. E todo um conjunto de influências, de experiências acumuladas. O 1^o de maio de 67, por exemplo, foi um resultado também da experiência do MIA e, por sua vez, permitiu a melhor preparação do 1^o de maio de 68.

Depois de tudo isto você pode notar que a oposição sindical que existe no Brasil não é uma coisa que nasceu agora: ela vem se organizando desde 1966. Só que nós então não tínhamos a clareza que hoje têm as oposições sindicais.

P: *Em que aspecto esta clareza se revela hoje?*

R: Veja a oposição sindical dos metalúrgicos de S. Paulo, por exemplo. Eles têm um programa claro. No nosso tempo nós dizíamos que se apresentássemos um programa ele não iria passar porque a ditadura não iria deixar. Se passar, nós vamos concorrer e aí haverá fraudes. E se a gente ganhar não vai ser empossado: e se for não poderá pôr o programa em prática porque logo vamos cair. Mas, por outro lado, nós também sempre questionamos a estrutura sindical e neste ponto existe bastante semelhança com a situação atual. Aí está o fio condutor que mostra a continuidade da luta de 68 e de antes de 68.

P: *Resuma, quais seriam os objetivos em torno dos quais os operários deveriam ter se organizado: um programa de lutas ou coisa parecida para 1968.*

R: Acho que são os mesmos objetivos de agora. Isto é, liberdade sindical, de expressão, de organização. Mas a experiência da época não permitia que tivéssemos muito claros os objetivos concretos. Agora existe maior clareza política.

P: *Quais as principais questões que se colocam para o movimento sindical hoje, na sua opinião?*

R: Acho muito importante a discussão sobre a estrutura sindical e sobre uma questão que não está nada clara, que é a distinção entre independência e autonomia do movimento sindical. Muita gente tem feito confusão, tomando uma coisa pela outra.

A independência se refere a uma estrutura sindical totalmente independente do Estado, do governo. Sem nenhuma vinculação com eles. Enfim, o contrário do que se tem agora. Veja a legislação sindical, por exemplo: ela dá 4 prerrogativas ao sindicato: (1) colaborar com o

governo e promover a paz social; (2) organizar serviços de assistência; (3) promover a conciliação no caso de conflitos entre patrões e empregados; (4) propor nomes para os tribunais e juntas de conciliação da Justiça do Trabalho: nomes que terão de ser aprovados pelo presidente da República. Ora, nessa legislação não aparece o trabalhador...

E todas as organizações paritárias que existem - patrões, empregados e Estado - são organismos compostos como se patrões e Estado não fossem a mesma coisa. Somos contra essa estrutura sindical. Ela deve ser destruída e a outra a ser criada não deve ter nada com o governo. Pois toda estrutura ligada ao governo - não estamos numa sociedade socialista - é dominada pelo patrão. Mas isso não significa dizer que devemos criar um sindicato paralelo. Nós vamos lutar dentro da estrutura existente para arreventá-la de dentro para fora.

A questão da autonomia, por sua vez, coloca-se assim: o trabalhador não conquistará seu objetivo máximo se não tiver um partido seu, de trabalhadores, que represente seus interesses. Isto é, um partido que não é só de quem tem a origem de classe operária ou camponesa mas de quem também tem essa posição de classe e luta para alcançar este objetivo histórico: um sistema em que não exista a exploração do homem pelo homem, onde o trabalhador possa decidir o seu próprio destino é participar da História enquanto sujeito e não enquanto objeto.

Para chegar a esse ponto precisamos ter autonomia - enquanto movimento de massa - de todo partido político. Agora, nossos militantes operários devem participar de uma organização que defenda os interesses da classe trabalhadora. O partido dos trabalhadores é sempre uma organização de elite: não se confunde com uma organização de massa.

O que não pode acontecer é se tentar usar - como já tem sido feito - o movimento sindical como moeda de troca. Ou seja, nem sempre as greves foram realizadas segundo objetivos que os operários tinham condições de entender e encampar. Faltou autonomia sindical. Os exemplos de movimento sindical atrelado a partidos são muitos: e quais são os resultados?

Penso que o importante é evitar a confusão do anarcosindicalismo. Nós não temos a pretensão de fazer sindicalismo pelo sindicalismo; luta de massa por luta de massa. O sindicalismo tem um objetivo que se dá em três níveis: (1) ao nível da massa que tem uma consciência baixa - não se pode dizer que a massa não tenha consciência de sua situação ela tem, só que ainda é baixa. E não é difícil entender por quê. No Brasil o mercado de trabalho começa aos 12 anos: aí o trabalhador é uma criança e tem muito mais para pensar até chegar a sua consciência de classe, que dificilmente virá antes dos 20 anos. É a partir dessa idade que o trabalhador chega a um nível maior de compreensão, (2) temos a liderança dessa classe operária, que tem uma certa consciência de classe mas não chegou a determinar seus objetivos estratégicos e (3) temos o partido ou organização de elite da classe operária.

Não se pode confundir a organização de massa - que tem também de estar a altura dos que têm consciência muito baixa - com a organização de elite do proletariado, que é o partido. E aí se coloca a questão da autonomia sindical - diferenciando esses dois níveis de atuação. E a autonomia sindical no Brasil - em que não temos ainda o partido do proletariado - poderá e deverá, inclusive, ajudar na criação desse partido.

“A posição do governo era a defesa da propriedade”

Roberto Costa de Abreu Sodré, ex-governador de São Paulo, teve participação direta em todos os acontecimentos de 1968, inclusive na decisão de reprimir violentamente os operários de Osasco durante a greve de julho. Homem ligado ao regime instaurado em 1964 (foi nomeado governador em 1966), aceitou o convite de dirigentes sindicais paulistas para o 1º de maio de 68 na praça da Sé, mas antes de iniciar seu discurso, os 15 mil expectadores se transformaram em manifestantes e começaram a gritar palavras de ordem contra o arrocho salarial. Juntamente com os sindicalistas pelegos, Sodré foi expulso do palanque, tendo, inclusive, levado uma paulada na cabeça. Abaixo, a entrevista concedida, neste mes, pelo ex-governador ao repórter **Jorge Baptista**.

P: Podemos começar pelo 1º de Maio de 1968, que foi uma data marcante em São Paulo. O senhor tem lembrança daquele lance da Praça da Sé? Como surgiu o convite ao Governador? Como foi organizado o comício?

R: Aquele 1º de Maio, ele nasceu sob inspiração do movimento revolucionário que já vinha se instalando em Paris e Nanterre, na França. Era a rebelião da classe estudantil, a partir de uma iniciativa respeitosa que era a renovação dos currículos ultrapassados das universidades... Esse movimento depois foi para Berkeley, se espalhou pra Inglaterra e outros países, fatalmente tinha de ter também o seu prolongamento no Brasil. Faço tal retrospectiva para mostrar que tudo era a continuidade de um movimento nascente na França, chamado Revolução de Maio! Os estudantes que reivindicavam melhoria de ensino foram infiltrados pelos elementos mais radicais de esquerda que desvirtuaram aquela luta, que até mereceria aplausos, para transformá-la numa luta de agitação política. Pois nós estávamos vivendo, desde que assumi o governo em 1967, uma constante agitação em São Paulo; agitação operária, agitação nos partidos de extrema direita e de extrema esquerda. Então, eu tendo sido convidado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo para participar do comício de 1º de Maio, aceitei por duas razões. Primeiro, eu não poderia deixar de aceitar, de comparecer a uma concentração operária, desde que fui convidado pelos líderes sindicais. Em segundo lugar, orientei-me por uma estratégia política. Eu estava informado de que os estudantes iriam também para a concentração, visando repetir aqui aquele desvirtuamento que eu acabei de assinalar quanto à Revolução de Maio na França. Eles queriam entrar no 1º de Maio da Praça da Sé para, num determinado momento, provocar uma briga, um conflito; até atrair a polícia para reprimir o conflito. Eles já tinham os mapas de saída pelas diversas ruas que dão confluência para a Praça da Sé.

P: O senhor sabia disso tudo antecipadamente assim em detalhes?

R: Exatamente. Tinha em mãos os mapas que um grupo extremista havia elaborado. Uns saíam por uma rua, outros por outra etc, tudo planejado! A polícia então viria pra estabelecer a tranquilidade no comício, mas possivelmente cometeria violência pra terminar com a briga, e aí agrediria não mais os estudantes que já teriam partido em retirada e sim os operários. Eles visavam exatamente o esquema que tinha sido usado nas barricadas francesas: era a união em torno da classe estudantil com a operária para uma exploração política. Diante dessa tática, que eu pude antes conhecer em pormenores, inclusive através de documentos escritos em espanhol, achei...

P: Espanhol?

R: Talvez fossem ordens vindas de Cuba. O plano estava em espanhol, embora a adaptação de logística, isto é, da montagem do trabalho na Praça da Sé, fosse coisa feita por ativistas

de São Paulo. Então pensei que não deveria fugir, mas estar presente, por aquelas duas razões: aceitar o convite e evitar qualquer intervenção policial em virtude de minha presença, pois chamaria sobre mim toda a raiva dos estudantes e assim colocaria por terra o plano de unidade entre operários e estudantes radicais. Afinal, saí vitorioso! Assumi o palanque, sem levar nenhuma guarda de segurança comigo, sozinho, com muito medo, mas pra cumprir o meu dever, pois a liderança não se exerce só na retaguarda. Então, quando comecei a falar, identifiquei logo os estudantes extremistas a atuar ali numa agressão terrível. Só me recordo do nome de um deles, do chamado Marquito (NR: Marco António Braz de Carvalho, morto em fevereiro de 1969), que morreu seis ou oito meses depois quando estouraram um aparelho terrorista na rua Major Sertório. Ele era o mais ativista, foi ele quem usou um pedaço de madeira para atirar na minha cabeça, o que rompeu meu couro cabeludo, sangrou e... mas foi muito mais o impacto do que um grande ferimento. Mas eles chegaram ao palanque e cortaram os fios, ainda assim eu prossegui no discurso sem me incomodar. Agora, notei logo que a disposição deles era tomar na base da violência o palanque. Então eu deixei o local; não tão depressa para não dar impressão de ser um covarde e nem tão devagar pra não dar impressão de ser um temerário. Retirei-me tranquilamente, entrei pela Catedral e saí pelas portas laterais da Catedral para evitar a "ação policial, pois ela estava acantonada na Praça Clóvis Beviláqua. Impedi que a polícia interviesse e ela não interveio.

P: Quer dizer que havia mobilização preventiva das forças de segurança? Quantos soldados?

R: Havia a preventiva e era normal, né? Não me recordo quantos homens, mas era um contingente pequeno, o indispensável para impor a ordem, mas impedi a movimentação, principalmente depois deles sentirem que eu estava ferido, pois eles ficaram com o desejo de defender a autoridade. A estratégia que montei era mais valiosa do que o ferimento que eu tinha na cabeça. Assim saí. E continuou lá o comício, só com os operários, foi feito; e os estudantes fugiram logo após o conflito. Tive depois uma grande alegria, quando depois da concentração um grupo de operários passou no Palácio para me levar solidariedade, sendo liderados pelo jovem cantor Geraldo Vandré, que teve um comportamento exemplar no episódio.

P: Então o senhor foi para o Palácio dos Bandeirantes imediatamente depois de sair da Catedral?

R: Imediatamente. O tempo suficiente para dar ordens para que a polícia não atuasse e tomar um café na esquina. Peguei um automóvel e vim para o meu posto que era no Palácio.

P: Como era a caracterização do comício em termos de participantes, ou seja, a massa que estava lá era mais de estudantes ou mais de operários ?

R: A grande massa era de operários. De estudantes extremistas só um grupo pequeno, uns 40 ou 50.

P: E o palanque foi tomado somente pelo pessoal desse reduzido grupo?

R: A ação foi tipicamente de extremistas, infiltrados como estudantes, foi feita por eles, esse grupo. O Marquito, por exemplo, não era nem operário nem estudante; era um ativista-provocador! Ele e outros usavam como arma um pedaço de madeira, um bastão, onde na ponta havia uma batata cheia de pregos. Essa madeira tinha facilidade de atingir o alvo, por que tinha o peso da batata. Foi esse o instrumento que abriu minha cabeça.

P: Segundo um levantamento de noticiários da época, dá para se notar que até 1º de maio de 68 praticamente não há em São Paulo intervenção policial aberta, violenta, para conter as manifestações políticas. Depois, porém, o pau começa a comer solto! A greve de Osasco, que estoura em 16 de julho, parece marcar uma nova fase, a fase repressiva pra valer! Na empresa Cobrasma, por exemplo, no dia que começa a greve baixa lá a PM, ataca firme, e faz mais de cem prisões. O operário José Barreto fica preso por 87 dias... Como explicar essa modificação na forma de atuar do aparelho de segurança?

R: Não houve mudança! É que os operários ocuparam as fábricas, principalmente a Cobrasma, e eles passaram a gerir essas fábricas. A cidade de Osasco ficou 48 horas sob o domínio dos grupos extremistas de esquerda. E a posição do governo era a defesa da propriedade privada. Ora, os operários haviam tomado de assalto as fábricas e tentaram assumir sua gestão. E meu governo tinha por obrigação defender a propriedade que não pertencia a eles operários, mas sim aos empresários. Então, alguns grevistas foram presos, alguns processados; essa atuação da polícia para libertar uma cidade aprisionada!

P: Mas, doutor: no dia 16 de julho, horas depois da decretação da greve, já baixa imediatamente a intervenção policial. Assim, dentro de poucas horas, teria havido tempo suficiente para se caracterizar a tomada da propriedade e a prática da autogestão por parte dos operários?

R: Perfeitamente. Eles tomaram as fábricas e expulsaram os diretores e os proprietários. Não colocaram as empresas pra funcionar porque não tinham capacidade, mas assumiram todo o controle das atividades das fábricas, paralisando-as. Os diretores foram expulsos, como disse; talvez só um ou outro tenha ficado lá dentro (não posso lembrar bem numa distância de onze anos...).

P: No caso de Osasco, o próprio Sindicato dos Metalúrgicos, então presidido por José Ibrahim, não só encampou toda a greve mas também assumiu a sua liderança. Aí fica então difícil entender a tese de que seriam pequenos grupos os responsáveis por tudo. Pois a massa operária entrou no movimento, a greve, e o que houve foi uma manifestação coletiva, não foi?

R: Ah! Você sabe que tais fenômenos políticos são sempre liderados por uma minoria, não sabe? A grande maioria não participa. Como em Osasco eles conseguiram ter um ativismo extremista maior, a pequena parte coagiu, ou amedrontou a maioria e passou a dominar. E um governo não pode permitir que isso ocorra.

P: O Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho esteve - na ocasião - em São Paulo. Ele vinha da experiência da greve de Contagem, em Minas Gerais, e dizem que ele acompanhou todos os lances de Osasco montando seu posto no Palácio dos Bandeirantes. E mais: comenta-se que foi Passarinho o autor da ordem para a repressão na Cobrasma, impondo um esquema diferente do Governador Sodré, que até então optara pela tática do não-confronto. Que diz o ex-governador Sodré?

R: Não. Todas as ordens que foram emanadas durante esse período de grande agitação em São Paulo são de completa e inteira e absoluta responsabilidade do ex-governador. Assumo-as! O Ministro do Trabalho estava ao par do que estávamos fazendo, mas as decisões eram sempre nossas, minhas. Uma coisa eu aprendi: eu não divido responsabilidade e não sei dividir a minha autoridade.

P: Então o senhor e o Ministro Passarinho estavam totalmente afinados em torno

do que fazer em Osasco?

R: Perfeito. Porque eu posso admitir passeata, posso admitir protesto, posso admitir até uma greve; o que não posso admitir é o desrespeito à propriedade.

P: Como foi a atuação dos empresários na ocasião? Em que termos eles se relacionaram com o governo, em que medida eles tentaram influenciar ou pressionar o governo exigindo atitudes diante da greve?

R: Evidentemente eles foram ao governo pedindo medidas violentas, e nosso governo tomou as que devia tomar. E acabou! O direito deles pedirem providências é total, mas a forma de atuar quem dita é o governo.

P: Tem uma questão meio acadêmica, digamos, mas que interessaria esclarecer. Há estudos que distinguem os empresários entre si, os empresários de capital nacional - como Bardella, Villares & Cia. - e os empresários de capital estrangeiro, das multinacionais. O senhor, na relação com essa gente enquanto governador, percebeu alguma diferença de atitude política entre uns e outros?

R: Não. Existem por certo empresários retrógrados, conservadores; e existem aqueles que conhecem o determinismo histórico e vêem que se deve respeitar o trabalho como uma das formas valiosas de capital. O tipo de capital não define a atitude política. O empresário nacional tem mais liberdade pra atuar, isto sim. Se você conversar com o Bardella, com Dilson Funaro, com Einar Kock, com Antônio Ermírio de Moraes, por exemplo, você encontra uma mentalidade. Se for conversar com um sujeito de uma grande empresa estrangeira, mesmo que ele tenha mentalidade aberta ele não expõe.

P: Gostaria de tocar mais a questão da propriedade. Também a Universidade de São Paulo é uma propriedade. Não é bem uma propriedade privada, mas tem um dono direto - digamos - que é o Estado. É uma propriedade, né? Entretanto, os estudantes ocuparam parte dessa Universidade, tomaram os prédios da rua Maria Antônia, durante várias semanas. Isso tudo em 1968, na mesma época da greve de Osasco. E não teve interferência das forças de segurança, a não ser depois de muito tempo. No caso da greve operária, bastaram algumas horas de ocupação para chegar a PM... Por que a diferença?

R: Houve realmente na Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia a ocupação dos prédios pelos estudantes. Aí sim, o governo federal, através do Ministro Gama e Silva, desejava que o governo do Estado tomasse uma atitude de violência para desalojar os estudantes. Mas eu não atendi as ordens federais, alegando que não estava disposto a entrar na história como um torturador. Não queria fazer vítimas; queria vencer no tempo, com paciência e sem quebra de minha autoridade. E, graças a Deus, tive sorte! Adotei todos os sistemas persuasivos; principalmente cortando luz, água e fornecimento de comida. Infelizmente, os estudantes estavam tão bem preparados que enquanto cortava-se a luz eles faziam funcionar os geradores que tinham levado pra lá; pra água eles tinham reservatórios etc. Isso tudo permitiu a longa ocupação de quase um mês. Por felicidade me deu um conselho um oficial da Polícia Militar: ele me mostrou que nós poderíamos, sem violência, reconquistar a Faculdade de Filosofia. Ele disse que se nós usássemos cachorros, nós não faríamos nenhuma vítima. E assim acionamos um canil de Campinas, de Santos e de São Paulo e fizemos os cachorros entrarem no edifício ocupado. Aí os estudantes começaram a subir para os andares superiores e vendo que estavam cercados pelos cães, tentaram afinal botar fogo em papéis para assustar os animais. Esta foi aliás uma incompreensão deles, pois o fogo excita os cachorros... Então eu, por Walkie-talkie, passei a parlamentar com os estudantes que lá estavam, até que consegui a rendição deles, todos foram presos e autuados, embora pouquíssimos tenham sido processados.

P: Se bem entendo, por trás da ocupação da Filosofia e das fábricas de Osasco, existe também um problema econômico que distingue os dois casos. Ou seja, uma escola pode parar várias semanas sem causar prejuízos materiais imediatos, apesar da "invasão da propriedade"; mas uma fábrica são outros quinhentos-cruzeiros: para a produção, param imediatamente os lucros aos patrões...

R: Não, não! Os dois sofrem grandes prejuízos, tanto a fábrica como a Universidade. Se você quebra um prédio do Estado, e nós tivemos de fazer uma enorme reforma na Faculdade de Filosofia, desviamos verbas que deveriam ser dedicadas à educação para o concerto dos estragos daquele prédio.

P: Queria retomar a tática de persuasão, lembrando o que o senhor disse há pouco, que primeiro a persuasão...Noto então que na Universidade a fase de persuasão durou cerca de um mês, mas em Osasco não durou nem um dia! Tá certo?

R: Acho preferível ter um prejuízo material a ter um prejuízo humano. Agora, nas fábricas de Osasco existiam um grande número de operários que queriam trabalhar. Queriam trabalhar e uns poucos não deixavam que eles trabalhassem. Portanto, além de estarem estragando a propriedade privada, máquinas caríssimas, eles estavam também impedindo que seus companheiros de trabalho pudessem produzir. Portanto, esta minoria ativista que não tinha nenhum outro interesse senão a subversão; estava dando um prejuízo à nação.

P: Pois bem, doutor. E se a greve, ao contrário do que o senhor descreve, tivesse sido uma vontade de massa, da totalidade ou quase totalidade dos trabalhadores? Sem a necessidade de garantir o "direito ao trabalho", teria sido outra a atitude do governo?

R: Se houvesse a maioria decidida a não trabalhar e decidida a ocupar as fábricas? Também não podia! pelo exposto: propriedade privada não pode ser tomada por terceiros, a Constituição garante e dá força ao governo para estabelecer o princípio da segurança. Eu quando assumi o governo assumi com autoridade. Disputei uma convenção pra governar São Paulo e não para ser um mandatário. Se eu achava que estava agindo certo, não perdendo a autoridade e não fazendo vítimas, assim procedi. No maior centro operário e estudantil do país, eu posso dizer que nenhuma vítima - a não ser acidental - ocorreu aqui, quando ocorreram muitas em outros estados. Adotei uma linha própria de governo, uma linha de conduta. Eu já tinha sido incendiário e agora estava sendo bombeiro; eu conhecia muito bem o sentido de atuar. Na minha vida passada, durante a ditadura de 1937, eu fui sempre um rebelde, um constante frequentador de cadeias. Acho certo quando se contesta uma ditadura. Mas nós, da minha geração, nós nunca aplicamos na contestação a violência que foi usada durante os últimos anos da década de 60. A nossa ação era mais de doutrinação, de livros, de panfletos. ,.

P: O senhor afirmou que sempre é justo contestar uma ditadura. Pois é. Na sua opinião, desde 1964 até hoje, não teria havido nenhuma característica ditatorial no regime? Nenhuma? Se houve...

R: Há muita coisa da revolução de 1964 que pode ser contestada e muita coisa também que foi desvirtuada. Ela foi deflagrada para dar ao Brasil um regime de plena liberdade. E eu acredito que esse dia não está muito longe...

P: Como explicar então, doutor, o cerco e a prisão de quase mil estudantes brasileiros reunidos em Ibiúna, aqui no estado de São Paulo, em 1968?

R: Os episódios de Ibiúna foram mais para se descobrir quem era na verdade um contestador e um subversivo, ou um assassino. O que se jogou sobre Ibiúna foi uma rede pra pegar os grandes e não os pequenos. Fez-se um congresso da União Nacional dos Estudantes e ali foi infiltrado um grupo muito grande de elementos do radicalismo de esquerda. Os que queriam aliciar inocentes ou simpatizantes para a tática da violência; da violência que viria fazer depois centenas de atos criminosos. Então a polícia atuou, deixando primeiro que viessem para cá os extremistas de todo país. O governo estava informado, sabíamos de tudo; mas a polícia esperou que eles se reunissem num só local pra poder detectar e pegar todos de uma só vez. E conseguimos. Conseguimos prender a todos e nenhum saiu machucado. Boa manobra... Tínhamos que tomar preocupações sérias para que não houvesse o caos em São Paulo. Havia dias que eu passava duas noites sem dormir, no contato constante com a polícia. Não tinha intermediário: era eu pessoalmente do Palácio Bandeirantes a me dirigir com as unidades móveis, para reprimir a violência de lado a lado, tanto da polícia quanto dos extremistas. Passei dois anos praticamente como bombeiro, de 1967 a 68, parte de 69. Passei períodos difíceis, mas não me arrependo não porque acho que cumpri uma missão histórica em São Paulo.

P: Nesse sentido, o senhor acha que o AI-5 para São Paulo foi uma coisa que caiu do céu?

R: Eu achava que nós poderíamos continuar sem ele, o AI-5. Eu tenho uma carta inédita comigo que qualquer dia vou publicar; uma carta que escrevi ao presidente Costa e Silva não concordando com o AI-5. Naquele momento aceitei a decisão como ato revolucionário, mas não concordei com os seus termos. Entendia que nós já tínhamos a instrumentação necessária para impedir aquela fase de subversão sem usar as leis de exceção que passaram a predominar.

P: Para concluir: afora os riscos já citados, que outros riscos o senhor vê na ação do movimento operário, que perigos políticos? Tomemos a atual greve do ABC...

R: Eu não vejo muito perigo não. Operário brasileiro é um homem que, como todo povo brasileiro, tem um sentido altamente pacífico. O que nós precisamos é valorizar os nossos sindicatos pra que eles sejam representantes legítimos das categorias de trabalhadores que representam e não sejam meros instrumentos de pelegos, de partidos políticos e mesmo de governos. Creio que hoje existe um movimento operário; basta ver as resoluções salariais que tem sido discutidas entre sindicatos e classes patronais e têm conseguido reajustes salariais em paz e tranquilidade. Já há diálogo e já há sindicato, há um amadurecimento entre os líderes sindicais e as classes patronais.

P: O senhor é favorável ao direito de greve?

R: Como um direito de defesa da categoria sim, como arma política não, quer seja a favor do governo, quer seja a favor de uma doutrina, sou diametralmente contrário.

P: Tal como se encontra hoje regulamentado, o "direito de greve" é - de fato - um instrumento só para fazer valer aquilo que o governo decide, não?

R: Nem tanto. Há pouco o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo conseguiu fazer diálogo com os patrões e os trabalhadores obtiveram suas reivindicações...

.....

"Eles queriam fazer uma greve geral no Brasil"

(...mas a greve dos trabalhadores de São Bernardo foi declarada ilegal pelo TRT de São Paulo, em maio de 1978 - J.B.)

Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho em 1968, fala da greve de Contagem e Belo Horizonte, onde atuou como representante pessoal do então presidente da República, marechal Costa e Silva. Entrevista a **Carlos Alberto Almeida**, publicada no semanário **EM TEMPO Nº 7**.

P: Passados exatamente dez anos, como o senhor avalia a greve que os operários da cidade industrial de Contagem e de Belo Horizonte fizeram em abril de 1968? Foi justa a atuação do governo?

R: Para mim foi a mais proveitosa lição que tive como Ministro do Trabalho. Porque não tinha nenhuma experiência dessa natureza quando me vi a braços com a greve que crescia. Então, dentro do espírito da lei, a greve era ilegal porque não tinha preenchido os requisitos do Ministério do Trabalho. Fui a Minas contatar com os empregados e me convenci de que embora ilegal a greve era justa, por que traduzia um desespero com os salários.

Os índices salariais se baseavam na política salarial do governo, cuja fórmula era e é correta, mas que estava sendo distorcida (mostrou um gráfico sobre a política salarial do governo contendo resíduo inflacionário, estimativa inflacionária, inflação real dos anos 66, 67 e 68. Disse que embora se esperasse uma inflação de 10% em 1966 e em 1967, na verdade foi de 41% e 24%, respectivamente).

A greve era justa porque entre o resíduo inflacionário e a inflação real havia uma grande diferença. Reconheci isso e fui a Brasília convencer o presidente Costa e Silva de que a greve era justa. Ele se convenceu e me autorizou a dar um abono salarial inicial de 10% para aliviar a situação dos trabalhadores metalúrgicos. Voltei a BH e ofereci o abono, convocando o pessoal a voltar ao trabalho.

Não houve violência e a questão foi resolvida no diálogo na televisão, onde mostrei esse gráfico que demonstrava que havia erro na questão dos salários.

P: Na época, de acordo com a imprensa, o senhor afirmou que o movimento grevista era obra de "provocadores", que os comunistas "não dirigiam a greve, mas a preparavam" e que "havia muita gente interessada em transformar operários em carne de canhão, iniciando uma contrarrevolução, que saberemos enfrentar com as mesmas armas." Disse ainda que "se as condições se agravarem passando para a provocação e o desafio, haverá luta e perderá quem tem menos força, embora não queiramos fabricar nem nos transformar em cadáveres". O sr. mantém hoje este ponto de vista?

R: Mantenho a opinião de que tinha participação dos comunistas na greve. O Partido Comunista, PC, é um partido de catequese. Todo mundo sabe disso. Ele trabalhou no movimento. A minha inteligência na ocasião foi reconhecer que a greve era justa e tirar deles o comando. Eles queriam fazer uma greve geral no Brasil. Queriam que os movimentos que ocorriam em 21 de abril fossem até o 1º de maio para desencadear uma greve geral no Dia do Trabalho. Nós abortamos o movimento. Depois então passei a ser chamado de fascista. A greve não era um assunto específico. Tinha ramificações. Tanto é que quando meu assessor de imprensa desembarcou em Belo Horizonte, pegou um táxi e o motorista, sem saber quem ele era, disse: "a revolução partiu daqui e daqui vai partir a outra revolução para derrubar esta que está aí". Eles queriam preparar uma contrarrevolução. Mantenho as declarações que fiz na época.

A nossa intervenção foi para separar a causa real da greve da causa ideológica. Não fui lá para esmagar a greve, embora tivesse toda a força. O Exército colocou um general-de-divisão às mi-

nhas ordens pois o Exército via como muito perigoso aquele movimento. O governador de Minas, Israel Pinheiro, colocou o comandante da Polícia Militar às minhas ordens. Se invadíssimos a fábrica íamos ter um cadáver na área do trabalho, o que eles queriam pois havia o cadáver na área da educação. Mas não invadimos. Fomos à televisão. Fui à assembleia (do sindicato dos metalúrgicos), e recebi palmas. Quando um gordo, de relógio de ouro no pulso levantou falando em fome, eu disse que era mentira, e apontei um operário magrinho que estava na frente, e disse que esse sim tem razão de falar em fome. Eles querem trabalhar vocês, transformá-los em carne de canhão, eu disse. O caso foi resolvido na televisão e foi responsável pela primeira grande modificação na política salarial do governo. A evolução dos salários a partir do segundo semestre de 1968 mostra uma evolução.

P: À luz do chamado projeto de distensão, das reformas políticas que o governo tem anunciado, haveria lugar para movimentos como a greve de abril de 68 em Contagem? Existe, do seu ponto de vista, algum tipo de movimento grevista legítimo?

R: Acredito que o direito de greve é legítimo. Nós devemos impedir que haja motivos para que as greves sejam desencadeadas. Mas o direito de greve é legítimo. Devemos fazer uma regulamentação mais flexível, senão é a mesma coisa que proibir. O direito de greve para os operários é como o recurso da guerra para um país, o último instrumento.

Em Tempo ouviu também relatos e opiniões de alguns operários que atuaram na greve e estiveram presentes à assembleia realizada pelos metalúrgicos no dia 20 de abril de 1968 em Belo Horizonte, na sede do sindicato, na qual participou o ministro Jarbas Passarinho. Têm a palavra os operários:

José Felício, operário da companhia siderúrgica Mannesmann, *relata a assembleia:*

"O Ministro começou a achar que a greve era uma organização nacional, ramificações de agitadores que, por trás, queriam derrubar o governo. Disse que nós queríamos forçar uma intervenção militar no sindicato. Chamou operário de demagogo porque teve companheiro lá que gritou que a marmitta estava vazia. Depois, dando muito muros na mesa, ele falou em cadáver, canhão, revolução, contra-revolução e a classe deu vaia nele. Ele foi repugnado pela classe. Ninguém viu o Passarinho como Ministro do Trabalho. Ele foi visto por todos como agente da repressão. A classe já coagida e ele ainda vem falar de máquina de fazer cadáver. Só podia mesmo receber vaia".

De fato houve vaia, e o Ministro admitiu que sim quando disse ao "Estado de São Paulo" que "o homem público está sujeito a isso". De resto, fosse ou não desejo do Ministro, o diálogo aconteceu durante essa assembleia sindical. Antônio Pedro, operário da Sociedade Brasileira de eletrificação, a SBE, *dá seu relato:*

"O Ministro só dizia que a greve era ilegal, que o governo tinha força para fazer com que o pessoal voltasse ao trabalho. Deu tumulto. O pessoal não aceitou aquilo. Companheira lá perguntou: greve ilegal? e disse que ilegal era a fome que a gente estava passando. Força? ele perguntou, e disse até que a gente estava cansado de saber que força existia, só que força até aquela data não tinha feito nenhuma fábrica funcionar". Irene Soares, hoje tecelã, trabalhava na metalúrgica Santo Antônio, que não existe mais. Ativista na greve, estava nessa assembleia e assistiu o Ministro falar. Seu depoimento: "Ele deu muito murro na mesa e disse que a revolução partiu de Minas e que a contra-revolução não partiria daqui, e que não ia ser daqui que a coisa ia se revelar. Com esse falatório de violência dele, ele saiu de dentro do sindicato e a greve continuou, ele fez um diálogo de guerra".

Dois relâmpagos na noite do arrocho

As greves operárias de Osasco e Contagem em 1968 foram apenas dois breves e intensos relâmpagos. Não bastaram para trazer a classe operária à luz do dia da luta política. Depois do breve (brilho) seus lanpejos apagaram-se na longa noite de 14 anos (1964-1978) em que o movimento operário se viu reduzido a resistências individuais ou moleculares. A importância dessas greves, entretanto, não foi obscurecida pelos dez anos que se seguiram. As bandeiras da contratação coletiva do trabalho, dos reajustes trimestrais do salário e do desatrelamento da estrutura sindical voltam hoje a tremular, orientando a luta de milhares de trabalhadores. Nas secções de fábricas, agências de banco e até nos escritórios volta a correr uma expressão que sensibiliza um número crescente de trabalhadores: a organização de comissões de empresa. Ao mesmo tempo que se torna necessário compreender as leis que regeram a noite - arrocho salarial acompanhado de incapacidade de resistência da classe operária — torna-se também imperioso saber o que foram exatamente e como ocorreram os relâmpagos - ou seja, como surgiram e se desenvolveram os movimentos de Contagem e Osasco e por que eles não tiveram continuidade.

A.R. Espinosa

Na época, 1968 parecia o ano da grande revanche. Pelas milhares de cabeças que o incendiavam, passava a certeza de que aquele era o ano da lavagem de alma dos movimentos populares derrotados em 1964. E tudo se passava como numa festa, em que muitos dançavam, mas os músicos e os principais dançarinos eram os estudantes; onde o vinho servido tinha o cheiro e o gosto da rebeldia estudantil. E tudo ocorria também como numa festa com hora certa para terminar: hora essa que não havia sido fixada pelos estudantes e nem eles sabiam qual era, mas que já estava próxima.

Depois da morte de Edson Luís, em março, o movimento estudantil entrara num período de rápido ascenso. Passeata dos cem mil; movimentos de rua nas principais cidades; luta acirrada entre as várias correntes políticas pelo controle da UNE e das UEEs (União Estaduais dos Estudantes); correntes políticas tentando romper o cerco do movimento estudantil e influenciar o desenvolvimento dos movimentos de outras camadas sociais; ocupação de faculdades etc. Esse ascenso refletia-se também no surgimento de inúmeras entidades de profissionais liberais, artistas e intelectuais, que se inspiravam e viviam à sombra do movimento estudantil.

O movimento operário de 1968, certamente, tinha sua dinâmica própria, mas ela se confundiu, foi influenciada pela dinâmica dominante no microcosmo das oposições. As palavras de ordem gritadas pelos operários em 1968 não podiam deixar de misturar-se às vozes que entoavam as canções de Geraldo Vandré. Assim, a greve de Contagem em abril, o 1º de maio de 68 na Praça da Sé, a greve de Osasco em julho vieram a animar e a alimentar a grande esperança da desforra. A segunda greve de Contagem (outubro) ocorreria já numa conjuntura de descenso.

Os estudantes: entre a origem pequeno-burguesa e a vontade de chegar ao proletariado

Entre 1966 e 1968, a história do movimento estudantil, grosso modo, pode ser dividida em dois períodos: o primeiro vai de setembro de 1966 até o final de 1967; o segundo compreende fundamentalmente o ano de 1968. No primeiro momento, expressando à sua maneira a insatisfação generalizada da pequena burguesia, o movimento estudantil lançou suas bases e cresceu. No segundo momento, em face do processo de recuperação da pequena burguesia pelo regime, o movimento estudantil passou a se definir e organizar de

forma autônoma, em função de uma dinâmica interna que o fazia privilegiar a necessidade de aliança com uma outra classe social, o proletariado.

1965, 1966 e a primeira metade de 1967 é o tempo em que a pequena burguesia se afastou do regime que havia ajudado a instaurar em 1964. Em 1964, grande parte dessa camada social se manifestara contra o comunismo, clamando pelo golpe de Estado que redimiria a propriedade privada, a ordem, a moralidade e as "tradições ameaçadas".

Depois do golpe, com efeito, essa camada assistiu às investidas do novo regime contra os sindicatos, entidades e outras associações profissionais; acompanhou as intervenções feitas em todos os setores da vida social, com as prisões e cassações políticas e a perda de empregos pelos possíveis opositores, etc. Só que, além disso, o regime também promoveu uma redistribuição da propriedade, que favoreceu os grandes capitais nacionais e multinacionais - a "operação saneadora" do ministro Roberto Campos. Em consequência, centenas de pequenas empresas foram obrigadas a cerrar suas portas em 1965 e início de 1966. Para acertar as arestas e inaugurar um novo ciclo de acumulação capitalista também foi necessário reduzir os salários ou rendimentos profissionais das camadas médias. Logo depois do golpe, portanto, setores da pequena burguesia se viam de novo às voltas com risco da pauperização. Fato que ilustra isso: a breve crise da indústria automobilística, cujos pátios se encheram de automóveis para os quais não havia compradores. A propósito, a votação obtida pelo MDB nas eleições de 1966, quando ele ainda era tido como co-irmão da ARENA foi bem alta (só superada pela votação de 1974); também foi elevada a quantidade de votos nulos, através da campanha do MCD, promovida pela UNE.

Em 1966, quando voltou à evidência, o movimento estudantil foi entusiasticamente saudado nas ruas. Durante a "setembrada" (passeatas realizadas em setembro de 1966 em São Paulo), dos prédios choviam papéis picados sobre os estudantes. As campanhas em favor dos excedentes (vestibulandos para os quais não havia vagas nas universidades) eram encaradas pela classe média como movimentos seus. E o movimento estudantil crescia rapidamente. Chegou a quase todos os Estados, penetrando nas principais faculdades e se ampliando até a algumas escolas secundárias. A UNE voltou a se fortalecer, embora clandestina, e ressurgiram as UEEs e algumas entidades secundaristas, como a UBES.

Em 1967, completada a "limpeza da área", ou seja, redistribuída a propriedade segundo o modelo de acumulação que asseguraria a retomada e o "milagre", as várias frações e setores da burguesia estavam coesos em torno do regime. Tornava-se então possível reconquistar o apoio da pequena burguesia também porque, em parte, o desenvolvimento seguinte se processaria em cima do "consumismo" dessa camada da população. Fatos que ilustram isso: a criação de consórcios para a venda de automóveis; a política do BNH, para a venda de casas; a política creditícia e os financiamentos para a venda de todas as modalidades de bens de consumo. Afastado o temor do empobrecimento generalizado a pequena burguesia reapurou os ouvidos para a fraseologia anti-comunista, moralista e "ordeira" do regime. Nesse quadro, a passeata dos cem mil, na Guanabara, não representou mais que o agradecimento final da pequena burguesia, que se despedia daqueles que haviam encarnado suas insatisfações.

A grande imprensa e as "famílias", aos poucos, passaram a ver o movimento estudantil como sinônimo de subversão e de ameaça à ordem. Tendo se aprofundado bastante nas escolas que mobilizara, o movimento deixa de se espriar, passando a radicalizar apenas com as bases que já tinha. Num ritmo acelerado, os estudantes promovem seguidas manifestações de rua, sucedendo-se os combates com a polícia. Agora já sem as chuvas de papel picado, mas com os resmungos dos "chefes de família" que não mais queriam perder a hora do jantar nas ruas congestionadas.

Isolado da classe que lhe dera sustentação, o movimento estudantil passa a definir-se tendo como referência sua dinâmica interna. Seu móvel passa a ser um outro setor social, o proletariado, mas as organizações políticas que nele atuavam buscavam açoda-damente o controle das entidades estudantis (em São Paulo chegou a haver duas UEEs). O processo de busca do proletariado, na verdade, vinha desde 1966, mas só em 1968 assumiu formas quase dramáticas. E não só os setores atingidos pelo movimento estudantil ou pelas

organizações políticas estudantis seriam marcados por ele.

Frustrado em seu objetivo de conseguir uma vinculação significativa com a classe operária e corroído por suas lutas internas, o movimento estudantil estava historicamente condenado. Seu fim dependeria apesar de outros tantos enfrentamentos com a polícia, com o Congresso de Ibiúna.

A influência estudantil sobre o movimento operário

Nos momentos de extrema desorganização, decorrentes de derrotas profundas ou da inexistência de uma consciência de classe autônoma, a passagem da classe operária a uma atitude combativa depende de acontecimentos exteriores que tenham reflexos imediatos junto a ela. Utilizando uma metáfora: quando adormecida, é necessário algum impulso exterior para que ela acorde, mas é ela quem acorda. O sono não é sinônimo de morte, mas de uma vida sem atuação sobre o exterior. Implica, antes de mais nada, numa ação voltada para o interior, de sobrevivência.

Historicamente, esse "impulso externo" sobre a classe operária têm sido as crises econômicas e/ou políticas que abalam o sistema de dominação. As próprias crises criam condições para a movimentação da classe, que reage à depreciação de suas condições de vida, animando-se ou reanimando-se. Geralmente, contudo, tem sido necessário um outro elemento social para a ativação do proletariado: os protestos das classes médias. Estas, em virtude de sua organização social, intimidade com as "ideias" e o poder, têm condições de se mobilizar muito mais rapidamente. E o fazem sempre que, para elas, é iminente o risco de proletarianização. Nesses momentos, a pequena burguesia procura incendiar o ânimo do proletariado por ver nele o aliado ideal para conter seu próprio empobrecimento. Depois, dependendo da duração da crise, do grau de consciência e organização alcançado, o movimento operário pode adquirir força e clareza para caminhar sobre seus próprios pés, inaugurando um processo de construção de sua autonomia política e ideológica.

A animação do movimento operário em 1967/68 foi diretamente influenciada pelo movimento estudantil e pelas organizações políticas estudantis. Mas essa influência teve um peso diferente sobre cada setor ou parte da classe operária, variando segundo o tipo de tradição e organização local e, também, de acordo com o grau de clareza e capacidade das vanguardas locais de receberem influências externas e de dirigirem suas bases.

A própria natureza da influência do movimento estudantil, entretanto, já estava historicamente marcada e delimitada em função de sua capacidade de sobreviver. O movimento estudantil já perdera suas bases de sustentação social. O regime se fortalecera em virtude da coesão das frações e setores da burguesia e já reconquistara o apoio da pequena burguesia. A questão social - operária, estudantil ou outra - só teria um tratamento: o da força. Para desarticular o movimento estudantil, que começava a adotar formas de luta mais violentas, ou para pôr em prática a política de contenção salarial (peça-chave do "milagre econômico"), o regime não encontraria qualquer obstáculo para lançar mão dos recursos policiais que se fizessem necessários.

Assim, embora o movimento estudantil tenha aberto espaços efetivos para a mobilização operária; apesar de ter ido "cutucar" os operários lá onde eles estavam e de haver obtido respostas, acabou também influenciando sobre o isolamento e a radicalização dos setores mais organizados da classe operária (Osasco e Contagem). O movimento operário, dessa forma, não teria tempo para se organizar independentemente, para passar a marchar sobre os próprios pés. O desfecho da greve de Osasco (julho) e da segunda greve de Contagem (outubro) inauguraria o maior período de descenso do movimento operário dos últimos 30 anos.

A desorganização das bases, a intensa vigilância policiais e o domínio aberto dos sindicatos pelo peleguismo seria o tripé determinante da conduta operária nos anos seguintes. Logo após as derrotas, parte dos líderes operários acompanharam os estudantes mais combativos na aventura militarista, por meio de pequenos grupos, pretender derrotar o Estado pela via armada. Do ponto de vista organizativo, essa tentativa desesperada acabaria permitindo ao regime aplicar seu golpe de misericórdia no movimento operário (e

também no estudantil).

As condições para a reanimação do movimento estudantil

Em 1967, ou seja, apenas três anos depois do golpe de Estado, os salários reais já haviam caído cerca de 35% (ver, neste caderno, o artigo de Ana Jover sobre a CPI do arrocho). Num espaço de tempo bastante curto, portanto, as condições de vida dos trabalhadores haviam sido rebaixadas a ponto de provocar uma profunda insatisfação. O arrocho salarial não decorria de uma crise no modo de acumulação capitalista, mas, pelo contrário, decorria do novo modo de acumulação. Não refletia por isso, uma crise grave do sistema. Entretanto, a não resistência aberta da classe operária ao arrocho não pode ser explicada apenas em virtude da disposição do regime em impedir qualquer contestação à sua política econômica. Ela se devia principalmente a dois outros fatores: primeiro, a desarticulação das atividades sindicais em 1964; segundo, a profunda desorganização e desmobilização das bases depois do golpe de Estado.

A desarticulação das atividades sindicais em 1964 foi realizada mediante intervenções em centenas de sindicatos, acompanhadas pela prisão ou simples perda de emprego por parte de dirigentes sindicais. A propósito, consta que só em São Paulo mais de mil delegados sindicais perderam seus empregos depois do golpe. Inúmeros líderes operários que não foram presos foram forçados a mudar para outras regiões por não conseguirem emprego em suas cidades. Os interventores nos sindicatos e seus sucessores eleitos em 1965 - eles próprios ou candidatos por eles apoiados - formaram uma nova casta de pelegos caracterizada pela extrema docilidade em relação ao poder e por sua capacidade de desmobilizar as bases (transformaram os sindicatos em órgãos meramente assistencialistas).

Com o golpe de 1964, a classe operária ficou acéfala pois, de fato, antes ela realizava um dos mitos preferidos da burguesia: isto é, tinha "cabeças". A prática pré-64 era essencialmente cupulista (acordos interdireções sindicais) e a "massa" só era mobilizada para reforçar as manobras ou acordos das cúpulas. Sua mobilização era operada principalmente através de piquetes (que reuniam os quadros mais combativos da classe), que não contribuíam para elevar o nível de consciência e organização das bases. A aplicação da legislação anterior a 64, principalmente a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), mais a substituição dos antigos dirigentes sindicais, bastou para que o regime desmobilizasse a classe. As leis baixadas pelo governo militar, como a lei 4330 (lei antigreve) e a campanha sistemática de intimidação policial foram suficientes para que as massas, desorganizadas, fossem desmoralizadas e inativadas a ponto de se incapacitarem a resistir à política do arrocho. (A esse respeito, ver neste caderno a mesa redonda realizada com líderes operários paulistas).

Fenômeno ilustrativo da desmobilização e da incapacidade de organizar-se para a luta contra o arrocho são as raras e pequenas greves ocorridas em 1965 e 1966. Sem dúvida, a classe operária estava afetada pelo arrocho, mas as greves travadas nesse período sequer colocavam o fim do arrocho como um de seus móveis: as razões alegadas para sua realização foram atrasos de pagamento, cortes de funcionários (os facões) ou o não cumprimento do dissídio pelos patrões. (Única exceção: a "operação tartaruga", realizada pelos operários da Cobrasma, de Osasco, em fins de 1966; mas Osasco, nessa época, já se distinguia no conjunto da classe operária).

Não bastava, portanto, uma razão suficiente para uma reação da classe operária (condições de vida extremamente deterioradas pelo arrocho), era necessário mais: era preciso que a classe fosse despertada na sua vontade de luta, que ela se sentisse minimamente organizada ou, pelo menos, amparada, para retomar a iniciativa.

O impulso necessário à reanimação do movimento operário veio de fora. Dependendo das condições internas a cada setor da classe, ele teve efeitos peculiares. Em São Paulo, por exemplo, onde o movimento estudantil foi às ruas em 1966, levantando "slogans" que também diziam respeito à classe operária (e onde as organizações políticas de composição estudantil buscavam adesões de operários), desenvolveu-se a oposição sindical, organizando principalmente os quadros operários mais combativos do período pré-64, os "prqueteiros", que, em grande parte, começavam a repudiar a prática não organizativa e

não conscientizadora anterior. Atuando dentro de sindicatos com diretorias pelegas ou que se pautavam pelas práticas não mobilizativas (tipo pré-64), as oposições sindicais forçavam as diretorias dos sindicatos a atitudes mais decididas contra o arrocho. Em função de sua atuação, em setembro de 1967 foi formado o MIA (Movimento Intersindical Antiarrocho) que, nos moldes cupulistas anteriores, organizava dirigentes sindicais como José Ibrahim de Osasco; Joaquim Andrade, metalúrgicos de São Paulo; e Frederico Brandão, bancários de São Paulo. Mas a divergência que opunha a prática cupulista e as posições que pleiteavam a participação intensa e organizada das bases, seis meses depois, provocaria o fim do MIA. (A respeito, ver neste caderno o depoimento de José Ibrahim e a entrevista de Roque Aparecido da Silva.) Em Minas Gerais, na mesma época, também houve a tentativa de criar um FIA (Frente Intersindical Antiarrocho), que não passou da primeira reunião.

O MIA, contudo, cumpriu um papel: incorporou definitivamente a palavra de ordem "luta contra o arrocho" nas atividades sindicais, mesmo que apenas no jargão vazio dos pelegos.

Atividades sindicais de Contagem sobreviveram ao golpe de 64

Em 1964, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem-Belo Horizonte era Ênio Seabra. Apesar da prática então nacional dos acordos de cúpula e dos pactos intersindicais, a diretoria desse sindicato buscava uma participação maior das bases na vida sindical, de maneira que após o golpe de Estado, sobreviveu na região uma espécie de confiança nas possibilidades de atuação do sindicato.

Além de este fato ter produzido uma diferenciação ténue entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem e os demais, os efeitos do golpe de Estado lá foram menos profundos que em outras regiões. O sindicato sofreu intervenção, tendo Seabra sido substituído pelo pelego Onofre Martins. Mas a maior parte das lideranças sindicais (a exemplo do próprio Seabra) pôde continuar trabalhando e residindo na cidade. Logo após o golpe, as antigas direções sindicais, agora na oposição, voltaram a atuar dentro do sindicato, tentando retomá-lo. Afastadas dos encargos de direção, procuraram criar raízes nas fábricas.

A história do movimento operário de Contagem obedeceu a um fluxo circular entre a tentativa de reconquistar (ou influenciar) o sindicato e a volta às fábricas, com o reforço constante da presença das oposições mais combativas no sindicato e nas fábricas. Em todas as ocasiões, como no dissídio de 1966, a oposição levou propostas às assembleias sindicais e, depois, retornou às fábricas denunciando o peleguismo de Onofre Martins.

Em 1966, já era evidente a presença de organizações políticas nas fábricas de Contagem e na oposição sindical. Um exemplo: na época já circulava regularmente na região o jornal "Piquete", que, em 1968, chegaria a seu número 100. Além do "Piquete" circulavam outros jornais clandestinos, denotando a presença de várias organizações políticas. A ausência de uma hegemonia clara de qualquer delas parece ter contribuído para manterem um relacionamento pouco competitivo e sem grandes atritos na oposição sindical. As sucessivas voltas às fábricas, acrescidas cada vez mais de denúncias contra o sistema e de propaganda sistemática para a politização da classe, contribuíram para o surgimento de novas lideranças dentro das fábricas, que acabaram por organizar grupos de trabalho altamente respeitados pelas bases. Inicialmente, esses grupos tinham pouca ou nenhuma coordenação entre si, mas, a partir deles, depois de novembro de 1967, iriam se desenvolver as "comissões de fábrica".

Outro fato que contribuiu para fortalecer a oposição sindical de Contagem foi a crise particularmente grave que afetou a região a partir do final de 1966 (quando a oposição já dispunha de alguma força), provocando drásticos cortes de pessoal (como na Manesmann, 600 operários despedidos) e atrasos de pagamento (como na Cia. Siderúrgica Nacional de São João Del Rei e Ibirité).

Boa parte das pequenas greves anteriores a 1968 ocorreram em Contagem e Belo Horizonte (tendo afetado inclusive serviços públicos municipais). Sem dúvida, elas foram, em parte, resultado do trabalho de propaganda e organização das bases pelas oposições sindicais.

A Chapa Verde: metade empossada na diretoria, a outra metade devolvida ao trabalho dentro das fábricas pela DRT

Os acontecimentos relacionados às eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de BH-Contagem, em 1967, viriam reforçar ainda mais as lideranças e os grupos de trabalho. Durante a campanha evidenciou-se ainda mais a presença das organizações políticas, todas de composição basicamente estudantil. A campanha da chapa de oposição, a Chapa Verde, colocou no primeiro plano a luta contra o arrocho, mas fez também a propaganda do direito de greve (contra a lei 4330) e da autonomia dos sindicatos em relação ao Estado.

Com a campanha salarial, intensificou-se a ida-vinda sindicato-fábricas, agora integrando os vários grupos de trabalho antes dispersos. Simultaneamente, nos três colégios de Contagem, ressurgiu o movimento estudantil; brotam sociedades de amigos de bairro; cineclubes; e ganham novo alento as atividades religiosas (assembleias paroquiais). O período de campanha coincidiu com algumas pequenas greves em Belo Horizonte e Contagem e a Chapa Verde toma a defesa dos operários (caso da dispensa de 600 empregados da Mannesmann, por exemplo), denunciando a omissão e o comprometimento da diretoria do sindicato.

Durante a campanha, a DRT (através do delegado Onésimo Viana, o mesmo que destituiu Seabra em 1964 e nomeara Onofre Martins interventor) cogitou - e a notícia se espalhou - de impugnar o nome de Ênio Seabra, candidato a presidente do sindicato pela Chapa Verde. A Chapa Azul era encabeçada pelo ex-interventor Onofre Martins e foi derrotada nas eleições de julho de 1968, depois de um mês de acirrada campanha.

Vitoriosa, mas ainda não empossada, a Chapa Verde, por meio do jornal "O Meta-úrgico" comemorava a vitória, conclamando os operários a lutarem contra o arrocho salarial, segundo índices "que possam atender o custo de vida". A chapa vitoriosa, contudo, não chegaria a ser empossada inteira: a DRT impugnou os nomes de Ênio Seabra e de dois outros diretores. Antônio Santana, originalmente candidato a bibliotecário pela Chapa Verde, acabou sendo empossado na presidência do sindicato.

A impugnação dos principais nomes da Chapa Verde, por um lado, não impediu a chegada da oposição à diretoria do Sindicato; por outro lado, devolveu ao trabalho de fábrica, junto às bases, as principais lideranças operárias da região. Ao fazer isso, permitiu não só uma dinamização da atividade sindical, - que passou a ser regida por métodos democráticos - mas provocou também uma quase subordinação do sindicato aos grupos de trabalho de fábrica.

O surgimento das comissões de fábrica ou de cinco

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, juntamente com a dos bancários de Belo Horizonte, não conseguiu implantar, em setembro de 1967, uma organização tipo MIA em Minas Gerais, a FIA, dadas as divergências com os dirigentes sindicais de outras categorias. Posteriormente, nos primeiros meses de 1968, essas diretorias sindicais tentariam promover a criação de uma outra entidade do mesmo tipo, o CIA (Comité Intersindical Antiarrocho) que teve a mesma sorte do primeiro. Só que o CIA, no dia 28 de março, ou seja, dezenove dias antes da greve de abril, promoveria uma concentração com mais de 2 mil trabalhadores, que certamente contribuiu para propaganda da greve e para que as direções operárias que vinham se agrupando nas comissões de fábrica, desde novembro de 67, acertassem seus "ponteiros".

As comissões de fábrica, também chamadas comissões de cinco, surgiram após o dissídio de novembro de 1967. Em assembléia, os metalúrgicos decidiram ir a dissídio com os patrões, levando a reivindicação de 60% de aumento salarial. Desde 1965, os reajustes salariais passaram a ser fixados pelo governo, por meio de índices de correção baixados todo mês. Em 1967, o índice foi de 17%. Uma vez mais os metalúrgicos de Contagem tinham explorado as possibilidades da atuação sindical. E uma vez mais voltavam para as fábricas frustrados com os resultados. De forma inicialmente espontânea, mas logo a seguir propa-

gandeada pelas organizações de esquerda, começam a surgir as comissões de empresas. Nos panfletos que apareciam nos banheiros das fábricas, nos vestiários e, até, dentro dos capacetes dos operários, todos eram convidados a formar grupos de cinco que se coordenassem entre si para que, brevemente, partissem para a greve.

Em várias fábricas surgiram comissões e elas, em face de toda a luta anteriormente travada, tinham certo grau de representatividade.

Numa das fábricas da região, a Belgo Mineira, as comissões de empresa conseguiram ser mais amplas e ter maior autoridade, inclusive com uma direção horizontal. Havia quase o suficiente para declarar a greve: boletins afixados nos lugares os mais diversos da fábrica começaram a trazer orientações concretas para os operários, informando, inclusive, partes dos planos para tomada da empresa - o que mostra como a greve foi preparada. Faltava apenas uma difusão da expectativa da greve para o conjunto dos operários da região. Sem dúvida, ainda que não planejado com esse objetivo, foi esse o papel desempenhado pela concentração de 28 de março (coincidentalmente, o dia da morte do estudante Edson Luís, no Rio), promovida pelo Comitê Intersindical Antiarrocho.

A primeira greve de Contagem: 16 mil participantes

A grande inovação das greves de 1968 foi o fato de elas serem realizadas sem a ação de piquetes, iniciando-se dentro da própria fábrica, em horário de expediente. Outra novidade, criada pelos metalúrgicos de Contagem, mas levada a extremos pelos de Osasco, foi a ocupação da fábrica, com os operários assumindo os postos dos vigilantes, passando a dirigir o refeitório etc.

A greve de Contagem eclodiu a 16 de abril, na trefilaria da Belgo Mineira (1.200 trabalhadores). Logo depois, os trabalhadores formaram comissões para tomar os portões da fábrica, organizar o refeitório, dialogar com os patrões, enfim, para dirigir a fábrica sob seu poder. Nos próprios pátios eram realizadas as assembléias deliberativas. As turmas de outros turnos, quando chegavam, entravam e aderiam ao movimento. A ocupação da Belgo durou dois dias. Embora os operários tivessem se organizado para enfrentar a repressão, improvisando maçaricos e empilhadeiras como armas, os rumores de intervenção policial violenta os levaram a abandonar a fábrica e a ocupar o sindicato. A partir do terceiro dia, começaram as adesões: SBE, Mannesmann, Belgo de João Monlevade, Acesita, até um total aproximado de 16 mil grevistas.

A reivindicação levantada pelos operários da Belgo logo no primeiro dia, e depois encampada pelos operários de outras fábricas, foi de 25% de aumento salarial. O então ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, voou para Minas Gerais para negociar com os grevistas. O presidente do sindicato negou que a entidade tivesse promovido ou dirigisse a paralisação (mesmo porque poderia sofrer intervenção da DRT em caso contrário), mas se solidarizava com os grevistas e oferecia o auditório do sindicato para as negociações. No final de abril, o presidente Costa e Silva acabou assinando um decreto de emergência, concedendo 10% de abono salarial, quantia que seria compensada no dissídio de novembro.

O resultado não agradou a grande número de operários, nem à maior parte das organizações políticas, mas acabou representando uma vitória efetiva dos metalúrgicos mineiros (que prometiam voltar à greve para integralizar o aumento). No 1º de maio, a maioria dos trabalhadores ainda continua em greve. As fábricas só voltaram a funcionar normalmente dia 2 de maio.

Osasco: uma experiência antiga de organização nas fábricas

Em todas as greves anteriores a 1964, como as de 1953, 1957 e 1963, os metalúrgicos de Osasco, principalmente os da Cobrasma, tiveram participação destacada. Por volta de 1962 surgira em Osasco a Frente Nacional do Trabalho (organização operários-cristãos agrupados em torno de alguns advogados trabalhistas) que se opunha ao sindicato por este ser dirigido por comunistas e se propunha a realizar um trabalho de denúncia e conscientização dentro das fábricas. Em 1963, vários operários da Braseixos se afastaram do PC e das atividades

sindicais por eles consideradas cupulistas, passando a se organizar no que chamavam "comitês clandestinos de fábrica". O objetivo era o de desenvolver sua prática junto a bases. Logo, eles influenciaram um pequeno grupo de operários da Cobrasma que também criaram seu "comité". Tais comitês, na época, tinham escassa representatividade; constituíam mais grupos de trabalho, que editavam boletins, faziam denúncias e procuravam estudar a história da classe operária e a teoria revolucionária do proletariado. Em 1963 também, a FNT criou na Cobrasma uma espécie de "comissão, semi-legal" composta por dez operários.

Assim, à época do golpe de 1964, havia em Osasco dois tipos de prática junto à classe operária: a oficial, que girava em torno do sindicato, e uma paralela e ainda pouco expressiva, centrada nas próprias fábricas ("comissão" da FNT e o "comité"). Com o golpe, a primeira foi inteiramente desarticulada - o que levou de roldão também o "comité" da Braseixos - mas a segunda praticamente não foi afetada. Para Osasco afluíram operários de outras regiões (onde não conseguiam emprego), que acabaram se vinculando ao nascente "grupo de Osasco" (oriundo fundamentalmente do "comité" da Cobrasma), carreando para ele suas experiências.

A inatividade do sindicato abria espaços que seriam preenchidos pelas práticas antes marginais. Logo depois do golpe de Estado, com efeito, houve uma paralisação de cinco minutos na Cobrasma (promovida pelo comité e pela comissão, que estreitavam seu relacionamento) em protesto à morte de um operário num acidente de trabalho. Na prática, ainda que não oficializada, já existia então uma comissão de empresa. Depois dessa demonstração de força, os patrões concordaram em formar uma comissão mista de operários e patrões para resolver os problemas internos. A primeira eleição para a comissão legal de empresa da Cobrasma foi realizada em 1965, tendo sido eleito 38 operários, dois por seção (um efetivo e um suplente). Os integrantes dessa comissão, na maioria, eram membros da FNT. Dentro da comissão legal e junto às bases, cresceria a importância do comité. Na segunda comissão, eleita em 1966, a maior parte pertencia ou estava sob influência do grupo de Osasco, tendo José Ibrahim sido eleito presidente e Roque Aparecido da Silva secretário da comissão. Os elementos da comissão da Cobrasma passavam, aos poucos, a representar um pólo de aglutinação para todos os operários de Osasco, transmitindo sua experiência a outras fábricas e rearticulando, agora segundo suas concepções de trabalho de base, antigos participantes das atividades sindicais (ver depoimento de José Ibrahim).

O obreirismo de Osasco e a influência do movimento estudantil

Diferentemente de Contagem (onde as organizações políticas de origem estudantil participavam sem maiores problemas da oposição sindical), em Osasco muito cedo desenvolveu-se um sentimento obreirista, de repulsa às organizações políticas e de tentativa de independência em relação aos movimentos de estudantes de São Paulo.

As determinantes últimas desse obreirismo talvez sejam o desgosto com a atuação do PC em 1964 e outros fatores sociológicos (Osasco, na periferia de São Paulo, tinha certo bairrismo e, na década de 50, viveu campanha autonomista sob a égide de comerciantes e profissionais liberais locais). Imediatamente, entretanto, foram outras as razões do obreirismo. Em 1967, particularmente depois do início da campanha da Chapa Verde, quase todas as organizações políticas tentaram penetrar em Osasco e lá formar bases. Os integrantes do grupo de Osasco passaram a criticá-las então por não terem qualquer ideia sobre a realidade da classe operária e por terem definidas linhas de atuação que emperravam suas práticas. Mas, a princípio, não se negaram a trabalhar com elas. Confiaram-lhes, inclusive, certos trabalhos como cursos de educação política, impressão de panfletos e jornais. A competição entre elas, entretanto, fez com que procurassem ampliar-se em Osasco de qualquer forma, seja adulterando panfletos (colocação de palavras de ordem próprias), seja tentando afastar operários (notadamente os que recebiam cursos) do grupo e do trabalho de Osasco. Por outro lado, o contacto de alguns membros do grupo de Osasco com a universidade contribuiu para o obreirismo; lá, eles passaram a ter uma visão extremamente negativa das organizações políticas que atuavam no movimento estu-

dantil.

Apesar do obreirismo que permeava o grupo de Osasco, passando pelos trabalhos desenvolvidos nas fábricas, sindicato, escolas ou bairros, a influência do movimento estudantil universitário sobre Osasco foi extremamente forte, talvez até maior do que em Contagem (até abril de 68). A negação enfática de práticas pejorativamente classificadas como pequeno burguesas acabou constituindo a condição mais favorável para uma influência mais profunda e duradoura do movimento estudantil sobre o operário. O conduto maior para essa influência foram os estudantes secundaristas de Osasco.

Da mesma forma que em outras cidades e bairros do Grande São Paulo, na década de sessenta, os cursos ginásial, clássico e científico do período noturno eram frequentados por grande número e jovens operários e trabalhadores de escritório das fábricas. Boa parte dos líderes de Osasco haviam sido (como Ibrahim) ou eram estudantes secundaristas (como Roque A. da Silva, José Campos Barreto e outros). A reorganização do movimento secundarista em Osasco iniciou-se em 1965, mas completou-se em setembro de 1966, logo depois das tentativas feitas em Osasco para promover passeatas de solidariedade aos universitários paulistas.

A maior parte das mobilizações universitárias de São Paulo e outras cidades repercutiu quase imediatamente entre os secundaristas de Osasco. No início de 60 só havia em Osasco uma associação, a do curso (clássico) do maior colégio da região, o CENRART. Depois da setembrada, surgiram grêmios nos seis colégios da região e foi organizada uma entidade municipal de estudantes, o CEO (Círculo Estudantil Osasquense). José Barreto seria um dos presidentes dessa entidade. Roque A. da Silva, além de pertencer à Comissão da Cobrasma e ao sindicato, integrou também a diretoria do CEO e da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundários). As tentativas dos secundaristas de Osasco de reproduzir as manifestações dos estudantes de outras cidades constituíram, assim, o conduto mais eficaz da política estudantil para a operária. Um dado que ilustra isso: em abril de 1968, quando ocorriam passeatas em várias capitais brasileiras como protesto à morte de Edson Luís, em Osasco houve duas passeatas de estudantes, operários (estes minoritários) e operários-estudantes, com 2.500 e 3.000 participantes; na segunda, principalmente, foram agitadas questões operárias, tendo o desfile sido aberto com uma bandeira do Vietcong.

Grupo de Osasco: relações informais na base de uma vanguarda local

A expressão "grupo de Osasco" foi apenas uma forma posteriormente criada para designar o conjunto de operários, operários-estudantes e estudantes que viviam em Osasco e atuavam nos movimentos locais. As relações que uniam o grupo eram informais, ou seja, ele não tinha caráter partidário. Um conjunto de concepções vagas, entretanto, dava-lhe certa unidade: defesa do socialismo, recusa das práticas conciliatórias de classe e privilegiamento da participação e ação das bases. Ainda que com visões ligeiramente diferentes, todos os membros do grupo defendiam a criação de comissões de empresa (legais ou não) e a participação em todos os instrumentos legais de organização como o Sindicato). Além disso, também havia no grupo uma evidente simpatia pela Revolução Cubana e pela luta armada. Exceto em alguns momentos de maior mobilização quando eram criadas coordenações - o grupo não possuía qualquer direção regular. As reuniões dos seus integrantes eram realizadas nos mais diversos lugares, mas sempre em função do cumprimento de tarefas ligadas à mobilização ou organização para movimentos concretos.

A informalidade do grupo de Osasco decorria de sua própria origem (mais ou menos espontânea, a partir de grupos de amigos) e denotava um caráter quase provinciano que estreitava seus horizontes. A ausência de definições mais gerais confinava o grupo a Osasco. A inexistência de direção regular, praticamente, o impedia de cumprir certas decisões, como o enraizamento do trabalho de fábrica também nos bairros, em estruturas clandestinas. Mas, por outro lado, o grupo tinha extrema agilidade e notória sensibilidade para responder aos problemas imediatos mais intensamente sentidos pelos operários ou estudantes da região. Em espaços curtíssimos de tempo, mobilizava-se para responder (propagandeando ou organizando lutas) às possíveis reivindicações dos operários ou estudantes de Osasco.

A partir de seus núcleos iniciais (comissão da Cobrasma, associação de curso clássico), o grupo ampliou-se significativamente depois da setembrada, quando fundou e passou a dirigir os seis grêmios estudantis locais e o CEO.

Em 1966, quando a UNE propunha o voto nulo, o grupo adotou uma posição singular: anular os votos para deputados e senador, mas participar ativamente da campanha eleitoral no âmbito municipal. Apoiou um candidato do MDB à prefeitura, Guaçu Pitteri, e lançou candidato próprio (pela legenda da oposição) a vereador; também fez propaganda de dois outros candidatos a vereador. Todos foram eleitos.

Aproveitando-se de sua presença na Câmara Municipal e relativa influência na Prefeitura, o grupo também tentou participar de sociedades Amigos de Bairro e em campanhas de alfabetização de adultos. (Ver artigo de Diogo Marques neste caderno).

A informalidade do grupo que, por um lado, dava-lhe agilidade e sensibilidade, por outro, além de impedi-lo de espalhar-se a outras cidades e criar outras formas de organização em Osasco, o tornava pouco apto a superar suas limitações. Depois de março de 1968, ou seja, depois das passeatas em protesto à morte de Edson Luís, Osasco entraria no processo de luta ideológica que se travava na esquerda. Também lá, um dos pontos centrais do debate era a questão da tomada do poder pela via armada. Com o debate travado em Osasco, enquanto uma parte do grupo passava a se posicionar em favor da guerrilha rural, os outros membros do grupo foram se retraindo e desmobilizando, números integrantes do grupo foram, um a um, sendo recrutados por uma organização militarista (entre março/abril e agosto/setembro de 1968). A integração individual dos últimos membros do grupo dificultaria que a experiência deste tivesse peso significativo dentro da organização política (que tinha composição basicamente estudantil e só crescia em função da grande impossibilidade histórica do movimento estudantil). Duas foram as razões para que os "osasquenses" fossem integrados por uma determinada corrente militarista: primeira, essa corrente não tinha qualquer definição acerca do movimento operário e, portanto, "não atrapalhava"; segunda, ela lhes parecia séria pelo simples fato de já estar praticando ações armadas, o que a isentaria de um "caráter pequeno-burguês"!

Um primeiro de maio de luta

Em 1967, a partir principalmente da Comissão da Cobrasma, mas com operários de outras fábricas (para onde haviam estendido sua influência), a FNT e o grupo de Osasco organizaram uma chapa para as eleições sindicais. A FNT ficou com a maioria dos cargos, mas o grupo de Osasco teve maior influência na definição do programa. Este colocava claramente a luta contra o arrocho, pelo direito de greve, pela organização de comissões de empresa, pelo reajuste trimestral de salários; também propunha a adoção do sistema de contratação coletiva de trabalho. Até hoje, este foi o programa mais avançado de uma chapa eleita para diretoria sindical.

A chapa da situação (Azul) era encabeçada por Henos Amorina (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco de 1965 a 1967 e de 1969 até hoje). Em quase todas as fábricas, os resultados revelaram um certo equilíbrio entre as duas chapas. A Cobrasma decidiu as eleições em favor da Chapa Verde.

A partir de setembro, o presidente dos metalúrgicos de Osasco, José Ibrahim, participaria das articulações do MIA. Sua atuação dentro dessa entidade cupulista o afastaria ainda mais dos dirigentes pelegos e o aproximaria das oposições sindicais, criando impasses, que poriam por terra o MIA. Era virtude das posições assumidas pela direção metalúrgica de Osasco, o sindicato esteve prestes a sofrer uma intervenção da DRT, tendo Ibrahim sido suspenso do cargo por quinze dias. O principal reflexo do MIA dentro de Osasco foi a ativação da participação das bases na vida sindical: assembleias constantes por fábricas, seções, etc. Como resultado desse trabalho de agitação, começaram a ser criadas comissões de empresa clandestinas em outras fábricas, como a Lonaflex e a Brown Boveri.

Logo após o fracasso do MIA, os dirigentes sindicais paulistas passaram a organizar uma "festa" para o primeiro de maio. A direção metalúrgica de Osasco foi convidada para os preparativos, mas começou a articular-se também com as oposições sindicais, entidades

estudantis e organizações políticas armadas para transformar a festa num dia de luta. Enquanto as direções pelegas convidavam autoridades e artistas para a comemoração do dia do trabalhador, a diretoria dos metalúrgicos de Osasco mobilizavam suas bases, propagandeando duas palavras de ordem: "Minas é exemplo de luta" e "Greve contra o arrocho". (Ver depoimento de Ibrahim e entrevista de Barbosa).

Logo após o 1º de maio, José Ibrahim foi muito criticado por algumas organizações políticas estudantis, tendo sido classificado até como pelego por não ter aparecido na praça da Sé, embora o sindicato tenha fretado ônibus e custeado a ida de mais de mil trabalhadores ao ato. O risco de uma intervenção da DRT foi a razão principal da ausência de Ibrahim, levantada pela diretoria do sindicato e outros membros do grupo de Osasco. As correntes estudantis que hostilizavam Ibrahim não sabiam de dois fatos: uma greve estava sendo preparada secretamente pelos trabalhadores de Osasco; e, em Osasco, julgava-se fundamental continuar no sindicato para poder preparar e deflagrar essa greve.

O momento político em que ocorreu a greve de julho

A greve de Contagem, de certo modo, pegara o regime de surpresa. Forçara-o a negociar e a fazer concessões. Consistiria num primeiro "furo" no arrocho, mas este, se continuasse a sofrer novas afrontas, acabaria comprometendo a própria política econômica oficial. A greve de Contagem tivera implicações políticas na medida em que desafiara a política econômica oficial. E só ocorrera por ter partido de dentro das fábricas.

Em julho, o fator surpresa já não existia. Só um movimento amplo e extremamente organizado - para o que dependeria de uma análise de conjuntura muito clara - poderia ser vitorioso. A politização (ou pelo menos sensibilização a seus interesses políticos) das bases de Osasco fora operada pelo grupo de Osasco, mas apenas de acordo com suas possibilidades. No final de junho, os estudantes paulistas haviam ocupado a Faculdade de Filosofia (Maria Antônia) e havia notícias de movimentos camponeses em Santa Fé do Sul (São Paulo). Além disso, articulava-se a Frente Ampla com Carlos Lacerda, Jango e Juscelino, o que lançava supeitas de uma cisão nas classes dominantes. Esses simples fatos bastavam para cegar os olhos à conjuntura política e para alentar a esperança de que a entrada do movimento operário em cena poderia alterar fundamentalmente os rumos históricos do país. Se a possibilidade de repressão quase imediata à greve era um dado quase palpável, por outro lado, haviam expectativas tão grandes que se acreditava na possibilidade de, pelo menos, abalar o regime.

Por outro lado, em Osasco a agitação da palavra de ordem "greve contra o arrocho" fora tão longe que as bases estavam prontas para paralisar o trabalho e começavam quase a exigir a greve. Em fins de maio, uma fábrica de 300 operários, a Barreto Keller, onde o grupo de Osasco sequer tinha bases, entrou em greve; conseguiu um abono salarial e a criação de uma comissão legal de empresa. A exigência da greve por parte das bases e de elementos do grupo de Osasco e da Frente iludia ainda um outro fato: com o aprofundamento da luta de posições políticas, o próprio grupo deixara de ter as mesmas condições organizativas que antes. A possibilidade de extensão da greve a outros lugares, como São Paulo, ABC e Minas Gerais, era reduzida, mas também era evidente a solidariedade e a disposição de luta das oposições sindicais. Além de todos esses fatos, a própria organização militarista, que pretendia a radicalização dos movimentos de massas, pressionava seus militantes a decidir-se pela greve.

Após o dissídio de novembro de 1967, quando o índice de correção salarial foi de apenas 17% contra os 52% pleiteados, a vanguarda de Osasco decidira ir à greve. Mas se preparava para a greve há época do próximo dissídio, em novembro de 1968. Todo o processo de radicalização acima descrito fez com que, em junho mesmo, fosse iniciada a preparação da greve. Os planos que serviram de base para a sua eclosão continham um erro fundamental: imaginava-se que a repressão levaria pelo menos quatro ou cinco dias para intervir. No primeiro e segundo dia, seriam paralisadas diversas fábricas, algumas seriam ocupadas pelos operários; os trabalhadores de outras marchariam em passeata até a sede do sindicato para não se desmobilizarem. Esses quatro ou cinco dias, imaginava-se, seriam suficientes para que os operários mobilizados formassem piquetes a fim de parar

todas as fábricas das imediações de Osasco (Jaguaré, Lapa etc). E havia ainda uma última esperança: a de que em função de uma greve de tais dimensões, as oposições sindicais também pudessem paralisar outras fábricas em São Paulo e no ABC. As reivindicações gerais: 35% de aumento salarial; reajustes trimestrais de salários e a contratação coletiva do trabalho. Além dessas, cada fábrica elaboraria um elenco de reivindicações específicas.

A derrota da Greve de Osasco

No dia 16 de julho, atendendo ao sinal convencionado (o apito da Cobrasma, às 8h e 40m), a partir da seção de limpeza e acabamento da fundição, os operários começaram a ocupar a fábrica. Organizaram, durante o dia, as comissões de vigilância, abastecimento, informações e mobilização. Nas horas marcadas, 12 h, 14 h, foram parando outras fábricas. Os operários da Barreto Keller, Osran e Granada dirigiram-se em passeata para o sindicato. Os da Lonafíx ocuparam a empresa.

Um enviado do delegado regional do trabalho, general Moacir Gaya, foi a Osasco dialogar com Ibrahim, que, como ocorrera em Contagem, procurou isentar o sindicato da responsabilidade pela greve. O coronel Passarinho voou para São Paulo e montou seu QG no Palácio dos Bandeirantes. No começo da noite, a polícia interveio. Primeiro na Lonafíx, depois na Cobrasma. No dia seguinte, outras fábricas aderiram: Braseixos, Brown Boveri e, parcialmente, a Cimaf, a Eternit (total aproximado de grevistas: 10 mil). Depois a polícia investiu contra o sindicato, pois já havia sido decretada a intervenção.

No primeiro dia, cerca de 300 a 400 prisões na Cobrasma (aproximadamente 50 operários ficaram detidos); no segundo, prisões em igrejas. A cidade toda ocupada por policiais em duplas, com cachorros amestrados e armas de guerra. (Ver depoimentos de Ibrahim).

No terceiro dia, embora já sem um comando de greve, o movimento continuou. Dispersas, as lideranças tentaram conter o movimento. Numa assembléia de estudantes em apoio aos grevistas, Manuel Dias do Nascimento, o Neto de Osasco, chegou a prometer a continuação do movimento com greves de grevilhas: ou seja, paralisação um dia de uma seção, outro dia de outra e, num outro ainda falta dos moradores de um certo bairro ao trabalho.

Por volta do sexto dia, todas as fábricas de Osasco já funcionavam normalmente. Inúmeros trabalhadores foram despedidos, outros tiveram que ficar foragidos em função da busca policial. Mas, tempos depois, a maior parte das empresas, para evitar problemas, atendeu a algumas reivindicações específicas e deu cotas variáveis de antecipação salarial.

A Consumo da derrota

Tanto em Contagem quanto em Osasco restaram núcleos organizados. Em Contagem, em outubro (quando o movimento estudantil já se desagregava) ocorreria uma segunda greve, preparada quase que exclusivamente e etonada a partir das organizações que atuavam na região. Só durou um dia. Foi totalmente dissolvida pela polícia. E o sindicato sofreu intervenção.

Em Osasco, os núcleos restantes, em setembro e início de outubro, começaram a se reaglutinar para, de novo, montar a oposição sindical. Entretanto, as lideranças mais expressivas já estavam mais voltadas para a vida interna de sua organização política e se preparavam para "abandonar a cidade" em troca de realizarem a guerrilha. A dificuldade para reorganizar a oposição sindical foi ampliada ainda mais quando, em virtude de sua atuação militarista, os ex-líderes de Osasco foram sendo presos.

O desdobramento natural do movimento estudantil, o enfrentamento armado, levava consigo, primeiro para fora do movimento operário, e depois para a derrota armada, as principais lideranças operárias.

Os elos orgânicos entre os movimentos de Osasco/Contagem e o movimento operário posterior foram cortados. Mas a experiência daqueles movimentos permaneceu. Primeiro, eles foram tomados como exemplos pelo regime para intimidar a classe operária. Hoje, eles são repensados porque podem ajudar a classe operária a encontrar seus próprios caminhos.

A experiência das comissões de fábrica, de atuação nos sindicatos (ainda que atrelados), a luta contra o arrocho, pelo direito de greve realizando greves e pelo contrato coletivo de trabalho parecem luzes presentes tanto no relâmpago quanto no dia.

Um diário da luta

Como os jornais da época registraram a greve de Osasco

Luiz Gabriel de Pieri, J. Moura Marinho, Maria Quiteiro e Silvestre Prado e Rubens Adorno

Quem seguisse a leitura dos jornais diários - Última Hora, Estado de S. Paulo, Folha da Tarde - entre os dias 17 e 31 de julho de 1968, que noticiaram a greve de Osasco, e fosse selecionar as notícias em manchetes para recompor este relato, encontraria o seguinte panorama dos acontecimentos:

- Em primeiro lugar, a história da greve, contada pelos jornais, começou com a descrição da repressão do movimento (sic) e assim foram as manchetes que abriram o primeiro dia do noticiário da greve, 17 de julho de 1968:

a - ESP - 17/7/68:

"FORÇA DESOCUPA AS DUAS FÁBRICAS"

b - FT - 17/7/68:

"UMA GREVE REPRIMIDA"

Tomaram a Fábrica mas Polícia Chegou Mandou e Expulsou

Descreve-se assim a desocupação das fábricas:

FT - 17/7/68:

As 20:00 hs, o clima estava tenso em frente a fábrica Cobrasma. A cada minuto que passava o nervosismo crescia entre os operários que a ocupavam, dispostos, inclusive, a incendiá-la caso fosse usada a violência para desalojá-los. Na operação de desocupação da fábrica a palavra "abelha" substituiu "agente", um dos investigadores disse: "O nome caiu bem pois nós somos mesmo uns abelhudos. O comandante da operação manda a tropa de choque entrar com os cassetetes na mão.

ESP 17/7/68:

Pouco antes das 21:30 o Coronel Altino, que está comandando as operações dá ordens a tropa para seguir rumo a Cobrasma. Ele vai a frente num Jipe, para tentar um acordo com os operários que ocupam a fábrica. Atrás dele, pela ordem, seguem uma parte da cavalaria, um "tatu", um "Brucutu" a tropa de choque, quase 1000 homens e, na retaguarda, a outra parte da cavalaria. A conversa entre os policiais e os operários dura quase 10 minutos. A imprensa não pode chegar perto.

Parece que não há acordo. Cavalaria à frente, começa a desocupação da Cobrasma.

Os oficiais comunicam por rádio, sempre muito apreensivos, preocupados, todos temem que haja violência.

Há centenas de soldados com uniforme de campanha, metralhadoras, bombas de gás lacrimogéneo, cassetes de um metro de comprimento.

Mas as armas não são usadas. Só servem para intimidar. Operários fogem pelos muros. Em frente a fábrica tudo é emoção, angústia, e espera. A Cavalaria e soldados de baionetas ocupam a entrada da Cobrasma.

ESP - 17/7/68:

Entre duas filas de soldados com baionetas caladas, saem os engenheiros e funcionários graduados que eram mantidos como reféns. Cinco minutos depois cercados por uma centena de soldados fortemente armados, saem os operários presos, com as mãos sobre a

cabeça. Só aqui há algumas violências desnecessárias: são soldados cutucando os operários com as baionetas, empurrando os "presos, ofendendo.

UH - 17/7/68:

Os operários desalojados ontem a noite das fábricas que haviam ocupado continuam em suas casas. Hoje alguns resolveram furar a greve entraram na Cobrasma e na Lonaflex sub proteção da polícia e reiniciaram o trabalho. Seu número no entanto é bastante reduzido". "As primeiras horas da noite de ontem com a chegada do Coronel Ferreira Marques, Comandante da Força Pública, o qual intimou os grevistas a abandonar as fábricas, foi iniciada a desocupação pacífica das fábricas Granada, Braseixos e Osran... às 22:00hs, milicianos começaram a invadir a Cobrasma para desalojar os 2.700 operários que a ocupavam. Foram feitas 30 prisões.

Depois da descrição das desocupações das fábricas, os jornais enfatizam as opiniões das autoridades governamentais sobre a greve: *"Esta Greve é Ilegal"*.

UH-17/7/68:

É um movimento ilegal, sem reivindicação definida, deflagrado sem atender a qualquer condições estabelecidas na lei 4330 de 1964." Com estas palavras o Coronel Moacir Gaya delegado regional do trabalho. qualificou o movimento "paredista". Prosseguindo afirmou. O movimento assumiu características subversivas. Os trabalhadores estão em greve sem apresentar reivindicações, inteditaram fábricas e prenderam engenheiros nestas condições, os trabalhadores envolvidos, estão sujeitos a sanções de natureza criminal, além das penalidades previstas em que se incluem a despedida do emprego.

Apelo para o civilismo dos trabalhadores e os grevistas devem retornar imediatamente ao serviço, ficando alertados que o movimento é ilegal e permite estabelecer ligações com o movimento subversivo. Os trabalhadores não devem servir de instrumentos daqueles que querem a desordem e a subversão.

A Secretaria de Segurança emitiu o seguinte comunicado:

A SSP tendo em vista: 1 - "movimento grevista ilegal"; 2 - invasão de estabelecimentos industriais por grupos subversivos que aprisionaram homens e mulheres, mantendo como reféns. 3 - que em ofício do DRT os movimentos são ilegais com características que permitem estabelecer ligações com a ação subversiva, determina: a) libertação dos reféns b) desocupação dos estabelecimentos, c) detenção dos responsáveis pelo movimento, d) impedir piquetes; e) manter a ordem pública, pois se trata de um movimento articulado por minoria. (ESP e FT - 17/7/68).

O sr. Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, diretor da Cobrasma, disse:

A greve vem sendo preparada a um mês, enquadrando-se no contexto de agitação que passa o país, principalmente após a greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte em fins de abril. Lembrou que recentemente foi feita uma reestruturação salarial na empresa dando um aumento médio de 5% em todos os salários. Também na Lonaflex foi concedido um reajuste adicional de 10% a partir do primeiro deste mês. (ESP -17/7/68)

Neste mesmo dia, os jornais também descrevem como foi iniciada a greve, e as reivindicações dos trabalhadores. As manchetes desta matérias são:

a) - FT - 17/7/68:

"Os Operários de Osasco não Suportam mais o Arrocho Salarial - Greve Saiu no Apito"

b) - UH -17/7/68

"Assim Começou o Movimento"

FT - 17/7/68:

Ao toque da sirene os operários tomaram a primeira fábrica, a Cobrasma. Depois foram outras - Braseixos, Barreto Keller, Lonaflex, e Fósforos Granada. Sua luta é por 35% de aumento, escala móvel de salário, de três em três meses, e contrato coletivo de trabalho válido por 2 anos.

UH - 17/7/68:

A sirene da companhia atrás das máquinas (Cobrasma) em Osasco, tocou às 8:40. Foi o início da primeira greve de 1.500 operários, que pouco depois, se estendeu a outras indústrias daquele município.

Mais 1.000 trabalhadores, metade aderiu e encerrou suas atividades até que os empregadores decidam atender suas reivindicações, conhecidas por panfletos endereçados às direções de empresas, e distribuídos por toda a cidade.

Enquanto isso, realizaram-se passeatas, o sindicato da classe foi colocado a par da situação e os operários permaneceram no interior das indústrias, impedindo a entrada de qualquer estranho.

FT - 17/7/68:

Os trabalhadores da fábrica de Fósforos Granada, as mulheres na frente, fizeram uma passeata da fábrica até a sede do Sindicato dos Metalúrgicos, onde ficaram em assembleia geral até às 17:00hs.

Na assembleia da Barreto Keller e Granada os trabalhadores pediam além das reivindicações gerais, bebedouro e leite para quem trabalha com cabeça de fósforo e madeira, botas de borracha pra quem trabalha na umidade, pagamento das horas extras e escadas com isolamento para os eletricitistas.

Os jornais não descrevem as opiniões dos trabalhadores em greve. E somente colocam de um modo muito susinto o número de operários em greve.

ESP 17/7/68:

São Seis as Fábricas que a Greve Parou

A greve de operários em Osasco atingiu quatro empresas metalúrgicas - Cobrasma, Braseixos (associadas), Lonaflex, Barreto Keller - uma do setor químico, a fábrica de Fósforos Granada, e uma do setor elétrico, a fábrica de Lâmpadas Osram. Quase todas essas indústrias foram ocupadas pelos operários. Na Cobrasma, o número de ocupantes era superior a 1.000.

A noite todas já haviam sido desocupadas sem incidentes nem resistência dos operários à ação policial. O movimento envolveu mais de 3.000 operários .

No dia seguinte os jornais descrevem a intervenção no Sindicato de Osasco.

"E VEIO A INTERVENÇÃO"

UH - 18/7/68:

A intervenção se deu com base no artigo 528 da Consolidação das Leis do Trabalho... Respondendo a uma consulta formulada pela Cobrasma, na pessoa de seu diretor Luís Eulálio Bueno Vidigal, o General Moacir Gaya, delegado regional do trabalho, afirmou que os ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, não gozam do direito da chamada estabilidade provisória... pois insuflaram movimento ilegal.

Os metalúrgicos de Osasco, expulsos das fábricas, ocuparam a sede do Sindicato e estavam dispostos a resistir a qualquer ação policial... Num ambiente de grande tensão chegou às 2 e meia da tarde o interventor nomeado pelo General Moacir Gaya, delegado regional do trabalho em São Paulo, Natael Pithan Silva, ex-pracinha e professor de Psicologia foi tomar

posse garantido por uma escolta de soldados da Força Pública.

Os jornais descrevem como se deu a ocupação do Sindicato pelos operários e a desocupação pela repressão:

ESP - 18/7/68:

A movimentação no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco teve início na manhã de ontem, quando grande número de operários, em sua maioria da Brown Boveri, ocupou a entidade. Próximo ao Sindicato havia grande movimentação e dentro 400 operários discutiam a ocupação. Nos muros da cidade havia inscrições como: "Vietnã é o exemplo". O interventor nomeado acompanhado do sr. José Moura Neves, diretor da fiscalização chegou 16:30 hs, pedindo para falar com o presidente, sendo informado de que só havia operários no local. A ideia era invadir o prédio, com 8 elementos da Força Pública. Depois chegaram o delegado substituto de Osasco Sérgio Garcia dos Santos e o Capitão Edson Lara, comandante da 4ª Cia. Independente. Tentaram dialogar com os líderes. Todas as perguntas eram levadas para a Assembleia Geral que ficou constituída na hora.

FT - 18/7/68

Um deles Nelson Jacinto, diretor administrativo do DRT fala: - Onde estão os ex-diretores desse Sindicato? Aqui está o sr. Natael Pithan Silva, o interventor. Ele veio tomar posse e fechar o Sindicato.

Há um pesado silêncio, um operário fala ao final:

- Nós não reconhecemos o interventor que vocês trazem. Ninguém vai tomar posse pelo menos aqui dentro.

- Se vocês não deixarem entrar por bem nós vamos buscar reforços e quero ver quem impede a posse.

- Nós não queremos brigar, queremos aumento de salário, estamos passando fome. Não é por nós é por nossas mulheres e filhos. Outro operário acrescenta: Porque em vez de trazer o interventor não trazem os patrões para dialogar conosco?

- Nós não estamos aqui para apanhar, também não queremos bater em ninguém. Vocês trazem um homem que nem é metalúrgico para intervir no Sindicato dos Metalúrgicos. Como é isso? Porque vocês não trazem patrões? Nós temos argumentos para provar a eles que cada vez enriquecemos mais a eles com nosso trabalho e nós ficamos cada vez mais pobres.

Daí ninguém mais se entende, os homens da intervenção dizem que as tropas virão. Saem e vão embora.

ESP -18/7/68:

Eram 22:15 quando 4 pelotões, com 120 homens, da Força Pública chegaram ao Sindicato dos Metalúrgicos. O Capitão Aparecido pediu aos operários que se retirassem para suas casas, mas esses após rápidas confabulações, resolveram permanecer no Sindicato. Até a meia noite os policiais permaneceram à frente do Sindicato, esperando ordens. Quando todos esperavam uma invasão a tropa se retirou, permanecendo apenas um Batalhão de Osasco, "para manter a ordem".

FT - 18/7/68:

Eram 4:30 da madrugada quando a Força Pública invadiu o Sindicato dos Metalúrgicos e Materiais de Osasco. Os operários não ofereceram resistência a ação policial. Havia cerca de 200 operários lá dentro, e 123 deles foram presos. Segundo o delegado do DOPS, que comandou a operação, o objetivo foi de normalizar a situação do Sindicato e garantir a posse do interventor e que há um esquema montado para reprimir qualquer movimento.

A operação foi silenciosa e os operários saíram em fila indiana com as mãos na cabeça, eles

foram enviados ao DOPS de São Paulo.

Sobre o presidente do Sindicato as únicas informações são:

FT -17/7/68:

José Ibrahim informa que no dia 17/7 a greve chegará à São Paulo e que o Sindicato apoia, "porque não tem outro caminho a seguir na qualidade de representante dos trabalhadores". E na Cobrasma, Ibrahim faz a seguinte advertência "qualquer proposta deveria ser feita aos trabalhadores em Assembleia Geral". Ele não estava autorizado a tratar com o DRT sobre as reivindicações. Em entrevista coletiva do Sindicato lembrava as condições de vida dos trabalhadores de Osasco e seus salários médios de cento e trinta e cinco cruzeiros novos e sobre o desemprego.

Outra liderança que aparece é José Barreto, considerado pela polícia, o responsável por uma tentativa frustrada de resistência na fábrica Cobrasma. Descrição de Barreto:

Olhar sereno, cabelos negros, blusão marrom e calças mescla, respondia sorridente as perguntas dos repórteres, e fazia piadas com os soldados. Respondia tranquilamente aos (30) investigadores, e agentes da Polícia Federal. "Sua idade" - Twenty one, do vou understand? -(todos riem) e um "agente" comentou: "é estudante, só pode ser". Barreto é exibido como troféu a todos os presentes. (FT - 18/7/68).

Barreto está sendo submetido a interrogatórios e agentes policiais acham que ele vai dar muito serviço ainda. Já confessou que tinha ligações com estudantes. Os agentes declaram que foi apreendido muito material subversivo em sua casa. (FT - 19/7/68).

Os jornais informam a continuidade e a duração da greve:

"OS OPERÁRIOS DE OSASCO NÃO SUPORTAM MAIS O ARROCHO SALARIAL". Greve Saiu no Apito (FT - 17/7/68).

Greve Continua sem Ocupação: Trabalhadores Resolveram não Ocupar Às Fábricas, Mas só Voltam ao Serviço com Aumento. (FT - 18/7/68).

Normaliza-se a Situação nas Fábricas:

A Brown Boveri dispensa todos os funcionários, nas outras o comparecimento foi de quase 100%. Os prejuízos foram grandes. Segundo o diretor das Cobrasma, 8 funcionários continuam detidos. (ESP - 19/7/68).

Em Osasco Uma Pausa na Greve (UH -20/7/68).

PRISÕES NÃO INTIMIDAM METALÚRGICOS DE OSASCO, A GREVE AMEAÇA SE ALASTRAR: Eles não se contentam mais só com aumento de 35%, estão exigindo também a libertação dos companheiros, escala móvel de pagamento, afrouxo salarial e a reintegração de seus líderes. (FT - 22/7/68).

A GREVE DE OSASCO ESTÁ NO FIM: Líderes Tentam Reanimar o Movimento. (FT - 23/7/68).

TRANQUILIDADE VOLTA A OSASCO

Mas Operários Dizem que Greve Continua. (FT - 24/7/68).

AMEAÇA A PASSARINHO: Se operário estudante não for libertado logo o movimento de Osasco aumenta. (FT -25/7/68).

GREVE ACABOU: pela primeira vez foi reconhecido por todos os operários que a greve acabou. (FT - 26/7/68).

Durante todo o tempo que durou a greve os jornais tinham como atores principais o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, e o Delegado da Delegacia Regional do Trabalho, General Moacir Gaya. As conversações e posições do ministro sobre a greve:

O senador desmentiu que viera a São Paulo a fim de cumprimentar o governador Abreu Sodré

pela atitude que teve na preservação das liberdades democráticas" (ESP - 19/7/68).

Disse que não viria a Osasco dialogar com os operários, não é este o momento de diálogos com elementos que não entendem que o rio Tietê não se chama Sena e que a língua portuguesa não é francesa. O que houve aqui foi uma cópia do que houve na França.

Com uma diferença: Os nossos agitadores prenderam 16 pessoas em cárcere privado. É um movimento de uma minoria atuante que quer provocar e isso só serve para querer destruir as liberdades democráticas deste país. O sindicato exorbitou de seus direitos. Há responsabilidade em nosso ministério, e quem violenta a lei é responsável pelo que faz. Respeitamos todo movimento de reivindicação pois faz parte do nosso jogo mas não aceitamos o que houve. Segundo o que constatei não eram 3 mil ou 4 mil operários em greve, mas uma minoria organizada e atuante que não representa a grande maioria dos trabalhadores. (FT - 19/7/68)

O ministro teve demorado encontro com o governador Abreu Sodré. A palestra teve a participação do sr. Lídélío Martins, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, do Delegado Regional do Trabalho em São Paulo, General Moacir Gaya, e do secretário do Trabalho sr. Raphael Baldacci. O governador e o ministro conversaram reservadamente boa parte do tempo. (ESP - 18/7/68)

"O longo debate do ministro com os líderes:"

São 16 os líderes operários que foram dialogar com o ministro: Presidente do Sindicato dos Têxteis, Químicos e Bancários de São Paulo e Santo André, dos Panificadores, Gráficos e Marceneiros de São Paulo, Metalúrgicos de São Paulo, Santo André, São Caetano e São Bernardo.

Os jornalistas são proibidos de participar da reunião e Passarinho justifica dizendo que a presença da imprensa, *'só serviria para dificultar os trabalhos. Todos iriam querer posar para a imprensa, radicalizando as posições, agora é hora de conciliar.'* As portas da sala foram fechadas mas o vozerio podia ser escutado do lado de fora.

Nesta reunião foi discutida, principalmente o problema da intervenção do Sindicato de Osasco. O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Brandão, pedia a Jarbas Passarinho "um crédito de confiança" apelando para que ele não consumasse a intervenção no Sindicato.

O titular do trabalho recusava mas se comprometeu a suspender a medida se não conseguisse provas materiais da participação do Sindicato.

"Mas ficou caracterizada a participação do Sindicato"? perguntou outro líder. O ministro respondeu que tinha motivo para acreditar na caracterização. A reunião durou mais de três horas e nada ficou decidido (FT- 19/7/68)

Na ante-sala estava o interventor nomeado, à espera de instruções (ESP- 18/7/68)

"Passarinho quer ouvir e dialogar"

O ministro Passarinho reafirmou ontem (21/7/68) no Rio, *"se mantém no propósito de ouvir e atender a todos os trabalhadores e seus dirigentes em diálogo franco, como vem fazendo não obstante as tentativas de alguns de criar e manter afastados governo e trabalhadores".* O ministro nesse dia emite uma nota final com o seguinte teor: *Todos foram surpreendidos com a greve de Osasco porque "até aquele momento nenhum dirigente do Sindicato que representa por lei aqueles trabalhadores, tinha manifestado nem direta nem indiretamente qualquer reivindicação que justificasse a paralização do trabalho. Nos primeiros contatos com os operários e com dirigentes sindicais resultou patente inexistirem reivindicações que pudessem ser atendidas dentro da legislação vigente. Foi constatado que não era verídica a versão inicial de que o movimento tinha sido deflagrado pelo não cumprimento de um cordão do Tribunal Regional de São Paulo". "Que o plano de ocupação das fábricas fora preparado por elementos infiltrados entre operários, ficou patente no encontro que manteve com os dirigentes sindicais."* (ESP - 22/07/68)

Ontem (24/7/68) o ministro Jarbas Passarinho retornou a São Paulo, reuniu-se com várias autoridades, retornando ao Rio de Janeiro logo em seguida. Deixou a delegação de 60 operários de Osasco, que viera a São Paulo para um encontro com ele a sua espera no DRT. Foi à televisão e disse que a greve acabou. (FT - 26/7/68).

Sobre as conversações e posições de Gaya, o outro ator muito enfatizado:

"General vai ao QG da greve, marcar reunião e garante que arrocho continua"

O general Gaya se reuniu com mais de 30 diretores de Federações e presidentes de sindicato do ABC, Osasco e São Paulo no domingo (21/7/68) em Osasco.

- A DRT existe para defender o trabalhador. Eu vim aqui com o melhor dos propósitos, pronto para servir de intermediário entre os patrões e vocês. Só que tem uma coisa, vocês erraram deflagrando essa greve sem procurar o DRT:

- Mas o general, no atual estado de coisas quem tenta dialogar com o governo é logo preso como comunista e além disso a situação de Osasco era das mais críticas, com as empresas cometendo mil e uma arbitrariedades com os trabalhadores, inclusive obrigando-os a assinar documentos em branco nos dias que antecederam a greve para demitir sem pagar os direitos.

- Mesmo assim vocês deveriam ir à Delegacia do Trabalho. Todas essas injustiças podem ser corrigidas.

- Então o sr. aceita promover uma mesa redonda entre nós e os patrões?

- Marquem o dia e a hora que eu convoco os patrões. Só que tem uma coisa: Aumento salarial implica infringir a política do governo. E neste ponto sou franco com os senhores. Nós não vamos recuar.

Segunda às 15:00 hs.

Na reunião de segunda feira, mais uma vez os operários saíram da Delegacia Regional do Trabalho decepcionados, só ouviram a justificativa do General. Os líderes trabalhadores presentes à reunião mostraram-se descontentes pois apenas as posições decorrentes da greve foram debatidas enquanto que as reivindicações ficaram quase que esquecidas. Nada de positivo se concluiu sobre o aumento, contrato coletivo e reajustamentos. (FT-2407/68)

a) Foi informado que quase todos os dirigentes foram soltos só permanecendo ainda detido um padre e José Barreto. Sobre o aumento, diz que a intenção do Ministro do Trabalho era de modificar a política salarial. Nesta reunião estavam presentes os operários e o general Moacir Gaya. Foi marcada nova reunião na quinta feira com a possível presença do Ministro Jarbas Passarinho. (ESP-23/07/68)

b) Gaya: "Empresas não demitiram".

Operários: "Na Cobrasma a lista de dispensa está afixada na Cooperativa." O General Gaya não sabe de nenhum operário que tenha sido demitido por participar da greve. A denúncia de que a Cobrasma tinha demitido 33 funcionários foi desmentida pelos donos da empresa. O general acredita, mas quando a Federação dos Metalúrgicos disse a Gaya que a lista dos demitidos está afixada na Cooperativa para quem quizer ver, ele respondeu que não tinha tomado conhecimento de nenhuma demissão mas ele não acreditava que o dono da Cobrasma tivesse mentido. Para ele o episódio de Osasco está encerrado (FT-30/07/68).

Durante os dias que durou a greve, os jornais trazem algumas notas dos movimentos de apoio e solidariedade aos trabalhadores em greve:

"Estudantes apoiam: Reunidos em Assembleia na noite de ontem, os estudantes da USP decidiram apoiar a greve de operários de Osasco, levantando fundos para ajudá-los e fazendo comícios relâmpagos e distribuição de panfletos durante toda semana, nos locais de grande concentração popular e nas portas das fábricas". (FT-17/07/68).

Bispos com operários: Alguns padres e bispos distribuíram um manifesto de apoio aos operários. "Estamos com os trabalhadores até o fim da greve aconteça o que acontecer. O Governo que afirma e alimenta a violência, dá o direito ao povo de responder à opressão e

violência com igual violência porém justa, dos primidos para a sua libertação". (FT-18/07/68).

"O Comité Popular de Solidariedade à Greve de Osasco, formado por intelectuais e professores e jornalistas, artistas e estudantes, donas de casa, oposição sindical, irão às ruas em solidariedade aos grevistas. A finalidade desta manifestação é divulgar os objetivos políticos da greve de Osasco e arrecadar finanças para a manutenção dos operários. Esta manifestação foi violentamente reprimida". (FT-23/07/68).

"Estudantes do Rio fizeram passeata, onde a técnica foi a convocação do povo carioca para que dê uma contribuição financeira". (ESP-19/07/68).

Osasco: referência viva para o movimento atual

O movimento operário popular brasileiro vive hoje um momento crucial. Se renascer com um novo vigor as lutas operárias, fortalecendo as oposições consequentes, o "novo sindicalismo" de São Bernardo ou as articulações "trabalhistas" do secretário paulista Maluly Neto, disputam a direção do movimento.

O esgotamento das formas de participação política anterior a 64, e as transformações mais recentes rs pelo capitalismo brasileiro, colocam na ordem do dia novas questões que não se resolvem nos marcos das orientações políticas já traçadas. E muito mais que respostas sociológicas ou de coerência formal, como vem se dando a discussão sobre "o bloco de assalariados" ou novos partidos, cabe buscá-las nas experiências vivas e densas do movimento operário popular brasileiro.

Os movimentos operários de 68 realizaram uma experiência única e fundamental, vivendo a fronteira entre dois momentos distintos da história política brasileira. Se pagaram pesados tributos aos erros e limites das práticas anteriores, colocaram-se no limiar de um novo tempo, buscando ainda que cega e difusamente novas soluções aos novos problemas que se apresentaram.

Particularmente em Osasco, as comissões de empresa, a presença de uma diretoria combativa em um sindicato atrelado, uma nova relação operário-estudante, os movimentos de bairro e a participação na política municipal, colocaram questões totalmente novas para um movimento empenhado em se desvencilhar dos erros e fantasmas do passado.

E justamente a partir destas experiências, forjadas no dia-a-dia da luta de classes, com sua gama de relações, formas de organização, palavras de ordem e articulações, que se pode enfrentar de maneira efetiva a discussão sobre os caminhos da organização política e independente do movimento operário popular.

Diogo Marques

Uma ação política diversificada

Qualquer que seja a avaliação que se tenha sobre Osasco, salta aos olhos uma vitalidade mobilizativa e orgânica única na conjuntura de 68. Se a vanguarda operária de Osasco, diferentemente das outras oposições sindicais, formou comissões de empresa, tomou o Sindicato e foi a greve, esta capacidade de ação política não restringiu-se aos operários. O movimento secundarista local formou grêmios e associações combativas em quase todos os colégios, criou uma entidade centralizadora: o CEO (Círculo Estudantil Osasquense) e tirou passeatas com 2.000 estudantes.

A constituição do movimento secundarista local era bem outra que seu correspondente na capital. Em São Paulo a base do movimento se estabeleceu em colégios com tradições de "ensino crítico", como algumas escolas particulares, o Colégio Vocacional, e principalmente o Colégio de Aplicação da USP. Em Osasco eram colégios públicos, e a grande maioria dos que estudavam a noite trabalhavam em fábricas, muitos diretamente na produção como José Ibrahim, Roque e Barreto, isto para citar os mais conhecidos. Roque e Barreto, líderes da greve, pertenceram inclusive a diretoria do CEO, tendo sido Barreto um de seus presidentes. Se a relação do movimento secundarista de São Paulo se deu principalmente com os universitários, em Osasco a relação fundamental dos secundaristas foi com o movimento operário.

O quadro do processo de mobilização local só se completa se acrescentarmos as articulações

dos movimentos operário e estudantil, a participação nos movimentos de bairro e política municipal. Estudantes e operários apoiaram três dos vereadores e o prefeito eleito. Esse apoio implicou prestações de contas, por parte dos vereadores, em reuniões periódicas das entidades. O prefeito tanto forneceu uma sede ao CEO, quanto abriu a participação na prefeitura em termos de acesso a cargos, associações de bairros e imprensa local.

Algumas das lutas de bairro chegaram a mobilizar em torno de cem pessoas, e pelo menos uma delas, contra desapropriações, chegou a uma vitória significativa. A ação política dava-se sobre as mais diversas formas de vida da população, ampliando e aprofundando o processo mobilizativo, chegando inclusive a vitalizar a atividade e produção cultural. Surgiram grupos de teatro, cine-clubes, conferências, festivais de música e poesia, sempre marcados por um intenso conteúdo político.

É natural que um "clima" desse tipo repercutisse sobre amplas faixas da população. Seja a vitória da chapa de oposição no sindicato, a convocação para o 1º de maio, as passeatas locais ou a agitação em torno da greve, todas contaram com a participação conjunta de estudantes e operários, repercutindo amplamente no município. As panfletagens e comícios relâmpagos aconteciam tanto em colégios quanto em portas de fábricas, feiras-livres ou pontos de ônibus. Não só estudantes e operários, mas professores, bancários, donas-de-casa e igrejas sofriam o mesmo "clima" de intensa politização: E um dado interessante e ilustrativo que até igrejas evangélicas, tradicionalmente afastadas de qualquer participação política, tenham sido atingidas. É dentro de todo este clima geral de ampla participação que a temperatura política cresceu o suficiente para explicitar-se de forma mais acabada na greve de 68.

Em 66 a retomada mais aberta do movimento de massas em Osasco já vai se dar fora de uma influência decisiva do reformismo. Na Cobrasma um grupo clandestino independente de esquerda, inspirado em posições dissidentes do Partido, começa a ter influência sobre a comissão de fábrica legal. Age sobre suas vacilações, tornando-a cada vez mais combativa e representativa. Os secundaristas, no mesmo ano, realizam passeatas (as setembradas), reconstroem os grêmios e criam o CEO, tudo isto a partir de lideranças céticas em relação à política reformista, e que rejeitam em geral suas propostas de aproximação. Nas eleições de 66, operários e estudantes apoiam um mesmo candidato a vereador, que é eleito, enquanto o candidato do Partido é derrotado. A vanguarda social representativa de Osasco identificava a política do Partido com conciliação e atrelamento, buscando novas formas de luta e participação.

As críticas ao reformismo, em Osasco, manifestavam um processo mais geral presente em parcelas significativas do movimento de massas e da esquerda brasileira, levando inclusive a formação de organizações alternativas ao Partido. Em Osasco, entretanto, sua vanguarda segue um caminho próprio, à margem das organizações emergentes, como grupo independente e caracterizado por formas difusas de articulação interna. De certa maneira esse processo espontâneo e difuso de formação da vanguarda local, foi capaz de dotá-la de uma sensibilidade e flexibilidade política ausentes nas organizações existentes, dado o caráter principista e dogmático das formulações destas últimas. A crítica ao populismo levou essas organizações a levarem, na prática, uma política que articulasse o trabalho sindical e estudantil a movimentos de bairro e ação parlamentar. Embora, em alguns casos, não negassem explicitamente essa articulação, nada em seus programas políticos e ações concretas indicavam o contrário. Tanto isto é verdade que a retomada dos movimentos de bairro no pós 64 foi quase que ação exclusiva da Igreja.

Em Osasco, a presença de fortes laços de solidariedade local, aliada a extrema concentração geográfica das atividades, a existência do operário-estudante e às tradições de participação na política municipal, levaram sua vanguarda a enfrentar estas questões no "calor da hora", sem as rígidas definições de "prioridades" estabelecidas pelas organizações de esquerda.

Isolamento e Radicalização

Se o "caminho próprio" seguido pela vanguarda de Osasco foi capaz de traduzir-se em uma inegável capacidade mobilizativa, é este mesmo processo difuso e espontâneo de formação e ação da vanguarda, que está na origem dos limites e impossibilidades por ela encontrados para dar continuidade às tarefas que se propunha.

O "radicalismo" do movimento em Osasco, em geral entendido de maneira falsa e superficial, precisa ser melhor explicitado, pois poucas vezes foram utilizadas, e com tanta frequência, formas legais de luta e organização. As propostas de ação, fossem passeatas, greves ou tomadas de fábricas, sempre encontraram amplo respaldo de base. O radicalismo de direção é sempre acompanhado por uma ruptura na ligação lideranças-base, e isto não aconteceu mesmo após a repressão à greve, como mostra o depoimento de Ibraim sobre a rearticulação, o espírito e a disposição dos operários após a greve. A rearticulação até inícios de 69 foi um fato concreto, e quanto ao espírito de disposição dos operários, foram relatados pelas lideranças de fábrica neste processo de rearticulação. A radicalização em Osasco deu-se em relação à conjuntura mais ampla, e não em relação a seu processo interno. A liderança local agiu em função da disposição e organização concreta de suas bases como única referência, pois só a existência localizada a impediu de levar em conta condições de consciência e organização de outras regiões, dando margem ao espontaneísmo que queria enxergar, em todo lugar, as condições de Osasco. As orientações políticas no período anterior a 64, sob direção do Partido Comunista e setores do Partido Trabalhista Brasileiro, caracterizaram-se por defender uma aliança de classes entre os trabalhadores e a chamada "burguesia nacional", no sentido da realização de um desenvolvimento econômico brasileiro independente das grandes potências capitalistas. Defendiam as "reformas de base", visando o fortalecimento das empresas estatais e indústria privada nacional, através da encampação das empresas estrangeiras, além da reforma agrária e de um aumento de participação popular nos processos político-decisórios do Estado. A consequência dessa política de conciliações e alianças com setores das classes dominantes, constituiu um movimento operário dominado pelas burocracias sindicais, mais empenhadas em aumentar seu poder de barganha com o Estado, no processo de reformas, do que em organizar os trabalhadores pela base em função de seus objetivos próprios. Os saldos desta política ficaram claros no 31 de março de 1964, quando toda esta estrutura reformista e populista foi incapaz de oferecer uma resistência organizada e consciente ao golpe militar.

Já nos anos de 62 e 63 aparecem nítidos sinais de insatisfação entre as bases do movimento de massas. Novas necessidades, ao nível da consciência e organização pela base, não são respondidas pelas direções reformistas, produzindo-se o aparecimento, ainda que difuso, de propostas alternativas. O 31 de março ao mesmo tempo que sela o fim do populismo, já em processo anterior de desagregação, interrompe o caminho das propostas alternativas, retomadas apenas em 66, no primeiro momento de rearticulação do movimento de massas após o golpe. É dentro desse processo geral de retomada das lutas e orientações políticas, em 66, que vai iniciar-se em Osasco o quadro de mobilizações já descrito.

O que há de realmente novo e importante, na experiência vivida por Osasco, é uma recuperação de processos diversificados e articulados de mobilização, como acontecia antes de 64, mas uma recuperação com outra qualidade, pois realizada a partir de uma organização de base, e sem o atrelamento e conciliação que caracterizavam a fase anterior. As ligações com vereadores e prefeitura, ou a participação no sindicato atrelado, não foram capazes de impedir a radicalização do movimento, mas pelo contrário, cumpriram um papel importante nesse processo de radicalização. A intensa utilização de métodos legais de luta nunca impediram a utilização de métodos ilegais ou formas clandestinas de organização. Esta recuperação de uma política articulada e diversificada, mas com uma qualidade nova em relação ao populismo, constitui a especificidade e a riqueza da experiência política de Osasco.

Convém assinalar desde o início que a vanguarda social de Osasco buscou explicitamente formas de ruptura com a política anterior. Osasco, como tantos outros municípios industriais, viveu formas agudas de participação populista, tanto no movimento operário e estudantil, quanto na política municipal. O movimento secundarista local, nos anos de 62 e

63 mobilizou-se intensamente, chegando inclusive a formar uma associação regional: o CREBS (Conselho Regional de Estudantes da Baixa Sorocabana), que realizou dois congressos anuais, em Osasco e Itú, com centenas de delegados. A par disto os estudantes apoiaram vereadores eleitos, e desenvolveram intenso trabalho de pressão sobre a câmara municipal, no sentido de conseguir mais verbas para o ensino, ou, por exemplo, para impedir que Lacerda recebesse o título de cidadão Osasquense. Tudo isto através de concentrações públicas e passeatas, ou até pelo bombardeamento da camará municipal com pedras e rojões.

As greves operárias de 61 e 63 tiveram participação massiva em Osasco. Antes de 64 já aparece a comissão de fábrica da Cobrasma, sob a orientação da FNT (Frente Nacional do Trabalho), e nas eleições de 62 alguns sindicalistas operários foram eleitos vereadores pelo PTB.

Os moldes de participação política não diferiam dos restantes municípios industriais, estando as direções operárias e estudantis ligadas à política de reformas de base e alianças com a burguesia nacional, então defendidas pelo Partido Comunista. Mas já em 63 e 64 circulavam difusamente em Osasco críticas a política reformista, já que suas direções envolvidas em negociações de cúpula, não respondiam as exigências de organização pela base formuladas pelo movimento. O surgimento da comissão de fábrica da Cobrasma, à margem do sindicato, evidencia esse processo. O 31 de março de 64 só serviu para aprofundar essas críticas, além de destruir, em parte, os aparatos do Partido com prisões e intervenções.

A capacidade de adequar o movimento de Osasco à situação mais geral da luta de classes, contrapondo-se inclusive à radicalização espontânea, só poderia se dar a partir de uma vanguarda que estivesse articulada de forma mais ampla com o conjunto do movimento operário popular.

Não foi entretanto a radicalização a única consequência negativa da forma difusa, espontânea e isolada com que as direções se articularam. Ao nível do trabalho cotidiano, constata-se que a inexistência de uma crítica sistemática às experiências vividas, impediram um processo de superação dos limites e insuficiências, como atestou o fato de não se estabilizarem formas de organização mais consequentes. A inexistência de ligações horizontais entre comissões de fábricas, através da montagem de sua infra-estrutura nos bairros, é apenas uma de suas manifestações.

Depois de alguns anos de "caminho próprio", a vanguarda de Osasco enfrentava o impasse produzido pelo seu isolamento, frente a seus objetivos políticos mais amplos. As propostas estreitas, da maioria das organizações políticas, não "apreendiam" a dinâmica diversificada do movimento local, e a cada instante colocava-se o conflito com suas orientações. De outro lado, as organizações que defendiam a guerrilha, pelo seu próprio caráter, não tinha formulações políticas para o movimento de massas, rendendo-se ao seu espontaneísmo, o que pelo menos "aparentemente" significava não limitar a prática política do grupo de Osasco. O desfecho natural acabou sendo a opção de parcelas significativas da vanguarda de Osasco por estas organizações, tanto pelo seu espontaneísmo, quanto pela romantização da guerrilha, que "parecia" suprir o longo caminho entre a existência localizada do grupo de Osasco e seus objetivos de revolução socialista.

O Passado no Presente

A existência pioneira de um movimento de massas capaz de realizar formas diversificadas de participação política, através de uma prática de rompimento com o populismo, constitui a experiência básica de Osasco para o movimento operário popular atual, desde que não se deixe de levar em conta os limites provocados pelo isolamento e difusão de sua vanguarda.

As discussões sobre as especificidades de formação do movimento operário brasileiro tem alguns pontos de partida comuns. Basicamente referem-se ao tipo de industrialização em países dependentes, onde o operariado ocuparia um papel quantitativamente menos relevante que o europeu na formação da força de trabalho, implicando diminuição de sua capacidade de intervenção política e a consequente necessidade de alianças urbanas.

Por outro lado alerta-se para a diferenciação interna do operariado, provocada pela importação tecnológica e valorização de especialização. Este processo levaria à formação de uma aristocracia operária, mais organizada e combativa, porém cooptável pelo sistema e afastada do resto da classe, tendo como exemplo mais significativo a indústria automobilística.

Tem-se colocado ainda a questão da cultura de massa do rádio e televisão enquanto obstáculo à formação de uma consciência classista. Destaca-se que a formação do proletariado europeu, no século XIX fora de uma cultura de massa, levou ao desenvolvimento de formas culturais próprias que resistiam à "visão de mundo" burguesa. A formação tardia do proletariado brasileiro, já sob a influência do rádio e televisão, o impediria de desenvolver uma cultura e uma visão própria de mundo. As soluções apresentadas pelo populismo no período anterior mostraram claramente sua incapacidade de responder a essas questões cruciais. Ao nível da corporativização a resposta foi dada pela criação de intersindicais, formada pela cúpula sindical. Não havia articulação orgânica das bases de categorias diferentes, como têxteis e metalúrgicos por exemplo. A referência central era sempre e apenas o sindicato, sem buscar a organização pela base em comitês de fábrica. Dessa forma, as direções sindicais buscaram, e chegaram a conseguir, uma alta capacidade de mobilização, mas sem estabilizar a organização permanente e descentralizada das bases mobilizadas em situações críticas.

As diferenciações internas da classe operária só tem se aprofundado no pós 64, em função da entrada maciça de capital e tecnologia estrangeira. Os setores operários mais especializados e organizados, fortalecidos neste processo, tendem a aprofundar tendências espontâneas de melhorar suas condições, independentemente do resto da classe. Nesta situação não é de se estranhar o aparecimento de direções sindicais empenhadas em manter e aprofundar estas tendências corporativistas, buscando evitar a solidariedade horizontal, tanto entre diferentes categorias do operariado, quanto destas com outros assalariados. Essas orientações, que parecem hoje estar presentes no chamado "novo sindicalismo", se bem que possam traduzir-se em melhorias econômicas para algumas parcelas mais organizadas dos trabalhadores, tendem a afastá-los de um papel de direção e educação dos setores mais atrasados e desorganizados. Por outro lado, esse fracionamento da classe, leva objetivamente uma preocupação exclusiva com questões econômicas, pois só sua unificação interna e com os demais explorados é que poderia levá-los a ter um peso decisivo no cenário político.

Em Osasco, de maneira oposta, a solidariedade operária local, cimentada não exclusivamente pela ação sindical, mas pela articulação de vários aspectos da vida social, levou os setores avançados como os metalúrgicos, a buscarem incorporar à sua dinâmica setores mais atrasados como os químicos. A inter-relação entre comitês de fábrica e a montagem de sua infra-estrutura nos bairros, processo difusamente iniciado em Osasco, só aprofundaria ainda mais essa solidariedade horizontal, educando e organizando os setores mais atrasados.

Diferentemente da prática populista anterior, buscava-se o rompimento da corporativização pela unificação das diferentes categorias pela base, e os bairros são evidentemente os locais privilegiados para essa unificação. Da mesma forma a atuação no sindicato atrelado buscava descentralizar as formas organizativas através das comissões de fábrica. A questão não é se a própria diretoria do sindicato atrelado busca a formação dessas comissões, mas se esse processo é capaz de levar a independência da organização operária em relação a esta estrutura sindical. Se isso não foi levado a cabo em Osasco, avançou-se conscientemente os primeiros passos nesse sentido, principalmente após a greve, processo que foi cortado pela violenta repressão de 69, e pelo distanciamento lideranças-base, quando do aprofundamento das opções de setores significativos da vanguarda pelas organizações guerrilheiras.

O que vale entretanto não são as comissões de empresa por si mesmas, pois a direção dada à comissão da Cobrasma pela FNT até 66, se teve como mérito um aumento de participação, procurava sempre soluções negociadas que evitassem conflitos e mobilizações, tanto que a direção da fábrica via a comissão com melhores olhos do que via o sindicato. A dinamização e o aumento de combatividade da comissão, através da atuação do grupo de

esquerda clandestino da Cobrasma, é quem vai dar a esta uma nova qualidade, responsável pelo processo de tomada do sindicato e da greve. Caberia ainda notar que as reformulações das posições da igreja latino-americana, a partir do Concílio Vaticano II, influem sobre a FNT, levando-a a uma atuação mais combativa em 67 e 68. Essa qualidade nova da comissão de fábrica expressou-se pelo rompimento dos limites que lhe eram impostos, ou seja, não intervir apenas nos problemas internos como promoções, segurança do trabalho, etc, mas levantar questões mais amplas como as salariais, e articular a participação no sindicato.

A vitória da oposição no sindicato foi a condição essencial que permitiu o processo posterior de organização e mobilização, cujo desfecho foi a greve. O uso da infraestrutura sindical permitiu uma ampliação da organização e participação, impossíveis sem ela, mas utilizada, ainda que com erros e limites, no sentido da descentralização e organização de base através das comissões de fábrica, e nisto residiu sua especificidade, ao lado do avanço, ainda que tímido, na direção dos bairros.

Quanto a corporativização é ilustrativo que em 68 a indústria automobilística, com suas extensas ferramentarias, já constituía o setor de ponta da classe, isto é o setor que contaria com as melhores condições estruturais para dirigir um processo mobilizativo. Entretanto, o surgimento das greves em Osasco e Contagem, onde as indústrias são bem menores e os operários especializados pouco significativos, caracterizou a importância das orientações políticas sobrepondo-se as condições estruturais. Note-se que as considerações estruturais tem seu lugar, pois internamente a Osasco as grandes indústrias metalúrgicas é que são as indústrias locais de ponta, e realmente elas é que conduzem o processo, mas são as orientações e tradições políticas que estão na origem do surgimento das greves justamente em Osasco e Contagem, e na sua orientação de base e não corporativista.

As palavras de ordem, tanto específicas quanto mais gerais, colocavam questões novas, não levantadas pelo populismo. A reivindicação de contrato coletivo de trabalho tendia a romper a centralização do governo na política salarial, colocando em foco a negociação direta, questão central nas greves de 78. A negociação direta checa o centro do atrelamento sindical, já que o objetivo deste é manter o papel mediador e centralizador do Estado. O contrato coletivo de trabalho impede ainda uma alta rotatividade da mão-de-obra, já que limita a capacidade da empresa de efetivar demissões.

As reivindicações de 35% de aumento e reajustes trimestrais, esta última retomada recentemente, golpeavam profundamente a política econômica do governo, jogando-se de encontro ao arocho salarial, e avançando no sentido de neutralizar o abaixamento do salário real via inflação.

A política populista, pelo contrário, nunca chegou a negar frontalmente a centralização da política salarial, pois procurava mais "pactos salariais" que não comprometessem as aliança e reformas, buscando não desestabilizar a política econômica do Estado, já que o encaravam como um possível aliado.

'Quanto as palavras de ordem mais gerais, em termos de propaganda, ocorrem também rupturas básicas com o período anterior. Enquanto antes a questão era colocada em termos de reformas de base e desenvolvimento autônomo, a própria conjuntura de 68 impunha a questão da ditadura e da falta de liberdades, ao mesmo tempo que a política salarial centralizada indentificava imediatamente os militares no poder com os patrões. A questão das liberdades, e mais especificamente as liberdades sindicais, eram propagandeadas no sentido de abrir espaço político aos trabalhadores na sua luta contra a "ditadura dos patrões". Claramente as palavras de ordem mais gerais não propunham reformas ou alianças, mas avançar a organização independente dos trabalhadores para que esses buscassem uma alternativa própria de poder.

A política de relação com a prefeitura e câmara municipal perseguia os mesmos objetivos. O apoio eleitoral implicou aberturas concretas de espaços políticos e acesso à infra-estrutura pela vanguarda, sem nenhum comprometimento ao nível de sua ação política. Alguns vereadores foram eleitos em 66 assumindo esta perspectiva. Quanto ao prefeito, se espera-

va algum controle político sobre o movimento, evidentemente não conseguiu.

É ilustrativo que em 66 o movimento estudantil local definiu-se, junto com a UNE, por voto nulo, mas só a nível estadual e nacional, pois em Osasco colocou-se o apoio a determinados candidatos. Estava-se muito longe da manipulação dos políticos profissionais de antes de 64, ao mesmo tempo que não se desprezou um espaço legal de atuação, espaço que não comprometeu a organização pela base e independente.

A participação na política articulou-se de forma mais direta ao movimento de bairro. Através de alguns vereadores e funcionários da prefeitura, operários e estudantes participavam das reuniões de associações de bairros, ou de grupos organizados e de reivindicações específicas. Já de início se locava que o vereador nada ia conseguir sem pressão e mobilização, chegando-se a realizar concentrações públicas e exigência da presença do prefeito em assembleias de bairros. Recusava-se sempre a formação de "comissões", em função de propostas mais massivas de participação. A intervenção buscava mostrar que o atendimento de reivindicações como água, luz, e esgoto, asfalto ou escola, acabariam por obrigar a maioria dos moradores locais a mudarem, para mais longe, onde estes melhoramentos tivessem chegado, dado o encarecimento dos impostos, aluguéis e terrenos. Articulava sempre a questão das condições de vida, á luta contra o arrocho salarial nas fábricas e no sindicato. Neste processo os elementos mais destacados e combativos eram procurados, aprofundam as discussões num sentido político mais amplo.

A solidariedade local, estimulada por uma política articulada, e pelo clima geral aproximava dos operários parcelas significativas dos demais assalariados, como professores, bancários, comerciantes, ou trabalhadores de escritório. A questão do "bloco dos assalariados" encontrava possibilidades efetivas de seus primeiros passos, só que através de uma coesão pela base, e onde o papel central e decisivo dos trabalhadores não sofreu a diluição tão em moda em alguns meios intelectuais, que acredita superada a necessidade de uma direção operária para as lutas populares.

A posição dos trabalhadores enquanto produtores diretos de todas as riquezas, cria condições para que golpeem, mais qualquer outro, o coração do sistema, Sua socialização nas grandes fábricas permite que o rastilho da mobilização e organização espalhe-se como fogo. Não são outras as razões que fizeram das lutas e greves dos trabalhadores os momentos cruciais da história política brasileira, e "a razão de estado" das guinadas golpistas das classes dominantes.

Não é de se estranhar portanto que essas condições e tradições constituíssem o movimento de Osasco, levando os operários a ocuparem sua direção. Mas a condição para que os trabalhadores pudessem ocupar um papel de direção foi forjada em um processo que tendia a unificar pela base o conjunto dos assalariados, e onde, as questões reivindicatórias conjuntas, se articulavam colocações políticas de fundo.

É na unificação pela base de todos os explorados dentro de uma perspectiva real transformação social, que um bloco de assalariados pode se efetivar, criando o espaço necessário ao papel de direção que cabe aos trabalhadores, processo que foi extremamente incipiente em Osasco, mas que chegou a apontar possibilidades concretas neste sentido. Esta perspectiva de aproximação tinha como campo mais fértil, tanto o trabalho mais geral em bairros quanto a atividade cultural, que com sua intensificação voltava-se contra a massificação do rádio e da televisão, buscando formas de expressão identificadas aos explorados.

A pressão ideológica sobre os professores dos colégios dava, àqueles mais identificados com os explorados, maior notoriedade e capacidade de serem ouvidos, avançando um processo de neutralização da escola enquanto reprodutora da ideologia burguesa.

O papel da cultura de massa, vendendo valores do sistema, era enfraquecido na mesma medida em que cresciam atividades culturais próprias, produzidas no bojo do processo de organização e mobilização pela base.

Seja a questão dos assalariados, corporativismo, ou cultura de massa, a experiência articulada e diversificada de Osasco avançou alguns passos decisivos no seu enfrentamento. As propostas que hoje pretendem situar a organização do movimento operário popular, ten-

do portanto que responder a estas questões, só o farão se descerem a este chão da prática concreta, das formas de luta e organização e das experiências vivas do movimento operário popular. Só assim poderão avançar no sentido de construir alternativas consequentes às propostas neo-sindicalistas, neo-populistas ou até go-vernistas que começam por ter presença na conjuntura.

Mas se a experiência de Osasco avançou efetivamente respostas a estas questões, cabe recupera-las na consciência de seus próprios limites, manifestos na difusão e isolamento de sua vanguarda. A prática rica e variada vivida pelo movimento colocava exigências de consciência e organização, que não encontravam eco nas formas difusas e embrionárias da articulação política existente. Dos trabalhos de bairro pouco restou, além de um ganho difuso de consciência e combatividade. As ligações bairro-fábrica mantiveram-se frouxas e incapazes de resistir ao processo de refluxo e repressão. A desarticulação provocada pela ocupação policial das fábricas e intervenção no Sindicato, desnudaram amargamente a ineficiência de uma estrutura que não se descentralizou, articulou e ampliou o suficiente.

Mas se algo ficou claro em todo este processo, é que o avanço no sentido indicado exigia níveis de consciência e articulação política, que nao mais se resolviam na propaganda geral do socialismo, ou no âmbito das propostas estreitas das organizações políticas existentes. Articular bairro e fábrica, descentralizar para enfrentar a repressão e organizar-se pela base, entender os limites do parlamento e do reivindicatório imediato, colocavam por si mesmo questões políticas de caráter mais amplo, que uma vanguarda difusa e isolada não tinha como enfrentar.

Não é por isto que a vanguarda deveria ter as soluções e "descê-las" para as bases. Seu papel e função seria o de criar condições efetivas para que essas brotassem do movimento como um todo. Cumprir essa função significaria colocar-se em um processo de busca de articulação mais ampla com toda a vanguarda operário-popular brasileira, pois só assim poderia incorporar a teoria, a tradição e a experiência tanto brasileira quanto internacional do movimento operário popular, vinculando-as com situações e experiências concretas a cada momento. É deste solo fértil que os explorados como um todo farão brotar os caminhos de sua alternativa política própria avançando na formação de um partido de todos os explorados e que tenha nos trabalhadores sua espinha dorsal.

O símbolo de Osasco

Como qualquer outro símbolo marcante da vida social, o símbolo Osasco é objeto de uma luta ideológica em torno de seu significado político. Três correntes estão nela envolvidas: a dos sindicalistas, a dos "osascólogos" universitários e a dos militantes políticos.

João Quartim

Dez anos depois, a greve de Osasco, bem como as lutas que a precederam, conservam intacta sua força simbólica. Há um consenso generalizado de que algo de novo ocorreu durante o primeiro semestre de 1968 até a eclosão, a 16 de julho, do movimento grevista iniciado com a ocupação da Cobrasma por mais de mil operários, rapidamente ampliado pela paralisação de seis outras fábricas do município e brutalmente reprimido, desde o início, pela Polícia Militar.

Mas algo novo em relação a que? Três meses antes de Osasco, as greves de Contagem tinham marcado a entrada em cena do movimento operário ao lado dos estudantes e outras forças democráticas na ofensiva política desencadeada pelo assassinato do estudante Edson Luís. Osasco não foi portanto o primeiro movimento grevista de peso a desafiar o arrocho e a repressão anti-operária instituída pelo regime militar. E ao passo que em Contagem a base tinha ignorado a direção sindical imposta pelo Ministério do Trabalho (que negara posse ao candidato eleito no ano precedente, Enio Seabra), em Osasco houve desde o início total solidariedade do presidente e da diretoria do Sindicato para com o movimento grevista. Neste sentido, sem dúvida, José Ibrahim foi o primeiro dirigente sindical em exercício a desafiar abertamente o regime militar. Mas em relação à forma tradicional de organização de greves no Brasil, do sindicato para a fábrica (e não da fábrica para o sindicato), Osasco esteve mais próxima do que Contagem do estilo pré-1964. A prova é que, decretada a intervenção no sindicato, prontamente executada por todo um aparato bélico (a documentação fotográfica existente é bastante significativa neste aspecto), a greve definiu (malgrado o gesto corajoso dos operários da Brown Boveri e da Braseixos que paralisaram o trabalho em solidariedade a seus companheiros no dia seguinte ao da intervenção) e morreu em poucos dias.

"Eu hoje não seria favorável à greve com ocupação das fábricas nem à greve pura e simples" (grifos nossos), declarou Ibrahim numa recente entrevista ao semanário *Veja*. Auto-crítica discutível, já que o exemplo de Contagem (para não falar do clima combativo existente no conjunto do movimento democrático naquele momento) tinha mostrado que era possível lutar e vencer (por mais parciais que fossem as vitórias).

Autocrítica

No entanto, a persistência do símbolo Osasco é incontestável. Por duas razões principais: pelas formas de luta adotadas e pela ação de um punhado de operários revolucionários dentre os quais sobressai a figura inesquecível de José Campos Barreto.

Embora o apoio do sindicato tenha sido decisivo não somente no desencadeamento da greve mas no largo período agitativo que o precedeu (durante o primeiro semestre de 1968 reinou no Sindicato de Metalúrgicos dos Osasco um clima de extraordinária combatividade), a organização dos trabalhadores pela base, nas fábricas, consubstanciadas sobretudo na Comissão da Cobrasma, conferiu ao movimento grevista uma capacidade ofensiva de que não teria disposto se, conforme uma velha tradição, a greve tivesse vindo de fora para dentro da fábrica.

Esta capacidade ofensiva se traduziu na ocupação da Cobrasma. Erro tático, sem dúvida,

reconhecido pelos dirigentes da greve (embora a nosso ver José Ibrahim leve hoje muito longe este "reconhecimento" em sua mencionada entrevista a Veja) porque implicava em "tomar" uma posição que não poderia ser seriamente defendida em caso de repressão policial. Em um documento mimeografado, datado de outubro 1968, e assinado por José Ibrahim e José Campos Barreto, a "nova liderança" operária reconhece sua "inexperiência", evidenciada no fato de que "não soube conduzir ao mesmo nível a propaganda junto às massas e a organização da vanguarda". Embora houvesse condições objetivas para o desencadeamento da greve, faltavam as condições subjetivas para levá-la adiante com sucesso. *"A falta de clareza teórica causada pela falta de discussão política levou a vanguarda a não se preocupar em organizar uma estrutura clandestina paralela ao sindicato para dar continuidade à luta na clandestinidade"*. Os dois dirigentes da greve se recriminam em particular pelo fato de terem subestimado *"as forças da repressão, achando que o governo iria negociar e não reprimir violentamente, inclusive intervindo imediatamente no sindicato"*.

Como eles mesmos apontam, trata-se de um erro de apreciação política. Mas também de um erro de tática no terreno sindical, já que o movimento de julho *"antecipou uma posição anterior de se tirar a greve por ocasião do dissídio coletivo"*. O problema é que a autocrítica entra neste ponto em contradição com a crítica ao peleguismo desenvolvida por Barreto e Ibrahim no mesmo folheto. Discutindo as "perspectivas para o futuro da luta" advertem que "os pelegos sindicais", percebendo a disposição da classe, mais uma vez farão manobras para enganá-la, dizendo que *"não entraremos em dissídio, exigiremos um aumento salarial digno e se não for concedido entraremos em greve"*. Vale dizer: eles se auto-criticam por não ter esperado o dissídio coletivo, mas criticam os pelegos por tentarem ligar a greve ao momento do dissídio.

Através desta contradição se anunciam os problemas de fundo com que se defronta hoje o movimento operário brasileiro. Se não fosse por outra razão, a greve de Osasco permaneceria atual pelos problemas que coloca à luta pela independência e ao processo histórico de emancipação política dos trabalhadores.

Luta sindical e luta política

O trabalho politicamente mais importante sobre a greve de Osasco foi publicado em espanhol, na Argentina, provavelmente no início de 1973: *El movimiento de Osasco, sus luchas, sus actores*. Seu autor atuou intensamente em Osasco em 1967-1968 e tem o mérito de analisar a greve do ponto de vista do combate político, isto é, segundo uma fórmula cara a Gramsci, como um evento dramático e não como um pedante tratado acadêmico.

Uma das teses centrais deste trabalho refere-se justamente a um dos elementos mais característicos da autocrítica de Barreto e Ibrahim, a saber o não se ter preocupado em *"organizar uma estrutura clandestina paralela ao sindicato para dar continuidade à luta na clandestinidade"*. Seu autor observa, com toda razão, que *"a formação de uma estrutura clandestina (paralela) para o movimento operário se referia a um objetivo estratégico da luta revolucionária e sua necessidade não era evidente para os ativistas operários independentes"*. Este é o fundo do problema.

Em Osasco - como em qualquer grande combate de massa que entra em choque direto com os aparelhos repressivos de Estado - havia militantes operários que eram também militantes revolucionários (comprometidos com uma organização política que se propunha transformar a sociedade) - era notadamente o caso de José Campos Barreto - e militantes operários atuando numa perspectiva estritamente sindical - era o caso notadamente de José Ibrahim, cuja adesão à militância revolucionária foi posterior à greve, quando, face à repressão policial, ele teve de optar pela clandestinidade. A interpenetração do combate sindical e do combate político foi neste sentido um traço característico da greve de Osasco, e explica as interrogações que ela coloca até hoje.

Três correntes

Como qualquer outro símbolo da vida social, o símbolo Osasco é objeto de uma luta ideológica em torno de seu significado político. Três correntes estão nela envolvidas. A dos sindicalistas - que querem reter dos combates de 1968 o aspecto da contestação da estrutura corporativista e política do arrocho. A dos "sociólogos" universitários, perfilados em torno do chefe da escola socióloga anti-populista, professor F. Wellfort. E a dos militantes políticos.

Para os sindicalistas, Osasco foi sem dúvida *"um marco da história da luta dos trabalhadores do Brasil"*, segundo a expressão de José Ibrahim na entrevista a Veja. Mas marco de quê? *"Acho que o método que utilizamos foi correto e, noutra situação, se o governo tivesse concordado em dialogar conosco, a greve teria tido outro rumo"*, acrescentou o antigo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Mas logo em seguida afirma que *"teria sido mais condizente com a nossa perspectiva de solução de problema uma greve parcial de duas ou três horas"* e que *"hoje não seria favorável à greve com ocupação das fábricas nem à greve pura e simples"*. Em outros termos, o método acertado teria sido o que em espanhol se chama um "paro" e não uma "huelga"

É um tanto contraditório dizer que o método foi acertado e logo em seguida que o método... não foi acertado! A razão dessa contradição nos parece residir no ponto de vista estritamente sindical a partir do qual Ibrahim analisa hoje a greve de Osasco. Quando não se dá a devida importância ao sentido político das lutas de 1968, quando se esquece que o maior contingente de operários exilados e banidos (o próprio Ibrahim, Manoel Nascimento, Roque da Silva e outros) bem como a figura extraordinária de José Campos Barreto, morto em 1971 na Bahia, onde atuava clandestino, foi fornecido por Osasco, o problema fica mesmo reduzido a uma questão de oportunidade de lançamento ou não da greve.

Para o professor Wellfort, a greve de Osasco *"revelou, no plano corporativo, um grau relativamente alto de organização, tanto do sindicato como da base operária, mas essa capacidade de organização foi orientada precisamente para o interior da estrutura sindical oficial, onde necessariamente deveria atrofiar-se"* (**Cadernos Cebrap**, n.5,p.51).

O que queria Wellfort? Que os trabalhadores desprezassem um sindicato onde tinham, a duras penas, e graças às tradições combativas do movimento operário de Osasco, vencido a pelegagem? Quando se empreende uma luta difícil, é do mais elementar bom-senso mobilizar todas as forças disponíveis. Em momento algum a greve foi *"orientada precisamente para o interior da estrutura sindical oficial"*. As comissões de fábrica foram ativas ao máximo e a ocupação da Cobrasma - erro tático - prova em todo caso que em absoluto os grevistas não estavam se orientando para o interior do sindicato. Só a leviana suficiência "acadêmica" dos politicólogos pode permitir uma crítica tão inconsequente.

O testemunho dos militantes políticos é de outra qualidade. Antes de mais nada por situar a greve em seu verdadeiro contexto, isto é, na ofensiva de massas desencadeada a partir de março de 1968. Nesse contexto a contra-manifestação do primeiro de maio na praça da Sé, e da Sé à praça da República, foi decisiva: na maneira de apreciá-la cada qual revela sua verdadeira atitude.

Nas 93 páginas de seu trabalho "osascalógico", o professor Wellfort consagra apenas uma nota (p.74) ao primeiro de maio. Não para ressaltar a disposição de luta manifestada pelos trabalhadores e estudantes que recusaram o conagraçamento com o então governador Abreu Sodré - que dispensa apresentações - mas para situá-la no *"quadro das divergências internas do MIA"*. Toda a polêmica, explica Wellfort, *"centrava-se na questão do comparecimento do governador do Estado, que fora convidado pela Comissão (organizadora do primeiro de maio) mas cuja presença era repelida pelas "oposições" (as aspas são de Wellfort) sob a liderança de Osasco"*. O episódio é bastante conhecido: Sodré foi impedido de falar pela contra-manifestação, expulso do palanque, ao qual subiram inflamados oradores expondo sua revolta contra os salários, de miséria e sua vontade "de morrer lutando e não de fome".

Menos conhecida é a polêmica que se travou entre os organizadores da manifestação a propósito do comportamento de José Ibrahim. Militantes que haviam participado, no ABC,

da organização da contra-manifestação acusaram Ibrahim de ter agido "no sentido de tirar o corpo da repressão, fazendo-a concentrar-se no ABC. O autor do já citado **El movimiento de Osasco, sus luchas, sus actores** discute a questão (p.40-41) salientando a improcedência desta crítica (a repressão tinha forças suficientes para agir simultaneamente no ABC e em Osasco), ao mesmo tempo que reconhece que na raiz desta acusação havia dois fatos inegáveis: (1) "*Ibrahim se retirou da praça da Sé logo depois da ocupação do palanque*" - e não participou portanto da contra-manifestação e da marcha à praça da República; (2) "*acusado pelos pelegos de ter promovido a contra-manifestação, o Sindicato de Osasco emitiu um comunicado negando sua participação nos distúrbios da praça da Sé*". Estes fatos, no entanto, salienta o já mencionado trabalho, "*se deveram a atitude de caráter estritamente pessoal e por causa delas Ibrahim foi duramente criticado por romper a disciplina do movimento (abandonando a praça da Sé) e por desautorizar sua prática (qualificando de distúrbios a contra-manifestação)*" (ib.,pp. 40-41).

Que lição?

Na realidade a posição de Ibrahim era extremamente delicada. Sua gestão tinha feito do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco um bastião das lutas operárias de 1968. Mas estas lutas não eram apenas sindicais. Não é hoje segredo para ninguém e o atestam os osasquenses banido, presos, torturados e mortos - que a própria eleição de Ibrahim tinha sido resultado de um trabalho consequente de operários revolucionários que lutavam não apenas pela melhoria das condições de existência social da classe a que pertenciam, mas também pela transformação da sociedade como um todo. Foi neste espírito que entenderam marcar o primeiro de maio com um ardoroso não aos donos do poder. E foi nesse mesmo estado de espírito que precipitaram o enfrentamento armado. Ibrahim não podia ignorar esta situação. Não podia dissociar o combate de massas contra o arrocho (isto é, a luta econômica) do combate político por uma nova sociedade. Mas visto que esse combate político, naquele momento, era conduzido por forças que entendiam precipitar o enfrentamento direto com o regime militar, sua condição de dirigente sindical entrou rapidamente em contradição com seus compromissos políticos. Sua atitude indecisa no primeiro de maio foi uma tentativa de conciliar as exigências antagônicas dessa dupla condição. A greve de julho, veio exacerbar esta incompatibilidade. "*Nós tínhamos uma visão clara de que aquele não era o momento (para a greve), sabíamos que havia organização suficiente para tirar a greve mas não para sustentá-la...Mas começaram a aparecer espontaneamente nas fábricas pizações pedindo greve... Os elementos de vanguarda das fábricas chegavam ao sindicato dizendo que todo mundo só falava em greve e que já se começava a comentar que todos estavam dispostos a ir à greve imediatamente menos o sindicato. Nos sentíamos cobrados e pressionados*", explicou Ibrahim, em 1972, à redação de *Unidade e Luta*, revista publicada no Chile.

Cobrado e pressionado e além disso iludido quanto à possibilidade de que a greve não fosse reprimida, Ibrahim tinha duas possibilidades: ou explicar claramente à massa que começar uma greve era uma coisa, continuá-la na ilegalidade outra bem diferente - e correr o risco de desgastar sua popularidade de líder sindicalista radical - ou então ir a reboque do processo, abrindo mão de qualquer tentativa de dirigi-lo. "*Você não acha que nesse processo foram arrastados pelos acontecimentos?*" perguntou-lhe a redação de **Unidade e Luta**. "Claro", respondeu Ibrahim.

Seria muito fácil traçar um balanço doutoral da greve de julho de 1968 servindo-se de alguns "ismos": espontaneísmo, seguidismo, esquerdismo, voluntarismo, etc. Dez anos depois, o movimento sindical oficial recua diante das oposições, que tendo entendido que o calcanhar de Aquiles do movimento operário brasileiro era a inexistência da organização de base, nas fábricas e locais de trabalho em geral, criaram lentamente as condições para a grande arremetida a que temos assistido. Evitando ocupações de fábricas e sindicatos e mesmo piquetes, definindo reivindicações precisas e de caráter estritamente sindical (isto é, referentes às condições de trabalho) os operários do ABC mostraram que hoje estão criadas as condições para a derrubada do arrocho e a conquista dos direitos elementares dos trabalhadores que são, desde há muito, reconhecidos nos próprios países capitalistas avançados.

Um novo sindicalismo está pois emergindo das catacumbas da sociedade civil. Face à maturidade que tem demonstrado, Osasco aparece como um brado na noite sombria cujo termo parece estar se anunciando. Enquanto forma de condução de uma luta reivindicativa, a greve de julho de 1968 nada tem a ensinar à de maio-junho de 1978. Mas vimos justamente que o símbolo Osasco não se reduz à dimensão sindical. Se uma das questões colocadas pelos grevistas da Cobrasma, da Braseixos, da Lonaflex, da Brown Boveri (que fazer para pôr fim aos salários de miséria, à insalubridade e aos riscos do trabalho?) encontrou uma resposta mais construtiva, mais eficaz, mais realista do novo movimento sindical, a outra (que fazer para que os operários afirmem seus interesses não somente enquanto produtores das riquezas materiais da sociedade capitalista, mas também como cidadãos, para que façam pesar seu ponto de vista sobre os grandes assuntos da vida nacional e internacional, para que surja uma nova sociedade que lhes abra horizontes mais amplos que os da fábrica onde se consomem suas energias e do bairro pobre onde vivem a privação daquilo mesmo que produziram?) permanece colocada: definitivamente, o que se há de reter da experiência de Osasco é a vontade (que os pedantes chamarão "voluntarista") de construir seu próprio destino. E esse símbolo é imorredouro.

As greves de 1968 e as atuais: uma comparação

*As greves de 1968 apresentam inúmeras semelhanças com os movimentos grevistas recém-deflagrados (maio de 1978) no ABC. Pelo menos essa é a opinião de **Francisco C. Weffort** e **José Álvaro Moisés**, professores de política na Faculdade de Ciências Sociais da USP e com várias pesquisas sobre movimentos sociais. Nesta entrevista, concedida a **Guido Mantega**, analisam as principais características de ambos os períodos grevistas e sugerem algumas tendências atuais.*

P: *Qual a natureza das greves de Osasco e Contagem e como elas surgiram?*

Weffort - As greves de Osasco e Contagem ocorreram em setores de ponta da indústria e se voltaram contra os limites impostos pela política salarial. Num caso, o de Contagem, correndo à margem do Sindicato, e no outro, o de Osasco, sendo organizada e liderada pelo Sindicato. Embora as duas greves tenham sido isoladas em função do contexto político da época, creio que ambas podem ser consideradas precursoras do novo tipo de movimento operário que emerge agora com as greves do ABC. Acho que a greve de Contagem foi sobretudo espontânea, significando que os sindicatos e os grupos políticos da época terão tido uma função de agitação e não de organização e direção. A greve de Osasco, apesar de ter sido organizada e dirigida pelo Sindicato, revelou, no plano político, uma alta dose de espontaneidade, no sentido de que ela não foi nem dirigida nem organizada por nenhum partido político. Então eu compararia as duas greves da seguinte maneira: no caso de Contagem espontaneísmo sindical e, no caso de Osasco, espontaneísmo no plano político. O que as torna precursoras das greves atuais é que elas ocorrem nos setores de ponta da indústria e voltam-se contra o mesmo tipo de política salarial e com uma pequena influência muito pequena dos sindicatos.

P: *Weffort, você não acha que, no caso de Osasco; a participação do Sindicato dos Metalúrgicos - na ocasião dirigido pelo José Ibrahim - e uma certa fermentação política que ocorria no município de Osasco, teriam preparado o terreno para a eclosão da greve?*

Weffort - Até onde eu tenho informações, eu diria que sim enquanto clima. Mas eu não creio que houvesse maior influência, além da atmosfera política e da atividade agitativa, de grupos no andamento da greve.

Moisés - Eu tenho a impressão que o que nos permite uma comparação das greves de 68 com as de agora são, por um lado, as condições políticas gerais, ligadas a um momento de crise do regime na tentativa de buscar formas de ligação com a sociedade, fato que dá as condições de "desamarra" dos mecanismos de controle mais diretos. Creio ser perfeitamente possível pensar isso para agora e para 1968, no contexto da política do governo Costa e Silva, que tentava o diálogo com a sociedade civil. No caso da passeata dos 100 mil (em 1968), ele chegou até mesmo a receber representantes da oposição como o Hélio Pelegrini. Acho que um outro ponto importante, que talvez o Weffort pudesse esclarecer de maneira mais-analítica, no caso de 68, pelo menos em Osasco, a mobilização do Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA) antecede as greves. Nos anos anteriores a 68 houve, particularmente em 67, uma tentativa, se bem que extremamente tênue, de uma articulação no plano institucional dos sindicatos, pela luta contra a política salarial. Como resultado dessa luta, certos setores mais combativos da classe operária, tendo experimentado esses mecanismos, deram-se conta que tinham que utilizar meios mais radicais. Parece que isso tem a ver com as condições de hoje ou pelo menos é possível estabelecer um paralelo, se você pensar na campanha da reposição. Todas as pessoas que participaram de alguma maneira das greves atuais do ABC, seja diretamente ligadas às bases, seja vinculadas aos sindicatos, indicam que a campanha de reposição salarial desempenhou um papel de mobilização da classe em função de direitos que ela sabia que

tinha mas não sabia bem como reivindicar. Nesse plano muito genérico das condições políticas gerais da luta em torno da questão salarial, que não chega a esclarecer por que as greves ocorreram em Osasco e não em outro lugar, e, neste ano, por que em São Bernardo e não em Sto. André, eu acho que há similaridades.

P: *Quais as condições mais peculiares a Osasco e Contagem que tornaram possível a eclosão das greves lá e não em outros lugares?*

Weffort - Eu não tenho informações que permitam, de modo definitivo, dizer porque a greve aconteceu em Osasco ou em Contagem e não em outro lugar. Porque todas as condições que podem ser enumeradas são condições gerais. As condições externas à vida dos trabalhadores na empresa são condições gerais da sociedade, da política ou, pelo menos da região onde essas coisas acontecem. Havia municípios mais ou menos parecidos a Osasco, em São Paulo, do ponto de vista social e econômico. Então porque a greve estoura exatamente em Osasco? Da mesma maneira, haviam outros municípios parecidos com Contagem, talvez não exatamente em Belo Horizonte, mas em outras regiões urbanas do Brasil. No entanto, não aconteceram. A minha impressão é de que a ausência de uma história interior da greve, uma história interior da classe operária e do movimento operário é o que dificulta dar respostas a questões desse gênero. Em termos gerais muito bem. Há um clima criado por condições políticas externas ao movimento operário. Há uma campanha salarial. Passarinho, na época, falava de renovação sindical. Bom, mas isso vale para o Brasil inteiro. Pode-se argumentar que lá era indústria de ponta. Mas havia indústria de ponta em outros lugares. Como agora nas greves do ABC, por exemplo. Este quadro político, esta conjuntura política e a campanha pela reposição salarial devem influir certamente. Mas porque começou na Scania-Vabis e não em outras empresas com as mesmas características estruturais ou sociais? Só uma história e uma análise interna do próprio movimento pode encontrar as respostas. Por exemplo, a agitação dos grupos políticos. Ninguém agita nesta fábrica ou naquela outra. Agita-se genericamente todo o movimento operário e espera-se atingir todas as fábricas. Mas por que algumas entraram em greve e outras não? É preciso encontrar resposta para esse tipo de questão. Tanto a greve de Contagem como a de Osasco foram surpresas, embora esta última fosse esperada em certos ambientes. A greve de Osasco saiu antes do prazo e surpreendeu não porque tivesse ocorrido, mas sim devido às circunstâncias e no tempo em que ocorreu. Assim como as greves atuais também surpreenderam. Agora não há mais surpresa, depois já de algum tempo do movimento grevista, você ter notícia de que na Lapa, por exemplo, uma fábrica entrou em greve. Mas quando a Scania entrou e logo depois novas empresas começaram a entrar, foi uma tremenda surpresa.

Moisés - Eu me recordo, Weffort, do estudo que você fez no caso de Osasco e Contagem, enfatizando a importância adquirida pelas comissões de fábrica que é de onde saem as novas lideranças sindicais que renunciavam as lideranças de hoje. Quer dizer, de lideranças sindicais que iam para o Sindicato embora elas tivessem uma posição claramente definida contra a estrutura sindical e oriundas de uma experiência recente de mobilização na base. Tanto que foi possível serem eleitos para a direção do Sindicato. No caso de Contagem, acho que tudo isso foi muito significativo. Pelo menos pelo que se conhece até agora nesse sentido, parece que a coisa foi muito mais espontânea. Me parece que por aí pudesse estabelecer um paralelo com hoje, na medida em que realmente você tem uma liderança não apenas do tipo das de 1968, pelo menos no que diz respeito a uma política antiestrutura sindical. O Lula foi um dos que criticou a estrutura sindical e denunciou a CLT como o AI-5 no interior da classe trabalhadora, etc. Não apenas, como também pode-se indicar um outro paralelo que diz respeito à existência de grupos que trabalham no plano da empresa. Esses grupos de operários que, desde 1972/73 vem, de alguma maneira, colocando uma série de demandas para as empresas, inclusive realizando "operações tartaruga", paralisações locais, etc. Eu estou enfatizando mais a similaridade, para ver onde há discrepâncias. No caso da Scania, por exemplo, apesar das similaridades eu tenho a impressão que pesou muito a existência de diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo trabalhando nessa empresa. Não que eles tenham insuflado a greve, mas no sentido de que eles estavam refletindo com a sua base aquela política que esse Sindicato

vinha fazendo com respeito à reposição dos 34,1%. Porém, se por aí você tem similaridades, há um ponto onde a discrepância é total: no resultado da greve e em suas consequências do ponto de vista da política sindical. Eu acho que hoje o resultado da greve foi um fortalecimento da política sindical e das novas lideranças. Para colocar o problema de maneira clara, o fortalecimento de um certo uso institucional, sem deixar de levar em conta sua limitação, abre algum espaço para a mobilização da classe operária. Enquanto em 1968, pelo rumo tomado pelas coisas, com elementos de espontaneísmo e voluntarismo, a situação levou a outro caminho.

Weffort - Acho que no tocante à relação das bases operárias com o sindicato, as coisas eram parecidas em 1968 e agora, tanto em Osasco como em Contagem. Desde a detonação da greve em Contagem, os trabalhadores passam a se encontrar e fazer assembleias no Sindicato.

Moisés - Certo, isso é igual.

Weffort - Qual a instituição legalmente reconhecida como a detentora do monopólio da representação dos trabalhadores para questões desse gênero? O sindicato. Então, deste ângulo, não há diferença. Mesmo o caso de Osasco é muito parecido aos casos atuais, embora tenha sido promovido diretamente pelo Sindicato. Pois, o que ocorreu de fato em Osasco foi que o movimento da comissão da Cobrasma espalhou-se para outras empresas e se instalou no Sindicato. Então já é um tipo diferente de movimento sindical. Era como o movimento das oposições sindicais hoje. Utilizando o aparato sindical. Neste ponto eu diria que não há diferença. Se os resultados são diferentes é porque a conjuntura política é outra.

P: *Me parece que houve uma diferença no processo da greve. Em 1968 houve ocupação de fábricas. Hoje os trabalhadores apenas paralisaram a produção.*

Weffort - Eu atribuiria isso a uma diferença de conjunturas. Eu acho que a atividade de agitação desenvolvida por grupos de esquerda em 1968 teve a sua influência, e por sinal negativa. A conjuntura política de 1968 era globalmente diferente da atual, tanto do ângulo do regime como dos grupos políticos interessados no movimento operário. Então, se houve ocupação tanto em Contagem quanto em Osasco foi em função de um clima de guerrilhas em que predominava a ideia de assalto ao poder. E esse clima filtrava para baixo. Eu diria que isso era influência da conjuntura. Mas, no tocante à relação trabalhadores de empresa e os sindicatos enquanto instituição, eu não vejo diferença nenhuma. Com a agitação estudantil e a agitação de esquerda, num quadro político que propiciava alimentar esse tipo de orientação, as coisas foram conduzidas de forma a levar à ocupação. Por outro lado, nós temos uma longa tradição de greve no Brasil e a ocupação nunca foi uma característica central. Foi apenas naquele momento, naquela conjuntura, mas não é habitual.

Moisés - Mas, Weffort, além das diferenças de conjuntura, eu acho que há uma pequena diferença com respeito ao modo como os operários, na base, se relacionavam com as direções sindicais. Segundo pude constatar, por entrevistas precárias que andei fazendo, uma coisa extremamente interessante é que, toda a vez que a greve espoucou, inclusive no caso da Scania, os trabalhadores presentes às assembleias discutiam com as direções sindicais o que eles queriam, deixando muito claro que a mediação do sindicato servia para levar até o patrão ou às autoridades as suas reivindicações. Qualquer alteração desse quadro deveria ser submetido a uma assembleia.

Weffort - Em 1968 foi a mesma coisa. Não houve diferença. Mesmo no caso do Ibrahim, que era líder da greve, e continua sendo até hoje na área dele, quando chegaram os representantes da Delegacia Regional do Trabalho para conversar ele disse que só conversaria com eles na assembleia. No caso de Contagem a coisa foi ainda mais evidente.

Moisés - O Ministro do Trabalho (Jarbas Passarinho) foi na assembléia (em Contagem).

Weffort - Então isso não é novidade dessa greve. Talvez a novidade esteja na generalização desse procedimento.

P: *Vocês acham que no nível da consciência política dos trabalhadores pode-se notar alguma diferença entre 1968 e agora? Alguns líderes sindicais da atualidade acham que hoje os trabalhadores têm um nível maior de politização.*

Weffort - Eu concordo. Isso fica evidente na ampliação da greve tal como ela vem se verificando. Agora, outro aspecto a ser mencionado em relação a isso é que hoje, a interferência e a orientação dos grupos políticos no andamento da greve dá-se de modo a possibilitar uma expressão mais própria dos trabalhadores. Em 1968 os grupos políticos estavam orientados por um clima voluntarista que tendia a deprimir a consciência dos liderados, que tendia a deprimir a capacidade de auto-expressão das massas. E agora, eu diria que houve não apenas uma mudança geral de atitude dos grupos políticos em relação a esse problema como também, e esse ponto me parece grave, a depressão hoje é mais dos grupos políticos do que das massas. Por razões políticas que não cabem aqui, os grupos políticos estão num momento depressivo em suas atividades. Então, como eles não falam, aparece a voz dos outros. E nota-se que os trabalhadores amadureceram. Talvez os grupos políticos também estejam num processo de amadurecimento de modo a permitir a expressão dos trabalhadores.

Moisés - Eu concordo com o que o Weffort disse. Isso é muito importante e aparece claramente nas reivindicações de certas lideranças ligadas às oposições de autonomia em relação não apenas ao Estado, mas em relação a quaisquer partidos políticos existentes ou que venham a existir. Eu acho que o fato de certas lideranças populares serem capazes de formular as coisas dessa forma significa um longo processo de amadurecimento na linha em que o Weffort indicava, isto é, as pessoas estão capacitadas a ver que há determinados campos de ação ou formas de ação nos quais elas têm não apenas mais capacidade, como é muito mais importante que elas estejam fazendo sozinhas do que mediadas por lideranças políticas de partidos ou, como ocorreu no passado, lideranças políticas mais gerais. Acho que esse é um ponto interessante e provavelmente aparece em outros movimentos sociais na América Latina. Talvez o Cordobazo tenha sido um exemplo. Começa a haver uma mudança de um antigo padrão de emergência dos movimentos sociais, que eram unificados por lideranças externas a eles; lideranças populistas, lideranças de esquerda ou coisas do gênero. Eu não estou dizendo que isso não possa se repetir. Mas a emergência, hoje, desses movimentos com caráter de autonomia, indicam o surgimento de um movimento de base que começa a amadurecer numa linha nova, enunciando novos caminhos para o movimento operário.

“as condições não podem ser criadas artificialmente”

Entrevista do Prof. Micbel M. Le Ven (Professor do Depto. de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais)

P: *Como ocorreram as greves de Osasco e Contagem em 1968? A que se deve o alto grau de radicalização que elas atingiram?*

R: Em Contagem, a greve de abril surgiu propriamente dentro das fábricas, a partir da situação objetiva dos metalúrgicos: ameaça constante de desemprego; perda do poder aquisitivo da classe; clima de revolta nascido a partir de uma tradição de luta mantida pela presença de líderes sindicais de imenso prestígio pessoal; e a combatividade desses mesmos líderes em torno dos sindicatos dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem - principalmente da luta pela conquista da diretoria do sindicato. A greve surgiu dentro das fábricas a partir da própria organização interna e da liderança de alguns militantes com tradição sindicalista e grande prestígio. Foi, portanto, o resultado da combinação de uma situação objetiva: da crise sócio-econômica da categoria profissional, a existência de uma liderança real de sindicalistas de oposição ao sistema sindical, a política salarial implantada depois de 1964 e a presença de elementos ligados às lutas anteriores a 1964.

A greve de outubro em Contagem teve um caráter totalmente diferente. Foi uma manifestação, um movimento do tipo "voluntarista". Depois da greve de abril, os grupos políticos, constatando a capacidade combativa da classe operária, assim como sua mobilização rápida e seu peso político, e por outro lado a defasagem da política das esquerdas em relação ao movimento operário, tentaram recuperar o movimento operário renascente para objetivos mais "políticos". Transferiram para ele o seu "radicalismo", seu desligamento das condições reais objetivas de classe diretamente ligada à produção e, portanto, suas próprias divisões. Todos tentaram uma proletarização, quer dizer, militantes tentaram entrar na produção ou simplesmente morar na Cidade Industrial. Colocou-se como objetivo a deflagração de uma greve com data marcada, mas com direção partidária de vários grupos, que transferiram para a classe operária suas próprias dissensões, totalmente desligadas das condições reais dos operários. Os líderes sindicalistas e operários se viram envolvidos em problemas que não lhes diziam respeito diretamente. Fez-se um grande trabalho de apoio à greve dos metalúrgicos. Pode-se citar especialmente um "comitê de apoio à greve" com bases nos movimentos da Igreja, que tinham como tarefas, conscientizar setores aliados em torno da justiça da greve apesar da sua ilegalidade, difundir, através de boletins, as condições da classe operária em Belo Horizonte e também arrecadar dinheiro e mantimentos para sustentar os grevistas e suas famílias durante uma greve que se supunha prolongada. Esse trabalho de unificação em torno dos objetivos das lideranças operárias surtiu grande mobilização em setores que deram todo apoio na hora da greve: locais de reunião, igrejas disponíveis, garantia de apoio da Igreja. Desenvolveu-se assim um trabalho de organização, principalmente fora das fábricas. A liderança operária, dirigida por elementos não-operários, conseguiu reunir antigos militantes (chegou a haver reuniões de 50 pessoas) que, vendo-se apoiados por elementos de classe média e grupos ligados à Igreja, entraram na preparação das greves nas bases, tanto nas fábricas como nos bairros. Mas as reivindicações ou exigências proclamadas não tinham mais relação direta com as fábricas.

A preparação da greve teve um caráter semi-clandestino, mas envolveu um tal número de elementos que a data de início do movimento grevista devia ser conhecida das diretorias das fábricas assim como dos serviços de segurança.

A greve começou sem ter efeito multiplicador nem bases sólidas. A liderança dividida em facções perdeu o controle do movimento. As lideranças não-operárias foram presas rapidamente. As reuniões do Comando se faziam em locais distantes da Cidade Industrial, sem ligação com as bases; em poucos dias o trabalho voltava a seu ritmo normal na Cidade Industrial.

P: *Que efeitos imediatos e a médio prazo as greves tiveram para o conjunto da classe operária?*

R: Os efeitos imediatos foram uma impressão de derrota total. Lideranças mais autênticas foram presas e cortadas, talvez até hoje, da classe operária. Os grupos clandestinos sumiram e optaram posteriormente por uma outra linha política. O "Comité de apoio à greve" sustentou durante mais de três semanas as famílias dos grevistas e, mais tarde, as famílias dos operários que foram despedidos. Foram necessários alguns anos para retomar o trabalho de reorganização dentro das fábricas, principalmente a partir da oposição sindical e dos operários isolados mais conscientes. O medo se instalou durante muito tempo, assim como a desconfiança em relação a lideranças que não eram propriamente operárias.

A greve de abril realmente surtiu um grande efeito: colocou em cheque a política salarial (foram conseguidos realmente 10% de aumento), demonstrou a força da classe operária num confronto direto com os representantes do Capital, obrigou um Ministro do Trabalho a mostrar o lado opressor da política governamental. O sucesso veio de uma combinação correta dos elementos objetivos, principalmente a situação econômica, a organização a partir do trabalho, e uma reivindicação correta de aumento salarial. O sindicato era levado pelo movimento de massa.

A greve de outubro - diretamente política e baseada em avaliações de grupos políticos especializados da esquerda com visão de uma revolução iminente em toda América Latina - não se baseou em grupos de fábrica.

P: *As greves de 68 colocaram em relevo as comissões de fábrica. Em Osasco, legais, como a da Cobrasma, onde participavam trabalhadores e patrões, e também clandestinas. Em Contagem, apenas clandestinas: os grupos de 5, organizados desde o dissídio de 67. Nessas condições, qual foi a peculiaridade dessas formas de organização e das relações que mantinham entre si e com o Sindicato?*

As comissões de fábrica não eram propriamente conselhos ou comissões de fábrica, mas representantes dos grupos políticos dentro da fábrica. A direção do movimento operário saiu das mãos dos próprios operários e dos elementos mais ativos do sindicato. Esse não tinha ainda o caráter pelego e assistencial de que se revestiu logo em seguida.

Essas "comissões" transferiram para as fábricas problemas e dissensões politicistas que não emergiam da real condição dos trabalhadores. O movimento operário se viu atrelado ao movimento estudantil e ao comando dos grupos de esquerda, que tinham a pretensão de se comportar de repente como um partido operário.

Outro grande erro foi a incapacidade de avaliar corretamente a capacidade repressora do sistema e a reorganização do capitalismo em Belo Horizonte. O grande capitalismo monopolista se instalou logo em seguida em Belo Horizonte, aproveitando-se de uma classe operária amedrontada e sem liderança sindical e partidária. Os melhores elementos ativos, diretamente ligados à produção, foram cortados de suas bases e conheceram condições de dura sobrevivência e muita perseguição. Essas lideranças hoje não são diretamente conhecidas em meio operário.

P: *O que o movimento operário atual tem a aprender com a greve de Contagem?*

No caso de Belo Horizonte, a principal lição é que não se cria artificialmente condições objetivas e subjetivas de luta operária. Um movimento operário de massa necessita de amplas bases, as quais não podem ser criadas por grupos externos à classe, grupos estes que se desenvolvem na total clandestinidade. O conteúdo imediato das reivindicações deve partir das condições de trabalho nas fábricas ou das condições de vida dos trabalhadores.

P: *Que diferenças existem entre hoje e 68 na composição interna na classe operária, e de toda a classe na força de trabalho?*

R: Hoje, realmente a classe operária de Belo Horizonte progrediu em quantidade e qualidade. Aumentaram as grandes concentrações; há uma retomada da vida sindical ou para-sindical; há uma abertura para o movimento operário externo, principalmente italiano e argentino, na Fiat por exemplo; há maior diversificação na classe e, principalmente, as formas de exploração se tornaram mais evidentes. Todo um trabalho lento foi feito dentro das fábricas depois de 1973. Belo Horizonte deixou de ter uma classe operária composta preponderantemente de trabalhadores de construção civil e de serviços.

P: *A socióloga Maria Hermínia identifica como um dos produtos do desenvolvimento capitalista recente, o surgimento de empresas produtoras de bens de produção e de consumo duráveis bastante grandes e modernas. Dentro delas, teria surgido um setor da classe operária mais estável no emprego, melhor remunerado e mais atuante nos sindicatos. Cita como caso principal a indústria automobilística de São Bernardo, cujo sindicato dos metalúrgicos estudou. Esse setor da classe operária, portanto, se diferenciaria do restante do operariado. Oscilaria entre uma atitude de "sindicalismo de negócio", ao estilo norte-americano, combativo mas corporativista; e uma atitude de vanguarda em relação ao conjunto da classe. Por outro lado, Fernando Henrique Cardoso em entrevista ao jornal Versus, disse que os partidos estritamente operários têm todos fracassado no Brasil. Nas condições atuais da composição da força de trabalho, defende a formação de um "bloco de assalariados", com programa e reivindicações não especificamente operárias.*

Levando em conta as experiências de Contagem, como as oposições sindicais poderiam se posicionar para preservar seus setores de ponta de uma corporativização? Enfim, que rumos deveriam ser trilhados pela classe operária, considerando seu papel na sociedade brasileira?

R: A problemática que a questão coloca talvez seja especificamente paulista. O nível de luta de classe, de organização sindical, de reorganização da sociedade civil é diferente aqui em Belo Horizonte. Há, porém, muitos sinais positivos: o trabalho em bairros, com os operários, e com as mulheres, permite recolocar o problema da participação dos operários na sociedade civil. Há uma retomada do trabalho sindical, como no caso dos bancários, dos metalúrgicos de Betim, da chapa de oposição para os metalúrgicos de Belo Horizonte. Mas, por enquanto, na relação das forças, não há lugar para nenhuma precipitação, nem para lideranças externas às classes trabalhadoras.

Quanto ao "bloco dos assalariados", ainda é uma problemática paulista. Há realmente necessidade de lutas "corporativas" (no sentido de Gramsci). Não vejo como problema principal o risco de corporativização; É uma perspectiva pequeno-burguesa.

P: *Quais as causas e os recentemente realizadas no São Paulo?*

A causa principal foi uma combinação das situações objetivas da classe, um longo trabalho de base, uma ventilação dos problemas por um sindicato atento às condições reais. As greves estão mostrando a diferença entre a luta operária e as formas pequeno-burguesas de luta política. Combinaram um elemento de "espontaneidade" organizada dentro das fábricas e de lutas paralelas - organizadas a partir das condições reais da vida dos trabalhadores.

A greve na memória

O que os operários de hoje falam da greve de 1968, em Osasco

Luís Gabriel de Peri, J. Moura Marinho, Maria Quinteiro, Silvestre Prado

— *"Mas parece que fica sempre um que lembra pra contar. A classe fez uma greve. Dela ficou uma chama. A gente não pode negar que malograda ou não, é uma experiência da classe. Toda greve é. Até hoje, em Osasco, tem muita gente que viveu a experiência, que criticou e está aí pra novas".*

- *"Olha, lá na firma tem 6 mil. Se eles mandar embora 100, pode mandar até 500, 1.000, que sobra gente. Sobra muita gente ainda. Eles não pode mandar todo mundo de uma vez, senão faz greve contra eles mesmo, porque para tudo".*

Vários operários nos contaram o que ouviram falar sobre a greve de Osasco em julho de 1968. Tomamos o cuidado para que relatassem os comentários circulantes nas seções, no restaurante, no bairro, na fila de ônibus. Deram também suas opiniões sobre o processo que culminou na greve, e como se encontra hoje o movimento operário, quais as suas perspectivas. Nenhum deles participou diretamente da greve, embora alguns morassem e trabalhassem em Osasco na ocasião. Entre eles, dois encontram-se desempregados. A maioria dos entrevistados exerce funções qualificadas, com remunerações oscilando entre 2 e 6 salários mínimos.

Alguns dos operários afirmam que os comentários foram mais intensos até meados de 1969. Depois arrefeceram. Porém, de uns tempos para cá, ressurgiram.

A repressão e o desemprego marcaram fundo esta memória:

"Eu escuto lá na firma, ouço contar que uma vez parou tudo, aí veio até polícia tirar gente de dentro da seção. Ficou muito pra fora depois. A firma Cobrasma-Braseixos mandou embora aqueles que tinham feito greve. E despediram aqueles que tinham feito greve porque haviam aprendido alguma coisa, e poderiam parar outra vez".

- *"Aqui em Osasco, só quem é criança não fala de quando os operários fizeram greve e tomaram conta das fábricas. O governo tava com raiva de ter trabalhador elegendo gente em sindicato. Movimentou a cidade, parecia que tinha guerra, que tava preparando uma guerra ali perto da Cobrasma. Teve briga com os que tavam dentro e com a polícia e carro blindado. A polícia toda baixou aqui em Osasco, muita gente foi presa, depois foi acabando aos poucos. Mas que se lembra, que fala e comenta, isso fala. Sempre tem uma coisa ou outra na memória"*

- *"Se conta da perseguição e do desemprego, o operário pagava para trabalhar. Só encontrava colocação em firma que ajustava mão-de-obra, e o primeiro mês de salário ficava pra ela"*

Essa "memória" também reteve a forma de organização da classe. As comissões de fábrica estiveram presentes nos comentários feitos:

- *"Uma coisa que quase todos falam é da comissão dos dez que se formou na COBRASMA. Foi praticamente o núcleo que originou e conseguiu uma organização maior e logo após ganharam as eleições do sindicato".*

A maioria dos entrevistados concorda que naquele tempo a comissão era forte e representativa:

"Ela discutia. ...havia comissões de católicos, e junto com elas um pessoal que tinha como objetivo fazer mais política dentro da fábrica".

O sindicato sob a direção de elementos operários jovens, aparece na memória como orientador da organização independente:

- *"falam que o sindicato era forte, que o trabalho dentro das fábricas tava sob a direção dele".*

Tanto é que ficou a cobrança por ele não ter tido maior energia na atuação:

"Alguns falam que se tivesse mobilização de mais fábricas teriam tido mais força, e achavam que o sindicato não atuou energeticamente nos momentos de decisão".

Sobre o saldo do movimento:

- *"A greve foi positiva porque mostrou que o governo buscava de fato o arrocho salarial, colocando o exército contra os operários. Isto mostrou como o governo defendia o arrocho, e mostrou aos trabalhadores que não era só parar e fazer greve em algumas fábricas, mas que tinha que ter muito mais força e união e melhorar a organização".*

- *"Pra aumentar a consciência do operário, todo movimento que a classe promove, ajuda. Acho que não em grande escala, mas sempre tem uns que ficam conscientes". —"Toda greve serve de exemplo. Aquela mostrou o lado da repressão, e que o operário organizado pode fazer as coisas e pode, inclusive, tomar as coisas e desenvolve na pessoa o espírito de luta".*

— *"A ocupação em parte foi um exemplo, agora é muito difícil dizer se foi válido ou não. Acho que foi uma demonstração de força, mas foi uma pena não ter dado continuidade".*

No geral, as opiniões sobre o processo que denotou a greve mostram que ela *"se deu sem maior solidificação na base"* e faltava *"um trabalho político pra uma integração na massa"*.

E consenso de que a greve não só foi planejada, como estava sendo organizada para novembro, época dos dissídios. No entanto, por *"pressão do pessoal da produção"*, foi antecipada. Porém, essa antecipação encontrou a *"grande maioria dos operários despreparados para marchar até o fim pelas reivindicações"* pois a greve *"não tinha como se sustentar, se saísse mais tarde tinha condições de maior estruturação do que naquele momento"*.

A maioria dos entrevistados opinaram que havia uma defasagem entre a liderança e os trabalhadores:

- *"Acho que a greve foi necessária, mas na época as lideranças estavam na frente e os trabalhadores muito aquém das propostas".*

Se na verdade, as propostas - greve e ocupação das fábricas, etc.- servem à emancipação dos trabalhadores, sua insuficiência básica, em julho de 1968, esteve no terreno político: o grau organizativo revelou sua incapacidade quando foi necessário dar continuidade ao movimento:

"O que norteou o trabalho desenvolvido pelas lideranças era a agitação. Tá bom que isso era necessário, mas tem que ter outras preocupações senão o operário não vai estar seguro pra dar continuidade ao movimento"; "forma que não criou uma retaguarda pra dar continuidade, como no jogo de futebol, quando o jogador passa pela linha de frente, ele venceu todo mundo, teria que ter uma defesa, e essa defesa a classe operária não tinha na medida em que as lideranças sumiram".

Sobre o movimento operário, hoje, a avaliação dos entrevistados, embora ressaltando o medo instaurado, e o baixo grau de consciência é de que o movimento está se retomando:

- *"Hoje o movimento operário tá crescendo de forma diferente da de 68. O elemento operário é um elemento novo. A maioria chegou aqui nos últimos dez a quinze anos, e não viveu o movimento da classe, não teve conhecimento das lutas de antes de 64. Tá tomando consciência porque a fome tá rondando a casa dele, mas ainda não assumiu os valores da classe".*

- *"A classe tá desorganizada, porque ainda está cercada pelo medo, por várias razões e mesmo por causa da sua própria formação".*

- *"O movimento operário cresce devagar, tá se tentando, uma participação mais ativa, acho que o trabalho tá ficando mais organizado".*

- *"Tá difícil um operário participar de uma reunião, ou porque não está acostumado, ou porque tem que fazer hora extra. É difícil, mas é possível".*

As falas apontam para um fortalecimento da organização independente, de base, explorando todos os canais dentro e fora da fábrica:

- *"A comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA), a cooperativa de crédito e de consumo, a associação dos funcionários, os operários têm que tomar da mão dos empresários, e usar para seus interesses, além de formarem comissões fabris"; "o movimento só vai se fortalecer se ele desenvolver as comissões, criar formas de organização dentro das fábricas".*

A preocupação em fortalecer as oposições, via trabalho independente do sindicato e desatrelado do Ministério do Trabalho foi unânime:

- *"A gente precisa ter uma classe forte, precisamos trabalhar muito na fábrica e no sindicato. Precisamos tirar o sindicato do Ministério do Trabalho. Hoje mais do que nunca os sindicatos estão atrelados ao Ministério do Trabalho, porque seu líderes não têm o mínimo interesse em defender a classe".*

- *"Acho que o avanço deve ser por grupo de fábrica, e esses grupos levar a mobilização. O avanço é ter gente na base, não acredito apenas no sindicato".*

- *"A luta sindical bem levada deve ser um meio de organizar a classe, tem que formar grupos de sindicalistas na fábrica pra discutir e começar a mostrar a necessidade de tirar os pelegos e contribuir para formar as comissões de base."*

- *"Acho que um problema que deve ser evitado é não cair só na luta econômica, o operário deve entender o que está por trás do pé da cajarana".*

- *"Tem que ser diferente da forma agitativa, que foi 68".*

- *"Tem que tomar cuidado porque o movimento operário pode desviar pro lado legalista indo pra um lado que não defende o interesse do trabalhador".*

- *"As discussões têm que ser levadas em conjunto, pra que um indivíduo sozinho não tome atitudes e responda por todos".*

As greves se alastrarão por todo Brasil

Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, cidade onde começaram as greves do AB.C, faz uma avaliação do movimento: "mostrou que a caminhada da classe trabalhadora é irreversível". Nesta entrevista, concedida à **João Batista dos Mares Guia** e **Maizé Trindade**, Lula analisa os antecedentes e a evolução do movimento, e faz previsões sobre seu desdobramento nacional. É fala também de outros temas da conjuntura, como a participação dos trabalhadores na política e a rearticulação partidária.

P: Sobre a greve acontecida recentemente no ABC paulista, você poderia explicar a participação da classe operária?

R: Eu acho que o problema da greve em São Bernardo e Diadema não é um problema de seis meses nem de um ano. É um problema de alguns anos. É uma pregação do sindicato de que os trabalhadores é que devem resolver os problemas deles, e não esperar que o governo ou a classe empresarial resolvam. Esse processo de conscientização da classe trabalhadora teve seu ponto culminante com a propalada reposição salarial, oportunidade em que mostramos aos trabalhadores que eles tinham sido roubados, lesados nos anos de 73 e 74 em 34,1%.

Foi uma campanha de praticamente cinco meses, mostrando ao operário que ele só recuperaria esse dinheiro se partisse pro pau. E quando nós trabalhadores usamos esse linguajar de partir pro pau, não é brigar não, é simplesmente parar as máquinas.

Esse processo teve uma outra fase, que eu achei que foi o ponto realmente crucial da coisa. Foi na campanha salarial, quando o sindicato se dispôs a mostrar à classe metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema que tudo que tinha sido feito em termos de campanha salarial até então tinha sido uma farsa. Essa campanha foi feita em janeiro, fevereiro e março de 1978. Procuramos mostrar ao trabalhador que pouco adiantava ele participar das assembleias do sindicato em termos de salários; de pouco adianta virem vinte mil trabalhadores numa assembleia, porque o decreto do reajuste de salário é dado pelo Presidente da República, e que a participação nas assembleias teria pouca influência na determinação do índice decretado pelo governo.

E me parece que os trabalhadores, depois de receber o primeiro pagamento com o aumento decretado pelo Presidente da República resolveram demonstrar a insatisfação que tomou conta deles. E resolveram parar as máquinas para reivindicar aquilo. E mesmo sendo decretado como ilegal foi dos movimentos mais justos que a classe trabalhadora já fez. Foi a briga, foi a luta pelo direito de continuar sobrevivendo, pelo direito de viver com dignidade, pelo direito de poder dar aos seus filhos e aos seus dependentes um mínimo de lazer, um mínimo de educação.

Os metalúrgicos de São Bernardo não só deixaram de ganhar alguma coisa com o arrocho salarial, mas começaram a perder a partir de 1972 alguma coisa que ganhavam antes. E aí você precisa entender o seguinte: é comum você pegar a carteira profissional de um trabalhador que tem oito anos de firma, por exemplo, e ele ter num ano seis ou sete aumentos, sabe. E depois de 1972-73, com a crise econômica, as empresas resolveram aumentar os seus lucros diminuindo a folha de pagamentos. O mesmo aumento que o trabalhador recebia no período de um ano, ele passou a receber no período de quatro a cinco anos. E isso foi o aperto final que foi dado na garganta da classe trabalhadora. E ela tinha de gritar.

E não foi por falta de aviso não porque desde setembro do ano passado tenho dito ao governo, tenho dito aos empresários, que era questão de dias e a classe trabalhadora partiria para o movimento mais sério, para um movimento mais objetivo. E ela partiu.

P: *O trabalhador está perdendo o medo da repressão ?*

R: Ah, eu não tenho dúvida disso. Veja: numa determinada época da história do Brasil o trabalhador foi invocado a participar com o ouro para o bem do Brasil. E não foram poucos os trabalhadores que deram aquelas suas alianças compradas a prestações em benefício do Brasil, pra ver o país forte, pra ver o país economicamente independente. E o trabalhador sabe que passados alguns anos o Brasil teve o maior crescimento industrial, mas também aumentou nossa dívida externa, também diminuiu muito o poder aquisitivo do trabalhador. Então, ele resolveu de uma vez por todas perder o medo. Eu tenho escutado dezenas e dezenas de trabalhadores dizerem pra mim o seguinte: olha Luiz, se é prá gente morrer trabalhando, a gente prefere morrer de greve. Morrer parado. E muito melhor a gente ficar parado, pelo menos não está gastando energia. E muito importante entender o seguinte: eu não sei se vocês já passaram por isso, é muito duro um chefe de família chegar em casa e ver o seu filho sem leite pra tomar de manhã. É muito duro o trabalhador chegar num domingo e não ter o dinheiro prá comprar um quilo de carne, trabalhando 16 horas por dia. E foi isso que levou os trabalhadores a fazer greve. Foi muito mais a fome, dor de estômago que qualquer outra coisa.

A greve atingiu em 10 dias, todas as grandes empresas do setor, lá na minha área, o que representa 90% da categoria metalúrgica de São Bernardo e Diadema. O que há de concreto é que 80% dos trabalhadores já foram beneficiados com a greve. Falta por volta de 25 a 30 mil operários, de empresas menores, que ainda não foram beneficiados.

É muito difícil a gente prever o futuro. Mas eu entendo que o movimento grevista que houve em São Bernardo, Santo André, Osasco e São Paulo, serviu para mostrar que aquilo que o movimento sindical, ou pelo menos alguns dirigentes sindicais mais sérios nesta terra vêm dizendo há algum tempo, de que a caminhada da classe trabalhadora é irreversível, de que o sufoco imposto à classe trabalhadora pela política salarial errada do governo iria explodir a qualquer momento, de que a insensibilidade das autoridades, a insensibilidade dos nossos empregadores que tinham como visão apenas o lucro, iria fazer com que o trabalhador mais dia menos dia se manifestasse.

Eu acho que o movimento grevista existente hoje em São Paulo é uma demonstração de que a classe trabalhadora está preparada para tomar posições, está preparada inclusive para participar da vida política da nação. É uma demonstração de que nós trabalhadores resolvemos dizer um não à exploração a que somos submetidos há algum tempo. E uma demonstração de que a classe trabalhadora, não só de São Paulo, mas de todo o Brasil - e isso é uma questão de meses - se manifestará de uma forma ou de outra para que seja atendido o mínimo de suas aspirações.

Não acredito em instante algum em repressão. Acredito que se houver qualquer medida repressiva por parte do governo, irá tornar a classe trabalhadora ainda mais autêntica, muito mais participante.

Temos que atentar para uma insinuação do Ministro da Indústria e Comércio que dizia que ele não podia admitir que uma greve surgisse em São Bernardo, onde o trabalhador é mais bem remunerado. Citava inclusive o exemplo da Bahia de que lá elas ganhavam 1/3 do que ganham os trabalhadores de São Bernardo e os baianos não estão preocupados em fazer greve. Também há que se levar em consideração, e sempre fiz questão de frisar em todas as entrevistas que dei, que o trabalhador de São Bernardo era, mesmo sendo uma das categorias mais bem pagas desta terra, era também o trabalhador mais explorado e o que tinha perdido mais em termos de poder aquisitivo com a implantação da política salarial do governo, porque nós não só deixamos de ganhar como todo o Brasil deixou, mas começamos a perder aquilo que tínhamos ganho, a perder aquilo que tínhamos até 1972. E eu não acredito em momento algum que essas greves sejam absorvidas por essa Frente Ampla, não acredito que em sua consciência, nenhuma dessas pessoas que aí está participando da vida política, que quer chegar a uma Frente Ampla está preocupada com a classe trabalhadora e seu problemas.

Acho que o movimento de São Paulo será absorvido em todo o Brasil - a curto espaço de tempo por todos os trabalhadores brasileiros. Poderá haver até contestação por parte do

governo e do poder económico, e até por parte de políticos da nação, mas eu não tenho nenhuma dúvida de que não haverá contestação por parte de qualquer trabalhador. Estes levarão à frente aquilo que se iniciou em São Bernardo, porque o trabalhador deu uma demonstração de que a greve é de fome, uma greve de dor de estômago e quando isto acontece é sinal de que as coisas não estão boas, e se não estão boas para São Bernardo do Campo, não estão boas para o trabalhador brasileiro.

P: *E como é feita a organização dos trabalhadores nas fábricas, na região de atuação de seu sindicato?*

R: Olha, existe um conceito assim sobre comissões, sabe. Eu não sou contra comissões, acho que elas devem existir. Mas veja: no sindicato a gente procura fazer toda a classe trabalhadora ser uma comissão única. Porque a partir do momento que você criar grupos de comissões você terá colocado na prática grupos de trabalhadores a mercê dos nossos empresários pra serem dispensados na hora que bem convier aos donos das empresas. Eu acredito que todo dirigente de sindicato tem consciência de quantos companheiros bons a gente perde por exigir que os nossos companheiros tenham uma atuação sindical dentro da empresa. Eu acho que o problema não é responsabilizar um ou mais grupos de trabalhadores, o problema é responsabilizar toda a classe trabalhadora pelas conquistas dela. Eu acho que a partir do momento que eu formar uma comissão de 5 trabalhadores pra agir dentro de uma determinada empresa, eu estarei colocando 5 companheiros com a corda no pescoço, em relação a perder seu emprego. Então, o que a gente tem feito e que a gente discute hoje com outros dirigentes sindicais é o seguinte: nenhum diretor de sindicato deve assumir responsabilidade de tutelar a classe trabalhadora. À classe trabalhadora deve ser dada a liberdade de agir e pensar. Cabe ao sindicato coordenar esse pensamento e essa ação da classe trabalhadora.

P: *Em Belo Horizonte, nas eleições que vão acontecer agora entre 10 e 14 de Julho, existe uma oposição organizada. Em Osasco, também se sabe da existência de uma oposição sindical. Também em São Paulo. No entanto, não se sabe ao certo da existência de algo semelhante em São Bernardo ou se existe a presença significativa da oposição ali, a relação entre ela e o sindicato parece ser de mais solidariedade. Como é que você explica o aparecimento das oposições sindicais? Se existe, o que é a oposição sindical de São Bernardo?*

R: Olha, existe. Vocês precisam começar a entender a oposição não como uma chapa, mas a oposição à direção sindical como oposição à estrutura sindical brasileira. Veja, o que há na verdade em termos de oposições - e falo com experiência na minha base - é que há muito mais oposições baseadas em interesses pessoais, com vontade de ser presidente do sindicato, do que oposição ao atual sistema sindical vigente no país. Porque se fosse pura e, simplesmente uma oposição ao atual sistema sindical vigente no país não precisava ser, lá em São Bernardo, oposição à atual direção sindical. Mas veja, eu acho fundamental e acho necessário a presença das oposições. E vou mais além: acho que as oposições sindicais desfrutam de muito menos possibilidades que as situações. Até nós discutíamos em termos de dirigentes sindicais, que na época das eleições as oposições sindicais deveriam ter direito, ter a mesma liberdade de ação das direções sindicais que estão no poder. Eu acho que até pra valorizar as oposições sindicais, na época das eleições deveria haver o afastamento da direção sindical pra voltar pra dentro da fábrica, pra competir em igualdade de condições com as oposições sindicais. Eu tenho várias ressalvas com relação a oposições sindicais e tenho discutido muito com elas, porque acho que ainda não aprenderam a fazer oposição sindical. Mas acho que elas são de uma necessidade extraordinária ao movimento sindical hoje. Eu acho que tentar cercear a participação das oposições é o mesmo que cobrir a classe trabalhadora com um manto.

P: *A criação de novos partidos políticos é um tema colocado na ordem do dia. Qual seu ponto de vista sobre as propostas existentes?*

R: Há um grupo de dirigentes sindicais menos comprometidos com a estrutura sindical que se preocupa não com o fato da criação de um partido propriamente operário, mas se preocupa com o fato de que a classe trabalhadora não participa da vida política da nação. O que eu acho importante e fundamental no atual momento político brasileiro é nós trabalhadores nos preocuparmos em participar da vida política. Acho que é o primeiro passo. O segundo passo seria a classe trabalhadora criar um partido político que eu não saberia dizer agora qual a sigla deste partido. Mas é necessário que os trabalhadores se unam em torno do mesmo objetivo. E como os empresários fazem e determinadas camadas da sociedade, nós também deveremos fazer. Quem sabe chegaremos ao ponto culminante de nossa participação que é a criação de um partido político do interesse pura e simplesmente da classe trabalhadora. Não podemos perder de vista esta possibilidade. Necessariamente não precisaria se chamar um "partido trabalhista", já que tivemos um no Brasil, que era mais um partido empresarial - poderíamos ficar iludidos com o PTB tendo nossos empresários, como cabeça deste partido.

Acho que dizer que trabalhador não sabe votar é mentira. Ele sabe votar. Há uma diferença muito grande em saber votar e o problema de opção que ele praticamente não tem hoje. Acho também que é uma questão de tempo a classe trabalhadora se organizar num partido político. É inconcebível se proibir o sindicato de participar politicamente, quando todas as camadas participam e o trabalhador é obrigado a ficar marginalizado, sem participar. A própria atividade sindical é política, política a gente pratica até no ato de comer, de mastigar, e acho que o movimento sindical tem de participar da vida política da nação em qualquer campo. Temos que participar e ter poder de decisão.

Clareza do passado, consciência do presente

*O movimento operário encontra-se hoje numa situação muito peculiar: seus recentes avanços colocam-lhe uma necessidade presente – recuperar toda sua experiência pasada, em termos de condução e organização, para traçar as linhas que lhe permitam avançar ainda mais. A história do movimento operário anterior a 1964, a de 1968 e suas experiências de 1978 foram amplamente debatidas na mesa redonda promovida por Cadernos do Presente. Participaram da mesa redonda: **José Pedro e Waldir** (respectivamente candidatos a presidente e secretário pela chapa de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco), **Antônio Flores** (várias vezes candidato de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), **Salvador Pires** (presidente da Frente Nacional do Trabalho), **Toninho** (membro da FNT de Osasco), **Estanislau** (membro da Oposição Metalúrgica de São Paulo) e **Breno** (membro da Oposição Sindical de Osasco).*

P: *Quais as diferenças políticas e sociais entre 1964, 1968 e atualmente; e, em função disso, qual a situação do movimento operário?*

FLORES - De 53 até 64 existia no movimento operário uma liderança que, embora fosse criticada por muitos, defendia os interesses econômicos do trabalhador. E existia uma liberdade relativa onde os dirigentes sindicais, em sua maioria, tinham condições de descer às próprias fábricas e discutir com os operários. Na época dos dissídios se fazia greve, mas era uma greve forçada, de fora para dentro, com piquetes. Não era preciso fazer piquetes em algumas fábricas, onde a mão-de-obra não era especializada, como a SOFUNGE e a ALIPERTI. Era só a gente falar "amanhã tem que parar" que eles paravam, sem piquetes, e até nos ajudavam a parar outras fábricas de operários mais especializados, como era o caso da indústria automobilística. Essas fábricas eram mais difíceis de parar, porque os salários nessas empresas eram mais altos que nas outras. E os patrões diziam: "você não precisam fazer greve, porque o que for decidido nós pagamos". Então, era muito difícil você parar uma Ford, uma General Motors, uma Willys. Isso era o movimento sindical. Hoje é totalmente diferente, pois a mobilização se inicia dentro da fábrica e a greve é, então, mais consciente que as anteriores.

Uma das greves de que me lembro foi em 61, dos metalúrgicos de Santos. Quando o tribunal julgou, eles não concordaram com o julgamento do tribunal e continuaram em greve.

Essa não precisou de piquete. E das greves que houve de 53 a 64, no meu ponto de vista, a única autêntica foi essa. Depois que o tribunal julgou, eles continuaram parados. Então, o tribunal teve que voltar a discutir e dar aquilo que os operários queriam. As outras greves que a gente fazia duravam no máximo até o tribunal julgar. Depois que ele fazia isso, você tinha que parar a greve e voltar à empresa, voltar a trabalhar. Então, havia uma lei de greve que só era válida até o julgamento. Depois do julgamento ela não era mais válida. Nós pedíamos 80% de aumento, eles julgavam 60% e tínhamos que voltar a trabalhar porque o tribunal tinha julgado. Então, não existia direito de greve. Agora, a gente nem pode comparar o nível dos dirigentes sindicais que havia antes de 64 com esses que existem hoje. Com raríssimas exceções, os dirigentes sindicais de hoje são meros funcionários da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e do Ministério do Trabalho, e defendem seu alto salário.

Outra greve importante para os trabalhadores brasileiros foi a do 13º salário, em 1961, que foi feita contra todos. Tinha só dois dirigentes sindicais paulistas que defendiam essa greve, os outros eram contra. As organizações partidárias existentes também eram contra. Isso porque o presidente da República era o João Goulart e então partia-se do princípio de que, se se fizesse uma greve pelo 13º salário, ela seria prejudicial ao governo do Jango.

Esqueciam que não se queria uma greve contra o Jango, mas uma greve pelo 13^o salário. Quando se convocou uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, reunião de delegados sindicais, dela participaram só dois dirigentes sindicais: José de Araújo Castro e Afonso Delelis. Os outros eram contra e foram embora. Aí nós decidimos que se convocaria uma assembleia da categoria e se a categoria estivesse disposta a fazer a greve, a greve seria deflagrada. No dia da assembleia estava presente a cúpula sindical brasileira. Quando se instalou a assembleia, o primeiro orador foi o Dante Pelacani, que falou contra a greve, e outros dirigentes sindicais falaram contra a greve. Depois começaram a falar os associados do Sindicato a favor da greve. Depois de 5 horas de assembleia, com mais de duas mil pessoas, o companheiro Delelis deflagrou a greve. No dia seguinte, às 10 horas da manhã já tinha seis mil metalúrgicos presos. Foi quando o Carvalho Pinto inaugurou o presídio da rua do Hipódromo, levando os metalúrgicos para lá. O Sindicato foi bloqueado, não se podia entrar ou sair. Depois que a greve estava na rua, as prisões estavam aí, começaram a aparecer os padrinhos do 13^o salário para a classe operária. Mas essa foi uma greve contra todos e o resultado foi que, um ano depois, recebíamos o 13^o salário.

WALDIR - Você falou, Flores, que a greve do 13^o só tinha o apoio de dois sindicalistas. De certa forma dá para se notar que o operário, no geral, queria o 13^o e a maioria do pessoal discordava disso. De que forma o 13^o foi encaminhado? Ou ele nasceu espontaneamente?

FLORES - Quando nós entramos no dissídio, nós entramos com uma pauta de reivindicações. Uma delas, naquela ocasião de maior importância, era o 13^o salário, como é hoje a reivindicação de férias pagas em dobro. Ocorre que existia uma opinião geral de que o 13^o salário tinha que vir através do Congresso, de um projeto que se transformasse em lei. E para que esse projeto se transformasse em lei só teve um jeito: foi a greve, pois se a gente não tivesse feito aquela greve, jamais teria conquistado o 13^o salário. Eu me lembro que quem assinou primeiro pra pagar o 13^o salário foi o Brochado da Rocha. E ele assinou o projeto exatamente da maneira como o Sindicato dos Metalúrgicos o encaminhou. Depois é que veio pra ser votado no Parlamento. E eu me lembro que a gente foi assistir à votação. Aqui de São Paulo a gente foi pra Brasília representando o trabalhador. Do Rio também foi gente, também de todos os estados. E eu ouvia dizer, lá em Brasília, que iam convencer o deputado Emílio Carlos pra ele fazer a defesa do projeto do 13^o salário, porque senão ia ser reprovado pelos deputados. Eu não assisti à conversa, mas eu sei que teve os dirigentes sindicais e ministros que conversaram com ele pra fazer a defesa do projeto. Quando a gente tava assistindo, chegou um determinado momento que o pessoal, os operários que estavam ali e os dirigentes sindicais já estavam loucos da vida, porque o cara só falava no nascimento do menino Jesus. E falou mais de 6 horas! Parava, tomava café e falava. Depois de ter contado toda a história do menino Jesus, ele disse: "nesse momento eu quero apresentar, para que seja votado, o projeto do 13^o salário da classe operária, que é pra classe operária poder festejar o nascimento do menino Jesus". Assim mesmo o projeto venceu por 2 votos. Dois votos! Então você veja que, além da greve, ainda teve que haver todo um trabalho para o projeto ser votado. Não é que aquele pessoal fosse contra o 13^o salário, eles eram contra a greve. Queriam que saísse o 13^o salário, mas que saísse através do canal legal. E qual é o canal legal? É o canal do Congresso, do Parlamento. Então, são esses problemas que também têm que ficar claros, porque senão fica parecendo que pessoas como o Luís Tenório de Lima foram contra o 13^o. Pelo contrário, ele sempre lutou na defesa do 13^o, só que achava que deveria sair pelas vias parlamentares e não através de uma greve. Hoje, também, se nós quisermos férias em dobro, primeiro vamos ter que fazer uma greve pra depois fazer o projeto, senão não vai sair nunca.

Uma outra greve que também ficou muito marcada para mim, porque eu participei das negociações, foi a última greve de 1963, quando paralisamos 700 mil trabalhadores em São Paulo. Eu fazia parte da Comissão de Salários e foi a primeira vez que vi como era feito um acordo salarial. Depois de três dias de greve, os sindicatos fizeram um pacto de unidade que concluiu que os sindicatos não deveriam negociar diretamente com os patrões, mas deveriam, sim, delegar o poder de negociação à Comissão e à CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Aí foi um rolo grande. Eu não entendia bem a coisa, mas me lembro de que

numa das reuniões na DRT, o Peri Bevilacqua, comandante do II Exército, chegou fardado falando assim: "ou vocês terminam com essa greve ou eu vou invadir o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo". Um dos companheiros que estavam lá se levantou e disse: "nesse momento, nos retiramos da DRT e eu estou pagando pra ver, general. Na hora em que você invadir o Sindicato, vai acabar essa sua fama de ser nacionalista; e deste momento em diante quem vai negociar é a CGT". Os patrões tiveram que reconhecer a CGT e tiveram que se sentar pra negociar com ela.

P: *Você diz que em 61 começa a haver um movimento de base, que vai contra as direções sindicais que não queriam comprometer o governo. Esse movimento de base que, de algum modo, propunha a renovação sindical, se fortalece em 63, interferindo nos sindicatos, pressionando os dirigentes. Começa uma insatisfação das bases com um tipo de direção que estava sendo dada pelas cúpulas sindicais. Como isso se desenvolve em 63 e daí para a frente?*

FLORES - Eu acho que a greve dos 700 mil foi resultado de um trabalho a partir da greve pelo 13^o salário. O movimento operário começou, a partir de 61, a se fortalecer dentro das empresas, a ponto de a última diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ter sido totalmente modificada: Remo, que vinha sendo o eterno presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, foi obrigado a ceder a presidência para o Delelis, descendo para tesoureiro. E não existia nenhuma empresa em São Paulo onde não existissem os delegados sindicais. Eles existiam em todo o setor metalúrgico. Houve, então, um fortalecimento com a greve dos 700 mil, onde não existiram piquetes no setor metalúrgico. Pelo contrário, os metalúrgicos faziam piquetes para parar outras indústrias: do ramo têxtil, químico, de calçados.

P: *Muita gente que se dizia nacionalista foi contra essa greve, não foi?*

FLORES - Pela greve do 13^o salário só teve dois operários que levantaram a bandeira: o Delelis e o Brás. Outra coisa que precisa ficar claro é que só teve um ministro do Jango que apoiou a greve, que foi o Almino Afonso. O Jango não dizia que era contra, mas dizia que no momento não tinha condições de dar o 13^o salário.

P: *Você considera, Flores, a maioria dos líderes sindicais atuais, como meros delegados do Ministério do Trabalho, em face do atrelamento do sindicato à estrutura oficial. Mas antes de 64, como na greve do 13^o, a maioria do pessoal estava contra porque temia comprometer o governo do Jango. Num certo sentido isso era uma forma de atrelamento ao governo ou a organizações partidárias. Gostaria que você diferenciasse um pouco a estrutura sindical de antes de 64 e a atual, e dissesse como foi criada a CGT, o PUA (Pacto de Unidade e Ação), o PAC (Pacto de Ação Conjunta). Como foram constituídas essas entidades?*

FLORES - A gente pode comparar a estrutura sindical brasileira com um soldado da PM carregando um desses cães policiais que eles usam. Quando tem muita gente perto ele fica segurando o cão bem perto dele para ele não avançar. Quando ele está sozinho, dá mais corda e o cão fica com mais espaço. É isso aí a estrutura sindical brasileira. Na medida em que você tem um governo tipo JK, Jango, o movimento sindical tem um pouco mais de liberdade. Ele fica mais solto e os dirigentes sindicais trabalham mais. Mas não existiu uma preocupação, na grande maioria, de se mudar essa estrutura sindical. Existiram alguns que sempre lutaram pela liberdade sindical, mas eram minoria. A CGT, por exemplo, foi criada por um congresso. A suplência da CGT era formada por um pessoal ligado às fábricas, não por dirigentes sindicais. Agora, a direção era constituída por agentes sindicais. O objetivo principal da CGT era combater o peleguismo da CNTI, que esteve nas mãos dos trabalhadores somente durante 6 meses, quando foi assumida por Clodsmith Riani um companheiro de Minas. A CGT foi criada inclusive para aglutinar aqueles sindicatos do norte e nordeste que sempre votavam com os pelegos do CNTI. Depois que a CGT surgiu, o

movimento sindical melhorou, porque já se faziam assembleias intersindicais e quem dirigia tudo isso era a CGT. Outra coisa boa que existia aqui em São Paulo era o Fórum de Debate Sindical de Santos, que foi criado praticamente numa unificação do movimento sindical santista. Com isso se tinha mais força no dissídio coletivo. Não entrava uma categoria só no dissídio, entravam todas. O PAC, que acabou fazendo a greve dos 700 mil trabalhadores, foi um pacto feito pela cúpula de dirigentes. Não tinha respaldo na base, onde muito poucos sabiam que existia essa unidade. Tinha sindicatos aqui em São Paulo que não entraram como sindicatos mas como pessoas. Foi o caso do Everaldo Santana, da Borracha, e o Teixeira, dos Transportes. São os eternos dirigentes que, entra presidente, sai presidente, eles continuam. Agora, eu acho que as outras coisas que houve eram sempre de unidade da cúpula sindical; elas não era forjadas pela base.

PIRES - Eu também estive nessas greves de 60, 61, 63, e aí deu pra notar que havia dirigentes mais autênticos, mas não só dirigentes, líderes também, porque nem sempre o líder era dirigente. Mas uma coisa que deu pra sentir e que o Flores falou também, é que a base praticamente não participava muito, não sabia muito o que estava acontecendo a nível político mais geral. Uma boa parte da base não tinha essa consciência, e aí - sem querer discutir as intenções dos líderes da época - eu acho que havia muito aquele negócio de palavra de ordem de cima. Por duas razões: a primeira pelo momento político que a gente vivia, e a segunda por existirem delegados sindicais que favoreciam isso. Eu acho que todas aquelas palavras de ordem que vinham de nível de direção eram levadas com facilidade para as indústrias. Em 60, por exemplo, eu trabalhava em Guarulhos e houve uma greve na época do dissídio. Foi a primeira greve de que participei. Nós estávamos trabalhando e mandaram esperar que ia acontecer a greve. Dentro daquela indústria havia delegados sindicais mas não havia dirigentes significativos, e eu sei que a greve não partiu de dentro daquela fábrica. Lá pelas oito da manhã, só se via porrete do lado de fora da janela da fábrica, e um velho gritava "pra fora, caranguejo". Daí o pessoal entrou e falou pro patrão: "tem 5 minutos para evacuar a fábrica." Mas aqueles delegados que estavam no piquete entraram e falaram: "Companheiros, é greve! Companheiros, vamos parar!" E quando a gente ia saindo, só ia ouvindo os companheiros gritar: "Pra fora, caranguejada!" Mas depois que você se somava ao piquete deixava de existir a palavra caranguejo, porque você ia acompanhar a turma. Isso foi em 60. Em 61, teve outra greve que me marcou muito, porque naquela greve houve inclusive morte na frente da Olivetti. Naquela época, a polícia do Carvalho Pinto agiu bem. Bem pro lado deles, é claro. Foi na renúncia do Jânio Quadros. A renúncia foi no dia 25 de agosto. A greve começou no dia 26, cedo. Tem inclusive um fato curioso pra mim porque a firma em que eu trabalhava faliu no dia da renúncia do Jânio. Parece até que combinaram lá em cima. E nós fomos no outro dia saber como é que iam ficar nossos direitos. Nós estávamos por ali quando apareceu um piquete de greve. O pessoal estava em greve na Bori, na Fundação York e foi catando o pessoal da Jetoflex, da UDO e vieram fazendo piquete para parar a Olivetti. E aí veio a polícia de Guarulhos, que não conseguiu interromper o piquete. Chamaram os brucutus, aqueles carros de areia, e a polícia de choque. A coisa ferveu que foi uma miséria. Nós estávamos por ali apreciando a movimentação, jogando um palitinho e, naquele momento, o pau comeu em frente da Olivetti. Parece que morreu um cara e outro foi gravemente ferido para o hospital. Quando a gente menos esperava chegaram duas peruas kombi, com policiais à paisana. E os caras só perguntaram assim: "Quem é da fábrica?" Mas não esperaram resposta. Já foram catando nego pelas calças e jogando nas kombis. Então, um fato que me chama a atenção é o seguinte: a gente na época, não ouvia nenhum comentário que pudesse justificar o trabalho de base. Isso me marcou muito. Numa época, acho que foi em 63, houve uma assembleia em Guarulhos. E lá um dirigente sindical subiu na tribuna e começou a falar todo um palavreado muito acima daquilo que nós, como base, como trabalhadores mais simples, tínhamos condições de acompanhar. Isso, quando ele teria excelentes condições de avançar o processo de luta dos trabalhadores, desenvolvendo a consciência deles. Inclusive houve casos de greve, de vários sindicatos em conjunto e, quando chegava um certo momento, uma parte das direções fazia negociações apartadas com o patrão, deixando uma outra parte na fogueira, sabendo que a outra parte estava na mira do patrão. Então, é o tipo de coisa desse nível que era discutida nos vários sindicatos e era o tipo de coisa que o trabalhador não podia acompanhar, pra saber o que estava acontecendo.

FLORES - É bom esclarecer uma coisa: quando o Pires diz que havia mesmo parte do sindicato que fazia acordo separado, é realmente uma boa lembrança. O que ocorria era o seguinte: você fazia aquele pacto e, num determinado momento - isso ocorreu muito com os sapateiros - os patrões do sindicato dos sapateiros ofereciam uma coisa. Daí eles rompiam com o pacto e aceitavam. Houve um problema desses com o Sindicato dos Têxteis, por exemplo, que fez um acordo fora dos metalúrgicos, e os metalúrgicos fizeram um acordo maior. E daí, quando chegou a hora de assinar o acordo, a diretoria dos metalúrgicos disse que só assinaria se o acordo fosse estendido aos têxteis também. E não teve jeito, tiveram que assinar. Depois, como é que ficou a diretoria dos têxteis? Foi preciso arrumar gente dos metalúrgicos para ir lá nos têxteis avisar que o acordo deles tinha sido maior que aquele que a diretoria anunciou.

PIRES - Um fato que também me chamou a atenção aconteceu numa greve que se deu em 1965, a primeira greve depois da Revolução. Naquela greve a gente já sentiu uma diferença muito grande do comportamento do trabalhador em relação às greves anteriores a 64. Nas greves de antes de 64, com todas essas falhas que a gente já levantou em relação às lideranças, existia uma certa participação dos trabalhadores, que não se sentiam ameaçados diretamente. E já na greve de 65, eu me recordo, quando deflagrou-se a greve, existia como que um pânico junto aos trabalhadores. A gente percebia que se tinha parado, não tem a menor dúvida, mas não se sentia a mesma participação do trabalhador, aqueles questionamentos que se fazia antes.

FLORES - Outra coisa que eu acho interessante citar é que, com aquela forma de piquete, o pessoal ficava sabendo que existia greve, mas para não ter problema de perder o emprego, ficava dentro da fábrica, esperando o piquete chegar lá para depois sair.

Outra coisa que ocorria também era que quando se escolhia a comissão de salário, os dirigentes sindicais chegavam e falavam: "Olha, não vão dormir em casa porque na hora de vocês acordarem a polícia vai estar lá, e vai recolher vocês". E isso ocorreu comigo. Eu achava que era brincadeira, e resolvi ir em casa jantar, tomar banho. E aí bateram na porta, eram os homens, que me levaram pra não me deixar participar. E se deu um fato interessante, porque quando chegou na mesa redonda pra discutir lá com os patrões, a direção do sindicato disse: "Só discutimos se o companheiro que tá preso estiver aqui presente; senão nós não vamos discutir". Ai a delegacia teve que me mandar buscar, me trazer pra vir negociar.

Agora, eu acho que o que faltou também foi muito uma educação da classe operária. Mesmo o material que se tinha, os jornais sindicais por exemplo, estavam acima da capacidade de entendimento do trabalhador. Ele entendia o que era a luta econômica. Luta política ele nunca entendeu devido também a má orientação que se tinha. Mas, mesmo assim, eu acho que o movimento crescia; tanto é que, do meu ponto de vista, o golpe não se deu porque o movimento sindical era populista, como dizem. Eu acho que o movimento sindical brasileiro tava amadurecendo e se deram um golpe, ele não foi em cima do Jango ou dos ministros dele. O golpe foi dado em cima da classe operária e em cima do campesinato, que já começava a lutar por reforma agrária e outras coisas. E se tudo aquilo que faziam antes era populismo não havia razão pra eles darem um golpe como deram, ou melhor, transferir o poder da burguesia civil para a burguesia militar.

P: *Como dá para explicar o fato de que o golpe desarticulou esses vários movimentos e que, com exceção de algumas pequenas greves, a classe operária acabou entrando num período de descenso, tendo uma breve ascensão em 68 e outra só depois de se passarem mais dez anos? Por que esse trabalho que, como você diz, já estava se encaminhando para uma posição mais firme, mais adequada para a classe operária, não sobreviveu?*

FLORES - Em 1964 toda a liderança da classe operária foi esmagada, liquidada. E vocês vejam, por exemplo, que companheiros como Luís Tenório Lima, Antônio Chamorro, Afonso Delelis, José de Araújo Castro, Remo, ficaram por aí, até passando fome. Os líderes do movimento camponês foram todos liquidados. Alguns parlamentares que existiam foram presos e tá aí a história que vocês conhecem bem. Esse foi um dos motivos, e até hoje um

companheiro como Vitelbono sofre as consequências de ter sido presidente do Fórum de Debate Sindical. O companheiro Riani cumpriu pena, como Delelis e tantos outros. Então, a classe operária, que não estava madura politicamente, na hora em que perdeu a sua liderança, ficou aí sem saber o que fazer. E exatamente aquelas pessoas, que eram oposição ao sindicato na época, foram os interventores, e, até hoje eles estão aí nos sindicatos. São essas as razões. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, que é o mais forte, em 65 não conseguiu fazer uma chapa de oposição. Não é porque os trabalhadores não queria. Não fizeram porque, se vocês forem ver os jornais da época de 64, o Malvezi junto com o Julinho e outros entregaram pra polícia 1.800 delegados sindicais. E todos esses 1.800 perderam o emprego. Muitos companheiros tiveram que trocar de categoria, porque não arrumavam outro emprego na categoria metalúrgica. No movimento sindical de Guarulhos, onde o sindicato era novo porque as indústrias começavam a surgir, quem é que foi o interventor? Foi o Joaquim Andrade!

PIRES - Sem querer fazer pichação, pois essa liderança populista tinha o seu valor, eu acho que havia liderança representativa antes de 64; só que, a nível de base, a penetração não foi muito grande. Então, o que se chamou de Revolução de 64 catou aquelas lideranças que gritavam de fato, que realmente defendiam posições mais abertamente. Deu-se, então, aquilo que o companheiro Flores colocava.

Tem um outro aspecto importante que eu gostaria de sempre frisar, não como pichação, mas no sentido da gente fazer uma análise calma do problema. Houve um erro de cálculo de muitos companheiros da época, que na minha opinião quiseram queimar etapas: na opinião de boa parte da liderança, estava no momento de se dar um passo maior. No entanto aconteceu 64. E não havia uma certa quantidade de quadros que pudessem garantir uma maior vitalidade. Então, é de se imaginar que, com um impacto dessa natureza, não havendo maior quantidade de quadros, viria a acontecer o esvaziamento que aconteceu.

ESTANISLAU - Houve, realmente, em 64, um esfacelamento das lideranças, mas o que acho que estava por trás desse esfacelamento era a forma de condução, a forma como essas lideranças eram criadas e a forma como as raízes delas se amparavam dentro das empresas. Na greve de 1961, a primeira de que eu participei, eu fui pra casa e fiquei três dias em casa. Não havia ideia de um trabalho dentro da empresa. O delegado sindical não fazia um trabalho de delegado. Inclusive, no aspecto do reforço do trabalho, pra buscar um sindicato mais forte, ele não existia. Não acho que a atitude que tinha por trás disso era uma ideia mais nacionalista, que, como o companheiro Pires coloca, podia significar queimar etapas. É que se acreditava que o golpe não se sucederia, e o efeito disso é o de uma certa apatia. Não havia o desenvolvimento de um sindicato crítico, que levasse em conta a estrutura sindical, a limitação existente. Pois, qual é a força real que se tinha? Não se tinha direito de greve, não se tinha nada. Havia um cerceamento de liberdade do trabalhador na reivindicação de um salário que ele achasse mais justo pra sobreviver. O que havia era um manusear das massas pra reivindicações específicas. Isso aí era muito comum. Dentro do sindicato não havia uma ideia mais crítica de oposição como há hoje. Não havia, como há hoje, certos jornais que tentassem explicar o tipo de política levada pelo governo, ou por um sindicato, ou qualquer coisa do tipo. Então, o aspecto mais importante era o de uma política definida que se tinha, que não acreditava num golpe, mas acreditava numa aliança de classes; que procurava partir pra um desenvolvimento e o trabalhador seria a mola que ia dar a propulsão. Então, eu acho fundamental o aspecto político de encaminhamento. Esse aspecto do esmagamento foi consequência. Não se previa nenhuma forma de amparo a esses delegados. Não previa nada. Acreditava-se que a estrutura sindical que existia poderia aparar uma atitude mais agressiva da burguesia.

FLORES - Eu acho, também, que ocorreu foi o seguinte: existia uma certa ilusão por parte do operariado que vinha do campo e chegava em São Paulo. Eles viam o Getúlio como o pai da classe operária. Isso ajudou no problema do golpe de 64. Eu vi muitos companheiros que hoje estão a dizerem: "Agora vai ficar bom, vai vir a ditadura aí e a coisa vai melhorar". E logo em seguida do golpe, vocês se lembram que o Paulo Planet Buarque foi à televisão e fez os seus pronunciamentos. Disse que se faria uma autêntica reforma agrária, uma reforma universitária, uma reforma bancária. Eles deram o golpe com aquilo que o Jango,

junto com o movimento operário, estava tentando fazer as reformas. E demorou nada mais nada menos que 14 anos, até o trabalhador perceber que tudo aquilo era uma farsa. Eu acho que essa é uma das razões porque eles conseguiram se manter até hoje com a própria propaganda que eles fizeram.

PIRES - Não podemos esquecer todo aquele ufanismo que existia ainda em torno da estrutura sindical. Era ainda um ranço do trabalhismo getulista. Quando a gente fala de populismo, não apenas na vida sindical mas praticamente em toda a vida política do país, isso soa muito de perto. Outro fator importante, se me lembro bem, é que em 65 e até em 64, na época do Jango, ainda, como havia mais abertura da imprensa, havia denúncias abertas de um monte de coisas: de corrupção, agitação e, é claro, havia argumento como o que o companheiro coloca: "Vindo a ditadura essa coisa acaba, não vai mais ter". E é claro que depois do golpe, esse tipo de palavreado, de que se ia por ordem na casa, também funcionou muito. Isso dava pra sentir de perto em muito trabalhador. O trabalhador não tinha consciência para analisar que significado tinha aquilo. Quem tinha condição ou instrumento de comunicação nas mãos levava sua mensagem; levando sua mensagem tinha quase certeza de que ia conseguir; o outro, em contrapartida, não podia ouvir o lado contrário.

ESTANISLAU - Mesmo que a consciência do trabalhador seja melhor, a primeira ideia dele é a que tem que ter um governo duro. Isso porque ele realmente sente, em todas as negociações que faz com certos parlamentares, e tudo o mais as constantes perdas que ele tem.

O trabalhador não entendia realmente. Achava que tinha que ter um governo duro que acabasse com todo tipo de corrupção, com todo tipo de desmoralização que se passava.

P: *O que a gente estava discutindo do que o Estanislau e o Pires colocaram, isto é, que os trabalhadores gostariam de um governo forte, é verdade. Tanto que, a política, políticaIha e bandalho eram sinónimos. O fato de acontecer isso naquela época e de ainda hoje acontecer, será que também não refletia um despreparo político da classe operária? Apesar de todo o respeito que merecem aqueles companheiros pela luta que travaram, será que não houve erros políticos na condução dessa luta que permitiram que eles se isolassem da massa e que não fossem defendidos por ela quando veio o golpe?*

PIRES - Eu acho que essa pergunta praticamente já foi respondida por antecipação. Inclusive, a esse respeito, uma das coisas que me lembro é que a maior parte dos trabalhadores - inclusive eu - veio do interior. E por muito simples que fosse um camponês, o Getúlio Vargas ele já conhecia; sabia de alguma coisa que o Vargas fez, e aprendeu que foi em benefício dos trabalhadores e essa coisa toda. Você entende? E todo mundo costumava falar na ditadura de Getúlio Vargas. Que ele foi ditador, que tal coisa se corrigiu assim, assim, etc. Então, é claro que, com esse despreparo, não houve condições de criar quadros, e quando a gente fala em criar quadros tem que se definir que tipo de trabalho de politização o trabalhador vai poder acompanhar. Então, não tendo havido condições de fazer isso de forma mais sistemática, mais profunda, é claro que as reações só iam representar aquele pouco que o cara tinha na cabeça. Se você analisar quem era o trabalhador naquela época, vai ver que, de 55 pra cá, aumenta muito a vinda do homem do campo para a cidade. Foi vindo, foi vindo, foi vindo. E também você vai ter que analisar qual era a porcentagem de trabalhadores naquela época. Quantos anos faziam que eles estavam trabalhando na indústria? Que condições eles tinham com esse despreparo político? É claro que não vamos generalizar, dizer que todo trabalhador passa por isso mas, por aí, você pode ver a maioria.

Então, não havendo isso que a gente chama de consciência política mais profunda, é claro que se, nesse momento, as lideranças espetavam que os trabalhadores, a grande massa, fosse apoiá-las ou mesmo dar-lhes cobertura, isso não aconteceu. Quer dizer, veio o golpe de 64 e, com as lideranças mais expressivas, aconteceu isso que o companheiro já colocou.

WALDIR - Bem, de qualquer forma, um nível de preparo político existia em todo esse tempo. Então, eu gostaria que a gente aprofundasse como era esse preparo político. Deixa

eu esclarecer mais. Hoje, pela participação dentro das fábricas, eu vejo muito ainda no pessoal o aspecto legal das coisas. O pessoal tem um mínimo de preparo político e está ligado ainda a uma política que define o que é legal e que não é legal. Isso acontece, é experiência viva dentro da própria fábrica, não mais hoje, que o pessoal está ultrapassando isso, mas em uns tempo aí... O que definia o que podia fazer e o que não podia era o que ele conhecia por lei.

E então, talvez não houvesse um preparo político amplo naquele tempo, mas um mínimo tinha sim, e é preciso ver o trabalho do próprio delegado sindical, de que forma era esse trabalho político com o pessoal, se ele se restringia muito à própria burocracia sindical ou à própria legislação ou ao nível de consciência de classe - enfim, de que forma era naquela época.

P: *Procurando aprofundar isso aí, a bandeira ' política da época eram as reformas de base. De que forma os trabalhadores assumiam essas bandeiras? Que entendimento eles tinham de reforma de base?*

PIRES - Do que eu lembro da época e que a gente sentia dentro da fábrica, do jeito que todas essas bandeiras de reforma de base eram discutidas na imprensa abertamente, é claro que o trabalhador entendia a coisa e gostava dela. Agora, se ele tinha consciência do que significava isso aí, são outros quinhentos.

E aqui, Waldir, eu concordo com você. Quando a gente fala que não houve condições de um preparo mais profundo não quer dizer que não havia nada, porque se não houvesse nada, não se chegava ao que se chegou hoje. Você encontrava trabalhadores que tinham consciência, não há dúvida, mas a grande maioria não tinha condições de aprofundar: tá acontecendo isso, o jornal tá publicando por isso, e vai ter tais e tais consequências. Agora, o impacto da notícia, é claro que existia. Principalmente porque grande quantidade de trabalhadores estava vindo do campo. Você podia encontrar um ou outro que vendia um pedacinho de terra, mas o resto vinha corrido porque não tinha um pedaço de terra pra trabalhar. E, quando arrumava um pedacinho de terra, o que eles faziam não dava, pra pagar as dívidas no armazém. Disso aí eu tenho testemunho concreto porque eu vivi, pô.

ESTANISLAU - A respeito daquela visão de que o trabalhador queria um governo duro, eu acho que aí, o problema básico era uma ideia de um certo autoritarismo necessário pra se recolocar as questões a serem atingidas. Como o trabalhador não tinha uma participação democrática - como por exemplo: fiscalizar os seus órgãos e fiscalizar os que eles tinham eleito, enfim, participar do exercício da democracia que o operário tem que ter - então ele se prendia realmente a esse tipo de governo mais visual. Para limpar todas essas coisas que atrapalham, essas tramóias, esses desvios de dinheiro - a imprensa sempre falava de desvios de milhões e milhões - então toda a forma de autoritarismo era colocada, pois o trabalhador não via como se defender. Mas, no meu ponto de vista, a única defesa que ele tem é realmente um governo democrático, quanto à participação do trabalhador. Então aí, essa ideia de que se tem de pisar com bota firme, e colocar ordem na casa através de uma contra-ordem, tem levado o trabalhador a se confundir. Ele aceita inicialmente essa dureza, na medida em que não participou de um exercício mais democrático, mesmo na ideia mais simples como, por exemplo, a preparação de um grupo de estudo, ou uma ideia mais crítica sobre uma proposta de governo; coisas assim com que ele pudesse aumentar seu nível.

ZÉ PEDRO - Escutei a experiência dos companheiros das lutas do passado. Nesse tempo trabalhava, mas não tinha participação mais direta. Minha participação é posterior. Se tivesse começado naquela época, não teria enxergado muito porque participar. Aderia, mas sem saber porque estava aderindo, né? Sobre Gétúlio, populismo, o que os companheiros dizem está correto. Então, eu acho o seguinte. O que levou a todo esse processo que provocou o golpe em 64, e que hoje ainda a classe operária sofre, não foi a questão só do golpe. Aí tem também outra questão muito importante: tanto o operário brasileiro como toda a massa sempre foram educados com uma política da seguinte forma: "vamos eleger seu doutor e ele trabalha para a gente." O povo e os operários têm essa visão na cabeça. Eu me lembro que fui criticado em Osasco - eu tava encabeçando a chapa de oposição sindical - e eu sei de companheiros que me conheciam em 65, 66 que diziam: "por que o Zé

Pedro quer ser presidente do sindicato? Ele era um ajudante, não tem nem primário e quer ser presidente do sindicato." Então é uma visão de que só doutor é quem sabe fazer as coisas. Eu acho que é preciso educação da base num trabalho prático, discutir com cada companheiro, para ele perceber que tem valor. E que a participação política e social não é só pra quem estudou, e saber as coisas não é só pra quem estudou; é pra quem quer saber e procura saber. Então, eu acho que nas fábricas, bairros, se estendendo para os campos, deve-se ir formando grupos para, através desses grupos a classe operária ir se educando. Isso é pro trabalhador ter confiança nele próprio, e, a partir daí, enxergar toda uma conjuntura e o que ele e a classe dele representam. Então, é considerando isso daí que eu entraria nas greves de hoje, depois de 14 anos, de uma forte repressão por parte dos empresários, por parte do Estado. Essas greves de hoje são diferentes das greves de antes de 64, que eram de fora para dentro, greves de piquete. As de hoje são mais inteligentes; isso não quer dizer que mais tarde não se use piquete. É que, o que se fazia naquele tempo, levava os trabalhadores a ter medo e a achar que aquilo era bagunça. Mas tem outros jeitos de fazer greve! Essa de agora tá conquistando a massa trabalhadora e, o que é mais importante: vem devolver pro trabalhador a confiança nele próprio e na sua classe. Por que ele vê que não é preciso ter diploma, para conquistar as coisas pra ele. Não é o governo que vai trabalhar pra você. A gente conquista as coisas no momento em que nós usamos todo nosso potencial e organização, pra fazer pressão, para que eles cedam, né? Da conversa que eu tive sobre a greve com os companheiros na firma onde eu trabalho e lá no bairro, em Osasco, eu senti que ela conquistou a adesão dos companheiros e eles vêem que são capazes. No momento em que a gente tiver o mínimo de organização, a gente vai ser capaz de fazer as coisas. Os trabalhadores souberam aproveitar o momento político de hoje para fazer as greves. O que se errou no passado foi na maneira de levar lutas e organizar a classe operária. A política que sempre teve no país era a de levar cada pessoa a acreditar nos poderosos lá em cima. Então hoje, o que nós temos que fazer é mudar isso daí. Pra começo de conversa, é transformar a nossa mentalidade e a dos grupos que a gente vai conversando. Que a gente é que tem que se organizar pela bases e aí conquistar um sindicato forte, e um monte de coisas.

P: *Quanto à questão da confiança dos trabalhadores no paternalismo, isso ocorria em algumas camadas e continua ocorrendo. Mas, na medida em que os trabalhadores começam a tomar consciência de que eles é que têm que resolver os próprios problemas, isso não poderia levar a classe operária a um certo temor a qualquer tipo de organização política? Isso também não poderia levar a uma certa compartimentação dela, a ponto de dizer como o Lula falou: "a melhor coisa que estudante pode fazer é ficar na Universidade"? Dá uma visão assim de certo estreitamento do papel da classe trabalhadora. Ela vive alguns problemas que são também de camadas próximas a ela. Acho que esse tipo de desconfiança, que é justa, levada ao extremo, tende a fechar um pouco a classe trabalhadora. Quereria ver como você vê isso.*

ZÉ PEDRO - O fato de todo trabalhador consciente hoje não acreditar em poderosos, em políticos, não impede que o trabalhador faça crescer sua mentalidade e não impede que ele crie canais de participação que sejam políticos também. O problema é que ficava antes só nisso: você elegia os caras e esperava que depois eles fossem fazer as coisas por você. Além de votar no indivíduo é preciso organizar pelas bases e pressionar, para que ele trabalhe também, de acordo com um programa. E esse trabalhador também tem que participar desse programa, certo? E do controle dele. A gente precisa se somar com todas as camadas da sociedade que visam uma sociedade nova.

P: *Você falou, Zé Pedro, sobre as greves anteriores identificadas como bagunça. As greves atuais foram ordeiras, dificultando até a repressão. Como você caracterizaria a greve de 1968 nesse quadro? Como você sabe, tanto Osasco como Contagem não foram greves de piquetes. Foram greves surgidas de dentro das fábricas. No entanto, também não tiveram esse caráter mais pacífico. Até implicaram em ocupação de fábrica, etc.*

ZÉ PEDRO - Acho que a realidade de hoje é diferente. Acho que as greves, como saíram

hoje, foram boas para os trabalhadores se organizarem. Não quero só condenar a maneira das greves de antes de 64, e a de Osasco em 68. Eu acho que tiveram bastante falhas, mas o que se esperava ali eram coisas fundamentais. Por isso eu acho que era necessário, mesmo, que as greves de hoje, saíssem da maneira que estão saindo, para conquistar o trabalhador para etapas futuras. Se hoje tivesse greves como em 68 ou antes de 64, elas ainda não seriam toleradas.

TONINHO - Na greve de 68 em Osasco, toda a bagunça e desordem começa pela polícia, pela repressão. Quando se pensava em fazer greve lá, tinha pessoas que pensavam em cortar fio de telefone, prender chefe lá dentro, aquele negócio todo. Isso era uma das coisas que estavam no programa da greve. E, no entanto, o pessoal fez a greve e não aconteceu nada disso. Apesar de ficar um dia inteiro lá dentro, foi uma greve limpa, bonita. Inclusive vou citar uma passagem de um sujeito lá dentro que dizia: - "Uma greve bonita que nem essa, não pode ficar no escuro" e saiu acendendo as luzes lá dentro quando começou a escurecer.

ZÉ PEDRO - Mas houve prisão de engenheiros, de chefes. Pelo menos lá na Cobrasma.

TONINHO - A prisão dos engenheiros não foi bem assim. Os engenheiros não foram presos. Eles mesmos se juntaram num local lá e, com medo, se fecharam numa sala e colocaram mesas, cadeiras um montão de coisas na porta. Quando se falou em explodir a bomba de gasolina, aí eles se assustaram e queriam sair, né? Mas aí tava com tudo aquilo lá na frente... O pessoal ficou o dia inteiro pacificamente. Teve a janta e os engenheiros foram jantar com a gente. Só que eles tiveram que comer a comida de peão também. E até 9 horas da noite não teve nada. Depois que a polícia invadiu, criou todo aquele clima. Se hoje a polícia invadissem a fábrica e obrigassem o operário a trabalhar, também não saía greve e talvez a turma tivesse que voltar aos piquetes pra querer parar do lado de fora. Isso, se o pessoal estivesse bem organizado. Hoje a época política é diferente. O governo que está aí criou muita coisa contra ele; a meia dúzia que está aí se desgastou sozinha. Então, numa hora dessas, eles devem ter usado a cabeça para não reprimir os trabalhadores. Se reprimissem não saía greve. E não ia sair bonito não. Ia ter gente presa, talvez até gente morta e ia dar impressão de bagunça. Não se chegaria a um acordo do jeito que foi chegado. Os acordos foram feitos porque os patrões não conseguiram força pra reprimir os trabalhadores.

PIRES - Quando surgiu a Aliança para o Progresso já havia a disposição de combater o que se chamava de comunismo, esse troço todo.

Nessa época, segundo os mais entendidos, apareceu a tal "doutrina da fome": o que estava despertando maior consciência do trabalhador na América Latina era o aspecto fome; então, pensavam, vamos dar um jeitinho nela pra ver se a coisa se acalma.

Mas isso não aconteceu e então veio o golpe de 64. E, pela imprensa da época, dava-se a ideia de que o golpe veio só pra acabar com a "baderna" e que, em seguida, viria a normalidade. Aí tem 65; em 65 ainda houve greve e em 68 também. E não tenho a menor dúvida de que 68 ainda está muito ligado a 64. Se pensava num clima de abertura. De 64 a 68 são 4 anos e, depois, de 68 a 78 são 10 anos. Havia muitos trabalhadores de 68 que já estavam atuando em 64.

Outro aspecto importante é o peso político da greve. Em 68 o sistema ainda estava pra ser provisório, mas veio outro esquema e retraiu a classe operária e só depois de 10 anos ela se manifestou. Então, se você pega o peso político de 78, vai ver que é bem diferente. Hoje, se você conversar com vários trabalhadores, ninguém diz que a greve está errada, dado o desgaste da política de arrocho salarial. O salário chegou num ponto que não dá mais. Na greve de hoje o trabalhador pode não ter condição de entender muita coisa. Mas basta haver qualquer tipo de movimentação e já há condições de paralisar. Estou chamando a atenção para isso porque - é claro, temos que valorizar a coisa - mas é pra gente, como trabalhador, poder acompanhar tudo passo a passo e não correr o risco de tombar num prazo muito curto de tempo. Nesse sentido eu colocaria, como sugestão, que a gente analisasse o peso político da greve.

VALDIR (C.P.) - Numa entrevista no "Em Tempo", perguntava-se se em 78 houve greve

ou paralisação. Muito operário disse que era paralisação porque a turma não se reunia nem fazia assembleias dentro da fábrica. Essa é a diferença importante entre as greves de 68 e 78, pois lá em Osasco eles usaram o espaço da fábrica como achavam que deviam, para discutir, se organizar e fazer assembleias. Para entender as tomadas de fábrica em 68 não basta falar em radicalização por causa do clima político. Como segurar uma greve naquela época? Os caminhões iam buscar os operários em casa para trabalhar, o rádio noticiava que a greve tinha acabado e a cidade tinha sido ocupada militarmente. Não havia clima de negociação como em Contagem; o Passarinho foi lá dialogar e tudo. Em Osasco já começou diferente, eles não estavam a fim de ceder nada. Naquele clima repressivo, a única maneira de manter os companheiros organizados e discutindo foram as tomadas de fábrica, ainda mais com a intervenção no sindicato. Outra diferença importante é que as greves de 68 já saem diferentes de 64. Sem apoio da estrutura sindical, sem deputado dando apoio, com ditadura, e, por isso mesmo, greves que tiveram que partir de dentro das fábricas sem nenhuma força de fora. Surgiram a partir de comissões de fábricas, como a da Cobrasma. Nesse sentido, as greves de 68 são mais próximas das de 78 do que das de antes de 64, porque foram greves tiradas pela base. Então, eu gostaria de colocar uma questão, antes de 64, se colocava para os trabalhadores, além das questões econômicas, uma participação política: apoio a certos parlamentares, a questão do nacionalismo, as reformas de base. Em 68 você tem uma nova situação, sem participação política mais ampla. Então deve estar se colocando uma outra questão política aí, que não é mais aquela que tinha antes de 64. Os trabalhadores vão ficar só no nível das questões econômicas, ou vai aparecer alguma coisa no nível político?

FLORES - Infelizmente, tem pouca coisa escrita sobre a classe operária brasileira. Mas esse tipo de greve que foi feita agora se deu também em 53. Em 1953, os 32 dias de greve se iniciaram dentro das empresas. As lideranças sindicais eliminadas em 64 estavam, em 1953, dentro das fábricas. Depois de 5 dias de greve, a polícia cometeu um erro na Santista, puseram a cavalaria lá e inclusive matou mulher grávida. E com isso houve uma revolta geral e foram 32 dias de greve. Essa greve de hoje surge em função de um arrocho salarial que vem esmagando o trabalhador. Outra questão é o momento político atual. Não quero dizer que se houvesse espancamento seria igual a 1953, mas poderia dar uma revolta e todo mundo cruzar os braços podendo até mudar o regime totalmente. Pois em 53 mudou toda a estrutura política do Getúlio e caiu todo o Ministério.

Outra coisa: as greves de hoje só surgiram porque está começando a existir liderança dentro das fábricas. Podem ser encaradas como espontâneas, mas onde surgiu greve havia pessoas que tinham, embora pouco, conhecimento político. Onde existem melhores quadros políticos, como é o caso da Ford, a greve teve mais consequência. Esse movimento sindical, atrelado como é, ainda tem um lado positivo no ABC, pois o sindicato ainda é um lugar onde dá pra discutir os problemas da categoria. Em São Paulo não dá nem pra isso; se quiser ir lá discutir, nem sei o que acontece. Dentro do próprio oportunismo sindical, nós encontramos em S. Bernardo, um Paulo Vidal. E Paulo Vidal teve uma característica totalmente diferente de todo esse peleguismo que tem aqui: ele é o homem que prega o sindicalismo americano no Brasil. E a oposição sempre teve espaço para atuar lá. Em S. Caetano, por exemplo, Manezinho deixou muito, foi um dos melhores dirigentes depois do golpe. Era um cara que de manhã à noite ficava conversando com operário. Tanto que pagou por isso. Em Santo André o sindicato é de oposição. Além disso, a oposição sindical está aí. Vejam que já em 72 a palavra de ordem da oposição sindical era a de "operação tartaruga", e já em 73 essa palavra de ordem deu resultado em quase todo o ABC. A palavra de ordem de "operação tartaruga" nasceu nas paróquias que é onde dava pra se reunir. Da perda salarial de 73/74 só não soube quem não quis. Publicações da FNT, boletim da Pastoral, grande e pequena imprensa, todo mundo denunciando. Isso tudo criou um clima, teve grandes assembleias, e chegou ao ponto da parada da Scania, e aí a coisa se desenvolveu. Então, onde houve maior denúncia a greve foi surgindo muito mais rápido.

Comparando a de 68 e essa de 78, acredito que houve um amadurecimento. Hoje compreende-se que não basta o cidadão sair de uma escrivania ou duma faculdade, ir lá na porta fazer agitação para o operário entender. O amadurecimento foi de perceber que é preciso organizar. Há muita autocrítica entre os companheiros que participaram da greve de Osasco. O puro e simples fato do cidadão entender que não deve deixar uma faculdade prá

ser operário biônico, acho que já é um amadurecimento muito grande. E se vocês forem analisar ainda hoje, onde você tem um operário biônico, não se conseguiu fazer nada. Ele se entusiasmou com as outras greves e foi agitar na base do entusiasmo; os operários não estavam preparados ainda pra aguentar o repuxo e tiveram que recuar. E aí acatou saindo o acordo de 8% e, 6% e até mesmo não saindo o aumento. Bom, eu acho que é todo esse tipo de coisa que agente realmente vai ter que analisar pra você poder deixar aí pros futuros companheiros alguma coisa que a gente fez, que companheiros do passado não deixaram pra gente. Agora é claro que depois do Passarinho ir lá em Contagem, chegar lá, o que conseguiu também foi na base do esmagamento. O Passarinho, quando chegava aqui em São Paulo, dizia: "pô eu acabei com uma greve lá em Contagem; em Osasco vai ser mixaria, aqui com um soprão eu acabo com isso". Quer dizer que naquele momento inclusive o próprio operário não tava preparado pra aguentar o repuxo. Como eu também não acredito que, se tivesse tido um repuxo, a gente tinha condições de aguentar. A prova disso é que a Volks não aguentou. E o repuxo que deram na Volks não foi grande não. Agora vocês imaginam se eles chegam lá com os "meninos" e tomam a fábrica em menos de 10 minutos. Vocês lembram que em 72 foi ensaiado, com um pelotão de choque da PM, como se ocupar uma fábrica; e uma das fábricas que foi ocupada aí no ensaio foi a Caterpillar. E ocupavam a fábrica inteirinha, com cachorro e tudo. Agora não houve isso, e é exatamente o momento político que a gente tá vivendo, e também um amadurecimento.

ESPINOSA (C.P.) - Pegando o lado do governo, 64, 68 e 78 apresentam algumas diferenças. Em 64, embora inúmeros operários fossem presos, havia um certo clima, uma certa democracia, alguns direitos sindicais, possibilidades de reunião em sindicatos e até apoio de cima às vezes, facilitando inclusive a ação de piquetes. Com o golpe, os piquetes ficaram impossibilitados; seriam facilmente reprimidos. Em Contagem, foi uma greve sem piquetes que pegou o governo de calças curtas e acabou sendo obrigado a ceder os 10% de abono. Em Osasco a situação da classe operária já havia mudado, os piquetes já eram impossíveis desde antes e o governo já estava preparado, desde Contagem, para tomadas de fábricas. Quer dizer, eles já sabiam que o governo não cederia facilmente. A classe dominante, a burguesia, estava unificada, quer dizer, ela sabia o que queria. Já não existia mais a surpresa que Contagem tinha utilizado. Então, quando o pessoal vai para a greve, é ou vai ou racha, é tudo ou nada. Também, como a experiência de 64 estava próxima, havia a vontade da desforra. Também havia o movimento estudantil e uma porção de coisas que criavam a ilusão de transformação mais ampla. Então pensava-se: se der uma forcinha agora, vai ser possível mudar coisas muito mais significativas do que essas. A ocupação da fábrica, no caso de Osasco, ocorre, portanto, porque não havia outro jeito, quer dizer, a briga econômica, tinha que passar também pela briga política. Caso contrário você não tinha como sair, a repressão baixaria seca e impediria as coisas. Além disso, a greve foi organizada pensando numa ocupação de fábrica por uma outra razão, uma coisa que se dizia muito: na medida em que os operários ocupassem a fábrica, eles iam ver que a fábrica era deles; na medida em que eles controlassem a fábrica estariam também aprendendo a comandar a fábrica. E isso, na visão daquela época, era uma aprendizagem na direção de um regime dos trabalhadores, em que o comando das fábricas fosse feito pelos trabalhadores. Hoje a gente vê, com toda a clareza, a ilusão que isso significava. Agora, o que possibilitou a greve de Osasco - aliás, a de Contagem também - foi a existência de um trabalho anterior ao próprio golpe de 64, feito pela Frente Nacional do Trabalho, que naquela época se opunha à direção do sindicato. Além disso houve o trabalho de algumas pessoas como Ibraim e outros, que já divergiam de uma orientação oficial, inclusive voltando-se para o trabalho de fábrica. Quando veio o golpe, todo o trabalho montado sobre a estrutura sindical foi destruído, mas esse trabalho permanece, e praticamente não é afetado pelo golpe. Em 65 surge a comissão da Cobrasma que acaba ocupando esse espaço muito rapidamente; quer dizer, Osasco fica isolada, sem condições de estender o movimento porque, nessa época, as oposições sindicais estavam fracas nos outros lugares. Acho que isso permite explicar aquela greve e até algumas limitações dela, como um certo desespero: 64 estava nas costas - ocorrerá há 3 anos - e a greve significou uma lavada na alma, com uma baita esperança. Agora, a greve foi derrotada: as pequenas concessões, que as empresas deram depois não foram vitórias; foram mais formas de aplacar a ira. Essa derrota acabou repercutindo sobre toda a classe operária. Eu acredito que até antes dessas últimas greves, em Osasco, houvesse medo de fazer greve; porque o pau não foi brincadeira...

Bem, eu vinha naquela linha do governo. Então, em 64, um governo populista criava certas facilidades; em 68 havia um governo repressivo; hoje, em 78, a gente tem de novo uma situação semelhante à de 64. Não que o governo seja populista, mas é que ele próprio está se vendo às voltas com uma série de contradições, inclusive dentro dos próprios quartéis; a própria classe dominante está dividida. Então esse é um elemento a mais na análise do Flores: você tem um trabalho de organização, que é, no entanto, facilitado por um momento em que o governo não tem condições pra baixar o pau com o consenso da classe dominante e da classe média. E o pouco de trabalho que existe dentro das fábricas permitiu a greve. Em 68 o governo estava unificado, a classe média estava sendo ganha - com exceção dos estudantes - só que havia um baita trabalho de base, muito desenvolvido, que inclusive permitiu conquistar o sindicato. Numa fábrica central de Osasco, como a Cobrasma, 90% dos eleitores, nas eleições de julho de 67, tinham votado na chapa verde, de oposição.

FLORES - Ainda em relação a 68, há algumas coisas que ainda não foram comentadas. Quando aquele grupo de dirigentes sindicais saiu daqui de São Paulo e foi levar apoio aos operários de Osasco, naquele mesmo dia, a gente tava preparando greve em São Bernardo e em São Caetano. Num ato de desespero nós paramos a Arno por três horas. Um ato de desespero que causou a dispensa de 300 operários. Não só isso como também nós perdemos todo um trabalho que existia dentro da Arno. Foi exatamente nessa base: estudante chegou lá na porta, tez agitação; nós fomos para aquele larguinho que tem ali na frente da Breda, e reunimos o pessoal. Aí todo mundo caiu fora. O Borges olhou prá mim e falou: "como é que nós vamos fazer?" Não tinha outra coisa... digo pro Borges: "só se alguém desligar a chave geral". Quero ver se essas mulheres param ou não. Aí, alguém desligou a chave. Os chefes mandaram ligar, mas ninguém ligou. Enquanto a Light não chegou lá e ligou, ninguém ligou, nem os eletricitistas da Arno. Em compensação, meu velho, era aquele negócio: fulano, fulano, fulano... e você ia saindo, e os homens iam pedindo a carteira. Foi eu, foi o Borges, e muitos outros.

P: *Isso foi em 17 de julho, não?*

FLORES - Foi, foi no dia em que o pessoal foi lá levar o apoio dos operários. Depois disso, eu fiquei que não dava nem pra ir ao Sindicato. Eu e o Borges ficamos mais ou menos 4 meses sem poder ir ao Sindicato, porque os caras que foram mandados embora achavam que os únicos responsáveis por ter acontecido a greve foram o Borges, eu e o Carlos Furlan.

PIRES - Para entender o que aconteceu em Osasco e Contagem, sobretudo em Osasco, a gente não pode esquecer o 1º de maio de 68, que também ajudou muito a impulsionar os operários para a greve.

Apesar de tudo, a oposição em S. Paulo via a greve com certa reserva. Na véspera da greve de Osasco, a oposição de S. Paulo foi consultada pra ver que tipo de apoio dava. E eles não viam com otimismo a possibilidade de enfrentar o problema. Mas quando se partiu pra greve lá em Osasco, a oposição de São Paulo não recuou e apoiou o movimento. Então foi aquilo que todo mundo já sabe: o pau que caiu em cima dos trabalhadores, gerando um clima de medo, porque tanto caiu cacete de cima, como se buscou uma forma de publicitar o que se estava fazendo: "tá vendo? aí tá o exemplo; se alguém fizer greve vai sofrer o mesmo".

Eu gostaria de chamar a atenção ainda pra dois aspectos importantes: o companheiro Valdir colocou o problema legal, de se fazer um trabalho mais ou menos dentro do legal. Agora, se você pega um reivindicação que é considerada legal, antes de 64, ou antes de 66, e se você pegar o que se poderia chamar uma reivindicação legal já em 68, com a lei do arrocho salarial, já há uma diferença muito grande. Se você pega hoje, a diferença é maior ainda. Eu queria também chamar a atenção para o que o companheiro Flores colocou: todo o clima que foi criado entre os trabalhadores que, quando se falava de se aproximar do sindicato, ou de se aproximar de algum companheiro que tinha qualquer tipo de implicação, a situação era tão danada para os trabalhadores, que o cara parava duas vezes pra pensar.

Voltando um pouco no tempo: antes de 64 os sindicatos dos patrões e os sindicatos dos

trabalhadores discutiam os aumentos salariais. O Ministério do Trabalho entrava, sim, como árbitro da questão, mas a influência dele não pesava tanto. Depois de 64, chega um momento em que o governo diz o seguinte: vocês podem discutir quanto vocês quiserem, a decisão é a política salarial do governo que vai permitir. Aí entra toda a perda do poder aquisitivo do trabalhador, cada vez mais violenta. E aí tem um problema: mesmo aqueles trabalhadores, companheiros, que não tiveram condições de conhecer alguma coisa a respeito do arrocho salarial, a respeito do baixo poder de compra do salário, sem que ouvissem nada de ninguém, o estômago deles tava acusando há muito tempo - e o estômago acusa, entende? Agora, você soma tudo a isso que o companheiro Flores falou, que é o trabalho das oposições, a contribuição da Frente Nacional do Trabalho, o trabalho dos poucos companheiros que restaram; junta também a situação de fome dos trabalhadores - os salários baixos, esse negócio todo - e agora, neste momento, você pode fazer uma análise mais concreta do que está acontecendo a respeito das greves.

Outro aspecto que me chama a atenção, é o próprio clima de agora. Se a gente acompanhar a imprensa do dia 12 de maio, por exemplo, você nota a preocupação de todos que eram entrevistados em dizer que era uma paralisação e uma paralisação espontânea. Então você pega do dia 20 pra cá, você já começa a sentir alguém colocando já a palavra de **greve**. É o trabalhador que começa a sentir confiança na sua própria participação. Agora uma coisa que eu gostaria de colocar como observação é o seguinte, e eu gostaria de ser criticado amanhã, entende? E é claro que eu ia dar a mão à palmatória se estivesse errado esse raciocínio: é que dentro dessa conjuntura, se você for fazer um questionamento mais concreto, são poucos os trabalhadores que têm condições de fazer uma análise concreta a nível conjuntural nesse momento.

Eu concordo que são raros os trabalhadores com condições de fazer uma análise conjuntural. Mas você não acha que a classe **sente** que a coisa tá diferente?

PIRES - Sente.

ESPINOSA - Em 68 também ela não era capaz de analisar. Mas sentia que a barra era pesada.

PIRES - Mas, veja, companheiro. Muito boa essa questão. É claro que sente. E uma das causas é tudo isso que já foi colocado aqui. Outra coisa é sentir. Outra coisa é ter consciência com mais clareza. Esse é o problema.

FLORES - Outra coisa que a gente tem que endender é o seguinte: hoje você encontra velhos companheiros metalúrgicos e eles vêem você assim, e vêm abraçar, vêm conversar. E de 68 até 76 esses companheiros, quando te viam, desviavam.

ESTANISLAU - Para estabelecer um paralelo entre 68 e 78, a gente teria que pegar muitos dados, pra caracterizar profundamente as distâncias que existem. Mas se a gente se reportar pra situação política de 68, temos que lembrar que, realmente, o processo que a burguesia colocava de recuperação da economia estava dando certo. Os trabalhadores estavam realmente pagando o arrocho salarial; as forças de dominação estavam fortissimamente ligadas, devido ao desenvolvimento que já começava a se acelerar, já começava a ganhar expressão. Os patrões começavam realmente a acumular e, nisso daí eles começavam a se entender; e eu acho que a greve de Osasco não acreditou nisso. A greve de Osasco acreditou que 35% era uma questão fundamental para a queda do arrocho salarial e que realmente provocava a crise econômica, entende? Que isso daí possibilitava um avanço real. Então, Osasco sentiu instintivamente que algumas questões estavam se modificando, mas ao nível de uma análise mais profunda, ao nível do pessoal que atuava, essa questão não era presente. E vamos avançar um pouquinho mais: quanto à questão da tomada da Cobrasma lá em Osasco, eu acho que ela tinha inclusive influência "debraysta". Então, tem umas questões que são realmente muito específicas de Osasco: desde o próprio encaminhamento das dissidências até toda uma atividade de tudo quanto é grupo de oposição.

A vanguarda de oposição política ao regime praticamente estava em Osasco, não em São Paulo. Essa vanguarda é que estimulou toda uma concepção de avançar, de que era o momento do trabalhador realmente ir à forra em algumas questões que estavam sendo

adotadas dentro da política do arrocho salarial. Isso daí, de certa forma, impediu o desmembrar para outros setores. Acho que não é só porque São Paulo recuou. Acho que São Paulo não sofreu o processo de discussão que Osasco sofreu. Eu me lembro muito bem do tipo de literatura que a gente lia no CEO, por exemplo. Vamos e venhamos, né, a gente lia Debray, pô. Quer dizer, o clima de Osasco não era qualquer brincadeira, entende? Além disso havia a aliança com o movimento estudantil. A íntima ligação Operário-estudantil era uma realidade em Osasco. Então aquele negócio de zona libertária, parece que enchia a cabeça da gente também, sabe?

O que explica a situação de hoje é mais ou menos o que já foi dito pelos companheiros. A burguesia não está, vamos dizer, de mãos dadas. Existe crise e, dentro desse processo de crise, se formou, através dos paus que a classe teve, uma certa liderança que de certa forma também foi um desmembramento de dissidências. E São Paulo teve a felicidade de aglutinar essas tendências e de partir para uma definição maior do que eram essas experiências dos núcleos de fábricas, das comissões e de como capitalizar tudo dentro do sindicato. Então, as greves de hoje em São Paulo são semelhantes à de 68 quanto à formação dos núcleos de empresa surgidos através de um trabalho de alguns anos de instalação, nas empresas, de companheiros combativos que procuravam organizar essa tal de comissão. O que são essas comissões? São grupos de operários que começavam a fazer alguma coisa dentro das empresas. Então começaram a surgir paradas mais atrevidas. Nesse ponto, São Paulo é um pouco diferente de São Bernardo. Tanto é que em São Bernardo o sindicato tem uma atividade muito maior. Ele aglutina mais. Nós, metalúrgicos de São Paulo; pressionados por um pelego policial; aprendemos muito com as experiências de Osasco e de Contagem e consideramos que avançar na organização dos núcleos de empresa é fundamental para ativar a consciência do trabalhador. Diante de tudo isso, a esquerda se perde dentro de um mar que ela não sabe como lidar. Ela não sabe como enfrentar o Lula, por exemplo. Ela nunca conseguiu enfrentar o Lula. Ou ela endeusa o Lula, ou ela mata o Lula. Não tem uma política correta quanto ao tratamento do Lula, quer dizer, o papel que o Lula joga nessas questões. Bom, mesmo sem ser muito leitor de jornal, dava pra se perceber que a situação de São Bernardo estava muito propícia pra se tirar as greves. Então, na ocasião das greves, não é que o Lula foi pego de surpresa. Eu acho que não foi pego de surpresa. Havia um clima agitativo sobre a reposição de 73, 74 e o Lula sabia perfeitamente, entende? A greve era uma questão da ordem do dia. Na negociação que o Lula fazia com os patrões, pe-dia pelo amor de Deus prós caras fazerem concessões. Isso era pra capitalizar, pois a política que ele levava era a política de negociação, que não necessitava de um exercício de força.

Nesse aspecto, o Lula conseguiu ser realmente o elemento esvaziador das posições mais consequentes de São Bernardo. Quer dizer, por incrível que pareça, a oposição em São Bernardo desapareceu. Eles tinham uma crítica homérica à gente, que é a oposição de S. Paulo: diziam que a oposição de São Paulo não atuava no sindicato; que a oposição de São Paulo privilegiava as comissões; privilegiava os grupos de empresa e esquecia a atividade sindical. E aconteceu o contrário, né? A gente avançou no sindicato e mostrou que quem estava errado eram eles, que não sabiam colocar o Lula no seu devido lugar. Isso não quer dizer que as greves não saíram principalmente de dentro das fábricas. Mesmo sem uma atividade maior da oposição - pois a oposição, com todo o trabalho que teve, ainda foi a reboque das greves, ainda não tinha uma política de greve - mesmo assim, as greves surgiram nos lugares que tinham grupos de fábrica. E foram greves que inclusive, tinham tendências violentas, se houvesse repressão. Enfim elas representam realmente um acúmulo de experiências que foram colocadas setor por setor. E mesmo a rotatividade dos trabalhadores - há épocas em que tem mais gente desempregadas do que gente empregada - a rotatividade permite que essas experiências sejam ramificadas, certo? Então, o avanço da greve hoje, a distância que existe entre 68 e 78, é porque essa experiência acumulada permitiu, de certa forma, uma irradiação maior. Quer dizer, a divisão das classes dominantes permitiu, inclusive, até a cobertura da Folha de S. Paulo. Então, permitiu um certo estender da luta. Pra vocês terem uma ideia, nos relatos que a gente tem feito na comissão, greve tá sendo uma coisa tão fácil de tirar, mas tão fácil de tirar, que, com uma porcária de boletim, escrito "direito de greve", sai greve!

FLORES - Sai greve!

ESTANISLAU - Tranquilo. Outro dia uns companheiros estavam comentando uma anedota que dá uma ideia disso. Dizem que um companheiro foi a uma fábrica e lá os trabalhadores perguntaram: "como a gente faz pra parar?" Então ele disse: "olha, a experiência que os caras têm feito é essa: fazer um boletim marcar a hora, ver se os companheiros estão firmes e tudo o mais, né?" Os outros disseram: "então você traz o boletim, que amanhã nós vamos parar essa porcaria... No outro dia esse companheiro levou o boletim, tal, e foi distribuindo. Dali a pouco o cara voltou e falou assim; "olha, se você quiser parar de distribuir e se quiser parar de falar, pode parar. Já tá tudo parado lá dentro." Quer dizer, coisas assim mostram como está o clima. Se quiser parar com boletins, o clima tá tão de parada, entende?, que pára! Então, nesse aspecto, a diferença que há é que, em 68, o clima era de terror, de repressão. Hoje o clima está mudando e há a presença de toda uma força do movimento operário que acumulou, vamos dizer, toda forma de organização que já se teve e que tá permitindo um certo avanço.

VALDIR - Falou-se muito no Lula, que a oposição não sabe enfrentar. Flores falou sobre o sindicalismo americano do Paulo Vidal. Acho que essa é uma preocupação importante, porque hoje se fala no contrato coletivo e na negociação direta e se diz que um dos perigos que estas questões apresentam é o fato de que setores mais fortes, como o metalúrgico, tendem a avançar para uma situação econômica melhor, enquanto o resto da classe operária tende a ficar mais atrasada. Diz-se também que esta é uma tendência do sindicalismo americano. Como se enfrenta este problema?

ESTANISLAU - Lula é contra a unificação do movimento operário, contra a CGT. O Lula quer compartimentar o sindicato, quanto mais melhor, porque enfraquece a categoria e ele, do setor da automobilística, certamente representando um dos sindicatos mais fortes, teria mais condições para barganha. A crítica que se faz ao Lula é que ele, dentro da força que tem, não está avançando na crítica à estrutura sindical.

Ele está negociando diretamente com os patrões, não está convocando a categoria. Ele não está avançando, por exemplo, em questões como: o que é uma livre negociação? O que um contrato coletivo de trabalho implica? Para o Lula a crítica se coloca só a nível sindical. Por exemplo, na comissão de salário de 1973 e 1974, para a reposição salarial, ele não queria uma comissão aberta. Ele queria uma comissão limitada, mas perdeu, a assembleia votou contra. Ele joga com uma determinada política que não avança certas questões. Dá a entender que ele compactua com essa estrutura sindical, pois ele não tenta avançar no rompimento de algumas questões: a colocação do contrato coletivo de trabalho, da livre-negociação e do direito de greve. Ele não faz a categoria assumir isso de uma forma mais consequente. O pessoal da Ford, por exemplo, não aceita muito o Lula porque ele negociou a parada da Ford em 1975, como o Joaquim na Villares, em 1973: ele vai, desmobiliza o trabalhador e faz a negociação por cima. Passa a fazer assembleias no sindicato. Um tipo de política que se deve ter com o Lula é mostrar o calcanhar que ele expõe, mostrar que o que ele faz é colocar a perspectiva de um sindicato divisonista.

VALDIR (CP.) - Em Osasco houve uma experiência que me parece importante, iniciada depois da greve de 68 e cortada no fim de 69. Foi a tentativa de transferir a infra-estrutura das comissões de fábrica para os bairros; primeiro, como forma de as pessoas garantirem condições de continuar se reunindo quando houvesse uma greve. Segundo, para criar uma solidariedade horizontal entre diferentes categorias, pela base. Porque pode-se ter uma CGT que reúne cúpulas sindicais, sem ter aquela força que permite educar e fortalecer uma solidariedade pela base, com outras categorias.

ESTANISLAU - Isso nunca foi abandonado. A experiência de Osasco marcou as pessoas que participaram. Elas foram vendo todas as implicações que fortaleciam o movimento. Hoje, as coisas estão difusas, uma série de coisas que estão se juntando, ainda não estão presentes na cabeça das pessoas. O resultado, por exemplo, é o uso das sociedades de amigos de bairros, o uso dos clubes de mães, dos cursos de base, de toda uma infra-estrutura que está sendo colocada em funcionamento. Outro exemplo importante: as greves de São Paulo só saíram pela criação de "inter-fábricas". Isso foi decisivo e oportuno. E surgiu assim: o pessoal tava reunido e veio um grupo de trabalhadores, dizendo que queriam parar. Aí perguntaram: "E qual a proposta de vocês?" "Pêra aí", responderam, "não temos proposta nenhuma". E esse pessoal já ia recuando, mas um cara atrevido lá falou:

"Vocês estão querendo parar. E tem um montão de firmas que estão querendo parar também. E se nós fizéssemos uma reunião?"

Esse foi o início do movimento. (Não na Toshiba, porque lá o movimento foi um desdobramento de São Bernardo e Santo André). O resto das greves que apareceram em São Paulo foram facilitadas pelo "inter-fábricas". Muitos companheiros acharam que o caminho é esse: as fábricas se reunindo no "inter-fábrica" para fazer sua reivindicação concreta e sua organização específica e sua parada. O apoio que os bairros podem dar pra isso é muito interessante. Santo Amaro, por exemplo, é um bairro tipicamente operário, que pode dar uma ajuda nesse aspecto; Penha, todos os bairros também podem a não ser a zona oeste, que não tem tanto operário. No grosso, o desenrolar desses trabalhos que estão sendo levados nos bairros vai passar, com o tempo, a propostas mais arrojadas - como fazer para que uma greve realmente atinja uma boa dimensão. Todos esses trabalhos de base amparam o trabalhador, como é o caso do Movimento do Custo de Vida. Esse movimento está passando por uma certa crise e está se recolocando a participação do trabalhador nessa luta. Não do jeito como ela está. O trabalhador tem que tirar a bandeira do Custo de Vida da mão desse pessoal que está levando o movimento hoje, e se colocar. O custo de vida interessa ao trabalhador, é ele quem tem de assumir essa bandeira e é assim que a coisa toma dimensão.

ZÉ PEDRO - Olha. A conversa está muito produtiva, mas eu queria chamar a atenção para a hora, que já está ficando tarde.

RUI - É verdade. Eu sugiro, então, que cada um faça um fecho, encerrando a reunião.

PIRES - Está bem. E eu vou lembrar aquele ponto que o Zé Pedro tocou na intervenção dele. É importante a gente continuar fazendo o trabalhinho da gente, o feijãozinho com arroz que a gente vem fazendo a nível de base. Não se deve perder isso de vista de forma alguma. Eu acho que a gente tem que fazer este trabalho o mais possível. Não levar esta forma de luta num aspecto puramente reivindicativo imediato, pois aí sempre vai haver condições para um esvaziamento. É preciso mostrar um pouco além disso. E, aqui, eu diria que é importante respeitar a realidade dos trabalhadores, e isso quer dizer fazer um trabalho onde você tenha consciência sobre quem é o grupo para quem você está falando, no que diz respeito ao avanço das propostas. Isto porque eu não gostaria de, daqui a 5, 10 anos ou menos, receber a acusação de que nós, hoje, fomos facilmente engolidos, de que entramos numa arapuca e nem sequer paramos para refletir sobre a possibilidade de estar ou não nela. Eu fecharia assim a conversa de hoje, porque acredito que se a gente não analisar com muita cabeça fria o que está acontecendo, poderá avançar mais do que o que se tem condições, antes de ter conquistado alguma coisa mais concreta. Se isso acontecesse, seria como passar uma borracha em cima desse regime desgraçado que a gente tem há mais de 14 anos. E eu digo inclusive que os operários vão, sim, precisar de uma aproximação com outros trabalhadores que não são os de fábrica, desde que tenham disposição de fazer junto com o trabalhador. E este fazer junto é respeitar o companheiro conhecendo-o mais de perto. Aquele que não é trabalhador de fábrica mas que vem com este espírito, tem uma contribuição. Se não vier com este espírito, é porque vem com uma disposição de "fazer para" e não fazer junto. Nesse caso, como trabalhador, eu diria: não, muito obrigado; agradeço a sua boa vontade. Esta é a forma pela qual nós, trabalhadores, poderemos manter este barco de pé e dar um passo adiante.

ZÉ PEDRO - Eu concordo com o que falou o companheiro Pires. Mas acho que, nestas alturas do campeonato, houve um despertar com as greves de 1978. Eu acho que cabe à gente, justamente aos companheiros mais experientes, assumir a bandeira de ajudar a organizar a classe operária. Eu digo isso para as oposições sindicais e para aqueles líderes sindicais que se consideram também como oposição à estrutura sindical. Acho que a gente precisa sentar junto, discutir com toda a liderança para ver o que se faz daqui pra frente. Discutir como enfrentar juntos os problemas e como aproveitar toda essa fertilidade de companheiros que passam a atuar novamente na sua classe. Travar discussões sobre o dia-a-dia e começar também a travar discussões políticas, para aprender a fazer análise de conjuntura, pois, isto possibilita enxergar os passos que você vai ter que dar amanhã, para não ser engolido, como o companheiro Pires coloca. É preciso conhecer melhor as mais variadas experiências da história de outros movimentos do passado, de que a gente não tem o relato. Um dia desses, eu vi um companheiro contar o problema da GE e como a

firma desarticulou o movimento na segunda parada que eles fizeram. A empresa já tinha feito eles trabalharem na primeira vez. No momento em que os trabalhadores pararam na segunda vez, os diretores da empresa chegaram, de seção em seção, mandando trabalhar. Os trabalhadores não quiseram trabalhar e aí os diretores disseram o seguinte: "- Bom, fica muito chato para vocês se eu mandar vocês trabalharem e vocês voltarem a trabalhar, porque aí vocês ficam mal com seus companheiros. Então, eu vou contar até três, vou fazer que nem uma orquestra. Conto até três e, no momento em que eu terminar de contar, todo mundo volta a trabalhar". Então, foi um advogado para uma seção, o diretor pra outra e começaram: "1, 2, 3". Ninguém ligou as máquinas. Diz que o homem virou uma fera. Aí, imediatamente, os diretores e os gerentes ligaram os tornos, ligaram todas as máquinas. Proibiram a passagem de cada companheiro para outros setores, cortaram essa ligação. Então, foram à ferramentaria e disseram: "- Tá vendo o barulho dos tornos lá? Eles estão trabalhando e vocês não vão trabalhar? Tem que trabalhar". Chegavam em outra seção e diziam: "- Olha o barulho das máquinas, eles estão trabalhando." Daí, criou-se uma confusão, por causa da organização ainda pequena, que ainda está nos primeiros passos. Foi assim que se desarticulou a segunda parada dos companheiros da GE. Como eu colocava hoje na discussão, tem que ser relatado o problema desta fábrica pra se usar como experiência, quando a gente for organizar um outro tipo de parada. No mais, a gente tem que saber como tirar proveito das experiências e de todo um passado que se teve até aqui. Pra não ser pego de calças curtas. E não podemos esquecer da formação dos trabalhos de base e de bairro, procurando saber como buscar fôlego através deles. E temos que lembrar também que a nossa luta aqui no Brasil tem que ser respaldada por outros companheiros de outros países. Tem que haver troca de experiências no sentido de como nos organizar, para a gente não ficar sozinho na batalha.

FLORES - Em 1965, um grupo de companheiros começou a falar em fazer oposição à estrutura sindical: a gente teria que romper com essa estrutura, participando dela como oposição. Onde não houvesse condições de ganhar um sindicato, a gente devia ficar como oposição, pra ir rompendo essa estrutura aos poucos. Eu acho que aos poucos essa coisa vem ocorrendo. O próprio avanço do movimento operário hoje já nos faz pensar seriamente em que tipo de estrutura sindical queremos. Acho que é responsabilidade de todos esses companheiros, se não quisermos ser enganados novamente, discutir que tipo de estrutura sindical nós queremos. Mas não devemos ficar só numa discussão entre os companheiros que têm uma participação sindical. Temos que discutir também com aqueles das fábricas, que conseguiram fazer greves. Acho que está na hora de propor um congresso para organizar a Central Sindical dos Trabalhadores. Quando começamos, a gente achava que quando pudesse contar com a militância em 500 empresas das mais importantes de São Paulo, podíamos pensar nesse congresso. E esse congresso poderia ser realizado em qualquer lugar. Mas quando tivesse terminado, teria gente pra levar as resoluções desse congresso pra dentro das fábricas. Eu acho que hoje já existe isso e precisamos pensar seriamente na Central Sindical, se não quisermos mais uma vez ser enganados, não diria pelo populismo, pela pequena-burguesia, mas sim pelo imperialismo, pelo capitalismo.

TONINHO - Do jeito que a coisa vai andando, vai se desenvolvendo. Os trabalhadores vão perdendo o medo. A gente tem o exemplo de Osasco, onde tinha um grande temor e, com o tipo de greve que aconteceu agora, acho que se perdeu um pouco esse medo. Eu lembro que, no início da campanha da oposição em Osasco, a gente soltava um "mosquitinho" dentro da fábrica. Lá tinha uma frase que falava de fazer reunião dentro da empresa. Esta frase foi muito criticada pelo pessoal, que dizia que era um absurdo. A greve veio provar na prática que se tem condições de fazer reunião dentro da, empresa e de que isso não é bicho-de-sete-cabeças. Foi feita a reunião e provou-se pra um monte de gente que se tem condições de fazer outras. Em relação à negociação direta, eu acredito que ela pode até trazer prejuízo pro trabalhador no momento. Mas, na medida em que ela for sendo feita, for se desenvolvendo, o trabalhador vai criando confiança em si, vai adquirindo outras experiências, que podem ser usadas depois. Como o companheiro Flores fala, temos que nos preparar pra não levar rasteira. Se a gente parte pra negociação direta, pode ter algum prejuízo a longo prazo. Mas de imediato não vai trazer prejuízo. Acredito que vai desenvolver um pouco o trabalhador, talvez ele vá amadurecer para enfrentar o prejuízo que vier contra ele depois.

WALDIR - Foi boa a discussão. A gente que tá participando agora deve trocar experiências com o pessoal mais antigo, procurando amadurecer. Em torno das greves de agora eu acho que tá fácil fazer greve; mas eu vejo que, em alguns lugares, se não houvesse um ou dois elementos com participação na estrutura sindical, talvez não fosse possível parar. Acho que o pessoal queria parar, queria reivindicar e buscava tempo. A gente tem um exemplo vivo em Osasco, onde a maioria do pessoal foi pra rua. E perguntavam: - "Como é que faz pra parar e o que a gente reivindica?" Antes de mais nada, é formando uma liderança, uma vanguarda. Outra coisa importante foi que, quando começaram as greves, a gente procurou fazer contatos com São Paulo, com um monte de gente, pra tentar tirar instrumentos de conjunto, unificar bandeiras. Isto eu considero um avanço.

Outra coisa que eu sinto na prática, não teoricamente, é esta independência em relação ao passado, tanto da época do populismo com o de 1968. Uma greve, uma tomada de fábrica, de certa maneira, marca o operário. Ele pode passar dez anos com medo, mas quando começam a acontecer coisas novamente, ele se lembra com gosto do que já fez. Tenho conversado com muita gente que fala: "Tá legal, aquele tempo tá voltando!". O pessoal aprende, vê que tem possibilidade de enfrentar o patrão. Tanto na época do populismo quanto na tomada de fábrica de 68, o cara adquiriu um negócio que ficou dentro dele e que ele lembra agora. "Bom, tomamos a fábrica, enfrentamos o patrão naquele tempo sem consciência; mas tá aí, hoje o negócio tá acontecendo e é hora de enfrentar outra vez". Ainda é preciso desenvolver mais a consciência, a organização da classe e a formação de uma vanguarda, levantando sempre as bandeiras da classe. No passado, as coisas acabavam pela repressão. Hoje, no movimento operário, a repressão ainda é a dispensa da fábrica. A gente tem o exemplo da oposição de Osasco que foi quase toda varrida de dentro das fábricas. E já está começando a haver dispensas outra vez. Aí entra o papel da vanguarda, das oposições. Inclusive é preciso ver se os patrões vão atender mesmo às reivindicações; é preciso se manter organizado para, se houver qualquer negócio, voltar à greve outra vez. Acho que tudo isso tem que ser bem discutido.

ESTANISLAU - A organização que a gente tem dentro da empresa, o trabalho miúdo, sistemático, não vão desaparecer. Mas se a gente está mesmo querendo avançar para a livre negociação tem que estar consciente de que esse trabalho vai ter que se estender. Porque a gente vê que o fortalecimento do sindicato está diretamente relacionado com a livre negociação. Para o sindicato ser fortalecido, ele tem que ter instrumentos de base. A gente tem algumas pistas de como fortalecer o movimento com a "inter-fábricas". No seu conjunto, as oposições têm dificuldades de tomar medidas, espremidas ainda pelas dificuldades em contar com a participação ativa dos companheiros no sindicato. As oposições têm acima delas a estrutura sindical. Mas não podem fugir de uma medida drástica e radical como é a greve. Têm que assumir a greve e ir lá pro palanque depois. O mais importante do estendimento da greve está na absorção desse trabalho miúdo, no saldo que se vai dar, inclusive para estruturar a oposição e definir suas formas de atuação e sua preparação, não só para uma política dentro do sindicato, mas também para ganhar as eleições sindicais. É preciso aumentar a participação do pessoal, avaliar os meios de que dispomos no sindicato de São Paulo, questionar o tipo de base que o Joaquim tem e o tipo de base que nós queremos ter. Nós temos que preparar não só a convivência política, mas também a sindical. Esse tipo de trabalho representaria a base para avançar na linha de negociação. Porque a livre negociação pressupõe o fortalecimento do sindicato, não da oposição sindical, mas da base e da diretoria sindical. Está intimamente ligada ao fortalecimento do trabalho de base.

Acho que este é um momento de teste. No bojo das greves saíram várias comissões que vão ter que ser defendidas. A oposição vai ter que definir sua atitude no próximo período, sua orientação política. No meu entender não é uma tarefa fácil. Nós não temos partidos - não que a oposição seja corrente de qualquer partido - mas nós não temos partidos que levem algumas questões de orientação mais definida para atuação da vanguarda dentro da classe operária. Que questões? Questões como os caminhos que a burguesia está seguindo, a orientação da greve do ponto de vista do conhecimento da empresa. A grande lição que uma comissão de empresa deve tirar de uma greve é o conhecimento da empresa, dos mecanismos que a empresa tem, da sua organização. Não basta conhecer os lucros da empresa; é preciso conhecer seu próprio funcionamento, suas partes vitais, sua estrutura,

para não ser apanhado de calças curtas como o Zé Pedro colocou no caso da G.E. Na Massey Fergusson foi a mesma coisa. Os patrões ligaram as máquinas, mas logo alguém desligou a energia; e os eletricitas se negaram a ligar a energia. Então, como eu estava falando, se a gente vai 93 mesmo avançar para a livre negociação e para o direito de greve, vamos ter que nos amparar em algumas coisas, como a extensão das comissões de empresa e o fortalecimento do sindicato, para que ele realmente comece a vencer estes desafios. Num momento político desse, as diretorias combativas têm que se organizar pela derrubada da lei 4330, pela livre negociação, pelo contrato coletivo feito pela base. Se não conseguirmos sobreviver, mais uma vez a classe vai ser enganada, vai haver um isolamento da nossa atividade como vanguarda e, novamente, a classe vai se reportar às ideias das lutas do passado para se conseguir alguma coisa no futuro.

BRENO - A gente tem que se preparar desde já para o dissídio de novembro. A gente tem que guardar essa esperança que temos, a partir das greves de agora, porque nesse momento a burguesia não está conseguindo dominar.

Porque depois das eleições de novembro é capaz que ela vá partir com tudo. Então, é preciso se preparar para qualquer manobra que ela possa vir a fazer.

VALDIR - Quero lembrar a experiência do pessoal da G.E. para falar da confiança que temos em nós mesmos. Houve toda a repressão que já foi falada, a organização realmente era um pouco fraca. Mas, num determinado momento, quando a ferramentaria e a mecânica lideravam, as máquinas de um outro setor foram ligadas. Então um diretor chegou e disse: "Vamos trabalhar. Os outros estão trabalhando. Vocês não estão escutando o barulho?" Aí, um companheiro dessa seção falou: "É mentira. Vocês estão enganando a gente". E deu a palavra de ordem pra ninguém trabalhar. No fim do movimento, parece que uns 15 caras foram despedidos por isso. O pessoal estava mesmo trabalhando... Mas, esses caras que não pararam, pelo menos tinham confiança em que os outros companheiros não estivessem trabalhando. Às vezes pra gente falta um pouco de confiança na própria classe...
